



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO – PPDRU

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

JUVENAL MELVINO DA SILVA NETO

O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT APÓS OS ANOS 1970,
EFEITOS NO MEIO, E O CAPITALISMO TOTALITÁRIO DE ESTADO

Salvador
2012

JUVENAL MELVINO DA SILVA NETO

O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT APÓS OS ANOS 1970,
EFEITOS NO MEIO, E O CAPITALISMO TOTALITÁRIO DE ESTADO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Desenvolvimento Regional e Urbano, da
Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate
International Universities, como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Liliane Ferreira Mariano
da Silva.

Salvador
2012

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador –
UNIFACS, Laureate International Universities.

Silva Neto, Juvenal Melvino da,

O Desenvolvimento do município de SINOP-MT após os anos 1970, efeitos no meio, e o Capitalismo Totalitário de Estado. / Juvenal Melvino da Silva Neto. – Salvador, 2012.

122 f.: il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Desenvolvimento Regional e Urbano – UNIFACS, Laureate International Universities como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Liliâne Ferreira Mariano da Silva.

1. Desenvolvimento; 2. Política Nacional; 3. Geopolítica do Brasil; 4. Capitalismo de Estado Totalitário; 5. Município de Sinop (MT).

CDD: 338.8981

JUVENAL MELVINO DA SILVA NETO

O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT APÓS OS ANOS 1970,
EFEITOS NO MEIO, E O CAPITALISMO TOTALITÁRIO DE ESTADO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador — UNIFACS, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Liliane Ferreira Mariano da Silva – Orientadora _____
Doutora - Universidade de Paris VIII
UNIFACS Universidade Salvador Laureate International Universities

Alcides dos Santos Caldas – Avaliador _____
Doutor - Universidade Santiago de Compostela
UNIFACS Universidade Salvador Laureate International Universities

Jorge Glauco Costa Nascimento – Avaliador _____
Doutor em Ciências de Florestas Tropicais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
UNIFACS Universidade Salvador Laureate International Universities

Salvador, 5 de novembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Anna Maria Galvão da Silva, minha heroína, mulher incansável e corajosa na defesa de seus princípios éticos, quem iniciou a minha educação e a quem devo tudo que sou.

Ao meu único filho, Thiago Lessa Lima Galvão da Silva, homem justo, amigo de todos, inspiração de um mundo melhor, com justiça social.

A minha orientadora Dra. Liliane Ferreira Mariano da Silva, incansável professora, paciente e incentivadora, que juntamente com os demais membros da Banca, que me auxiliaram a enxergar os meus erros, Dr. Alcides dos Santos Caldas e Dr. Jorge Glauco Costa Nascimento.

A minha irmã, Ana Rita Galvão da Silva, in memoriam, médica de todos, mulher de fibra, lutadora, honesta, minha alma gêmea, sempre confidente e conselheira, amiga para toda vida.

Ao meu avô Henrique Jucundino Galvão, in memoriam, grande intelectual, conhecedor de história universal e geopolítica mundial, junto com minha mãe educou-me para vida.

A minha eterna amiga, ex-companheira, mãe do meu filho, Tânia Lessa Lima, mulher forte que cuida de todos. A minha nora querida Fernanda Berg, mulher corajosa e lutadora. A toda minha família pelos erros e acertos da vida, pai, irmãos, etc. A Cidinha, protetora do lar e da família...

Aos meus professores doutores do PPDRU da UNIFACS, Liliane Mariano, Alcides Caldas, Noelio Spinola, Carolina Spinola, Edivaldo M. Boaventura, Fernando Pedrão, Jorge Antônio Santos Silva, Alba Ramos, Costa Gomes. Sem vocês eu não teria a oportunidade de conhecer mais. A todos os meus colegas do PPDRU. Sem vocês o curso não teria a eloquência dos debates, da construção do saber, da descontração criativa, etc.

Ao meu amigo cubano de fé camarada, Dr. Aleido Diaz Guerra, grande professor e orientador dos colegas e alunos. Aos meus incontáveis colegas Professores que torceram por minha vitória: Pastor, Gilberto Sisto, Geraldo Machado, Edison, Fiorelo, Peripolli, Hélio, João; Érico, Murilo Carvalho, Rosane, Giovanna, Adil, Edir, Paulo Vieira, Laudemir Zart, Farid Eid, Gilmar Laforga, Lívio Wanderley, Gilton Aragão, André Coelho, Alex, etc.

Bendito aquele que semeia livros e faz o povo pensar.

Castro Alves

A palavra é o instrumento irresistível da conquista da liberdade.

Rui Barbosa

RESUMO

A ocupação geopolítica, territorial, econômica, social e meio ambiental do espaço regional da Amazônia é um tema controvertido a nível mundial. Daí a escolha como tema da pesquisa, o desenvolvimento do município de Sinop-MT após os anos 1970 e seus efeitos sobre a economia, sociedade e meio ambiente. Parte-se do objeto de pesquisa para análise do todo. A fim de conhecer como se deu o desenvolvimento do município de Sinop no Estado do Mato Grosso após os anos 1970. Compreender se seu crescimento econômico foi equilibrado ou desequilibrado. Se há contradições em seu processo de desenvolvimento. Portanto, o objetivo da pesquisa é analisar o desenvolvimento do município de Sinop após os anos 1970 e seus efeitos sobre a economia, sociedade e meio ambiente, a fim de compreender sua dinâmica. A pesquisa se justifica pela possibilidade de subsidiar a academia e a sociedade à compreensão dos erros e acertos deste processo, com vistas a auxiliar a realização de políticas públicas. A pesquisa trabalha com a hipótese de que os efeitos econômicos, sociais e ambientais, no município de Sinop após os anos 1970, provocaram desequilíbrios econômicos, sociais e meio ambientais. Após tais análises, conclui-se que o desenvolvimento do município de Sinop foi desequilibrado, dada às oscilações de crescimento, decréscimo e desaparecimento de atividades econômicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Desequilíbrios no meio. Capitalismo Totalitário de Estado. Política e Geopolítica do Brasil. Sinop (MT).

ABSTRACT

The occupation geopolitics, territorial, economic, social and environmental space regional Amazon is a controversial issue worldwide. Hence the choice as the theme of the research, the development of the municipality of Sinop-MT after the 1970s and its effects on the economy, society and environment. It starts with the research object for analysis of the whole. In order to know how was the development of the municipality of Sinop in Mato Grosso after the 1970s. Understand if economic growth was balanced or unbalanced. If there are contradictions in their development process. Therefore, the aim of the research is to analyze the development of the municipality of Sinop after the 1970s and its effects on the economy, society and environment in order to understand its dynamics. The research is justified by the possibility of subsidizing the academy and society to understand the rights and wrongs of this process, in order to assist the implementation of public policies. The research works on the assumption that the effects of economic, social and environmental issues at Sinop after the 1970s, imbalances caused economic, social and environmental. After such analysis, it is concluded that the development of the municipality of Sinop was unbalanced, due to fluctuations in growth, decrease and disappearance of economic activities.

Keywords: Development. Imbalances in the middle. Totalitarian State Capitalism. Politics and Geopolitics of Brazil. Sinop (MT).

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População do município de Sinop – MT	51
Gráfico 2 – Crescimento populacional do município de Sinop – MT	51
Gráfico 3 – População por sexo do município de Sinop – MT	52
Gráfico 4 – Crescimento populacional por sexo do <i>município</i> de Sinop – MT	52
Gráfico 5 – População rural x urbana - município de Sinop – MT	53
Gráfico 6 – Crescimento populacional - município de Sinop – MT.....	53
Gráfico 7 – Taxa de urbanização - município de Sinop – MT	53
Gráfico 8 – População por cor - município de Sinop – MT.....	54
Gráfico 9 – Opção religiosa da população do município de Sinop – MT.....	54
Gráfico 10 – Estado civil dos residentes do município de Sinop – MT	55
Gráfico 11 – PIB real por setores da economia, SINOP-MT.....	62
Gráfico 12 – Participação PIB real, SINOP-MT - 1999	63
Gráfico 13 – Participação PIB real, SINOP-MT - 2009	63
Gráfico 14 – PIB nominal real, SINOP-MT - entre 1999 a 2009.....	64
Gráfico 15 – Taxa de crescimento real do PIB, SINOP-MT	65
Gráfico 16 – Valor Adicionado Bruto Agropecuário nominal e real, SINOP-MT	66
Gráfico 17 – Taxa de crescimento setor agropecuário	67
Gráfico 18 – Produção agrícola municipal - SINOP-MT - 2007	68
Gráfico 19 – Participação das principais culturas temporárias - SINOP-MT.....	68
Gráfico 20 – Quantidade produzida, principais culturas vegetal-silvicultura - SINOP-MT ...	69
Gráfico 21 – Valor da produção real - SINOP-MT	69
Gráfico 22 – Produção de origem animal – quantidade produzida - SINOP-MT.....	70
Gráfico 23 – Valor da produção de origem animal/ano.....	71
Gráfico 24 – Rebanhos e produção animal - SINOP-MT.....	71
Gráfico 25 – Vacas ordenhadas - SINOP-MT.....	72
Gráfico 26 – Valor adicional bruto dos serviços nominal e real, SINOP-MT.....	73
Gráfico 27 – Taxa de crescimento VAB dos serviços.....	73
Gráfico 28 – Valor Adicional Bruto da Indústria nominal e real, SINOP-MT.....	74
Gráfico 29 – Taxa de crescimento VAB da indústria.....	75
Gráfico 30 – Impostos sobre produtos líquidos de subsídios nominal e real, SINOP-MT.....	76
Gráfico 31 – Taxa de crescimento Impostos sobre produtos líquidos de subsídios.....	77
Gráfico 32 – Balança Comercial, Valores Exportados, SINOP-MT	78
Gráfico 33 – Balança Comercial, Valores Importados, SINOP-MT	78

Gráfico 34 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, SINOP-MT	84
Gráfico 35 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%), SINOP-MT .	84
Gráfico 36 – População residente alfabetizada, SINOP-MT, 2009.....	85
Gráfico 37 – Frequência escolar, SINOP-MT.....	85
Gráfico 38 – Cursos de Graduação Presenciais, SINOP-MT	86
Gráfico 39 – Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais, SINOP-MT	87
Gráfico 40 – Vagas, candidatos e ingressos em Cursos de Graduação, SINOP-MT	87
Gráfico 41 – Estabelecimentos de saúde, SINOP-MT	89
Gráfico 42 – Estabelecimentos de saúde que prestam serviço ao SUS, SINOP-MT	90
Gráfico 43 – Leitos para internação, Sinop-MT.....	90
Gráfico 44 – Equipamentos médicos preferencialmente na rede privada, Sinop-MT.....	90
Gráfico 45 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por idade, em condições de atividade e de ocupação, na semana de referência - economicamente ativas	93
Gráfico 46 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal	93
Gráfico 47 – População economicamente ativa, SINOP-MT	94
Gráfico 48 – População por cor, SINOP-MT.....	94
Gráfico 49 – Renda média dos moradores de SINOP-MT	95
Gráfico 50 – Classes de rendimento nominal mensal domiciliar, SINOP-MT.....	95
Gráfico 51 – Estabelecimentos de trabalho, SINOP-MT.....	96
Gráfico 52 – Endereços urbanos e rurais, Sinop-MT	97
Gráfico 53 – Tipos de domicílios, SINOP-MT	97
Gráfico 54 – Domicílios com banheiros e vários tipos de esgotamento sanitário, SINOP-MT	98
Gráfico 55 – Domicílios com abastecimento de água, SINOP-MT	98
Gráfico 57 – Endereços urbanos com ou sem abastecimento de água da rede, SINOP-MT, 2010 - IBGE	99
Gráfico 58 – Domicílios urbanos com ou sem esgoto a céu aberto, SINOP-MT, 2008 - IBGE	100
Gráfico 59 – Domicílios urbanos com ou sem coleta de lixo, SINOP-MT, 2008 - IBGE	100
Gráfico 60 – Destino do lixo coletado nos domicílios, SINOP-MT	101
Gráfico 61 – Endereços urbanos e rurais com ou sem energia elétrica, SINOP-MT, 2010, IBGE	101
Gráfico 62 – Endereços urbanos e rurais com acesso a internet, SINOP-MT, 2010, IBGE..	102
Gráfico 63 – Domicílios urbanos com ou sem iluminação pública, SINOP-MT, 2008 - IBGE	102
Gráfico 64 – Domicílios urbanos com ou sem pavimentação, SINOP-MT, 2008 - IBGE....	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Sinop no Brasil e no Estado do Mato Grosso	55
Figura 2 - Delimitação por satélite do município de Sinop - 2012.....	56
Figura 3 - Incremento do desflorestamento em km ² do Estado do Mato Grosso - 2007.....	57
Figura 4 - Desflorestamento acumulado 2000-2007 em km ² do Estado do Mato Grosso - 2000-2007	58
Figura 5 - Imagem aérea em três dimensões do município de Sinop – MT – 2012.....	58
Figura 6 - Imagem aérea com proximidade maior em três dimensões do município de Sinop – MT - 2012	59
Figura 7 - Imagem aérea em três dimensões madeireira de Sinop – MT - 2012.....	60
Figura 8 - Mapa de regiões de influência do Brasil – 2007	80
Figura 9 - Região de influência da Grande Metrópole Nacional São Paulo sobre Sinop.....	81
Figura 10 – Cuiabá (MT) – Capital regional A (2A).....	82
Figura 11 – IDH do Estado do Mato Grosso – 2000	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Prodes - Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite	61
Tabela 2 - Prodes - Monitoramento da Floresta Amazônica Por Satélite Monitoramento do Desmatamento – PRODES – INPE	61
Tabela 3 - Dimensão das redes de primeiro nível	81
Tabela 4 - Colocação do município de Sinop no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal	83
Tabela 5 – IDEB – Resultados e metas.....	86
Tabela 6 – Leitos p/1.000 hab. por Unidade da Federação e Ano.....	91
Tabela 7 – Médicos p/1.000 hab. por Unidade da Federação e Ano	91
Tabela 8 – Número de consultas médicas (SUS) por habitante	92
Tabela 9 - Cadastro de Empresas de SINOP-MT.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.a.	Ao ano
ADP	Atividades Diretamente Produtivas
CIA	Central Intelligence Agency
Cp	Custos processo
Ctai	Custo total da atividade industrial
CT	Custos de transporte
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FIES	Financiamento Estudantil
ha	hectares
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONGS	Organizações Não governamentais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MT	Mato Grosso
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal
PROUNI	Programa Universidade para Todos
Sinop	Sociedade Incorporadora Noroeste do Paraná
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema único de Saúde
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UTC	Universal Time Coordinated
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 METODOLOGIA.....	18
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
3.1 O SUBDESENVOLVIMENTO.....	20
3.2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, REFLEXÕES TEÓRICAS:.....	28
3.3 O CAPITALISMO TOTALITÁRIO DE ESTADO.....	35
3.4 A GEOPOLÍTICA E POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO.....	39
4 A TRAJETÓRIA POLÍTICA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE SINOP.....	42
4.1 O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL PÓS-GOLPE MILITAR DE 1964.....	42
4.2 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE SINOP PÓS ANOS 1970.....	45
5 DIAGNÓSTICO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTAL.....	51
5.1 A DEMOGRAFIA E MIGRAÇÃO POPULACIONAL.....	51
5.2 O PANORAMA GEOGRÁFICO.....	55
5.3 O MEIO AMBIENTE.....	57
5.4 A ESTRUTURA ECONÔMICA, PIB TOTAL E SETORIAL.....	62
5.4.1 Setor Agropecuário.....	66
5.4.2 Setor de Serviços e Comércio.....	72
5.4.3 Setor Industrial.....	74
5.4.4 Setor de Finanças Públicas.....	75
5.4.5 Exportações e Importações.....	77
5.5 REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES.....	79
5.6 INDICADORES SOCIAIS, IDH, RENDA PERCAPTA, E OUTROS ÍNDICES.....	82
5.6.1 Educação.....	84
5.6.2 Saúde.....	88
5.6.3 Emprego e Renda.....	92
5.6.4 Habitação e Saneamento.....	96
6 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO E SEUS EFEITOS SOBRE A ECONOMIA, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE.....	105
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	113
ANEXO A - Imagens de Satélites.....	118

1 INTRODUÇÃO

A ocupação geopolítica, territorial, econômica, social e meio ambiental do espaço regional da Amazônia é um tema controvertido em nível mundial. São vários interesses em jogo: desde a defesa da preservação do meio ambiente, do ecossistema, do clima e dos povos indígenas; e em contraposição, a exploração capitalista irracional do meio por países e grandes empresas estrangeiras e brasileiras, visando unicamente à extração dos recursos naturais, a acumulação, concentração e centralização de capitais para envio às suas matrizes.

Daí a presente pesquisa buscar conhecer como se deu o desenvolvimento do município de Sinop após os anos 1970. Compreender se seu crescimento econômico foi equilibrado ou desequilibrado. Se há contradições em seu processo de desenvolvimento. Para tanto, o tema da pesquisa é o desenvolvimento do município de SINOP-MT após os anos 1970 e seus efeitos sobre a economia, sociedade e meio ambiente.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o desenvolvimento do município de Sinop após os anos 1970 e seus efeitos sobre a economia, sociedade e meio ambiente, a fim de compreender sua dinâmica. Especificamente: a) Fundamentar teoricamente o desenvolvimento do município de Sinop; b) Descrever a trajetória histórica e política do município de Sinop; c) Diagnosticar os efeitos do desenvolvimento na economia, sociedade e meio ambiente no município de Sinop; d) Por fim, analisar o desenvolvimento do município de Sinop e seus efeitos sobre a economia, sociedade e meio ambiente.

A pesquisa se justifica pela importância de se conhecer o processo de desenvolvimento do município de Sinop após os anos 1970. Bem como, subsidiar a academia e a sociedade à compreensão dos erros e acertos deste processo, com vistas a auxiliar a realização de políticas públicas.

Quanto ao problema da pesquisa, faz-se importante conhecer melhor a realidade do município de Sinop, como ele se constituiu, para onde ele caminha, se seu desenvolvimento é inclusivo, respeita a diversidade, e se tem preocupações com as gerações futuras. Daí a pergunta que se faz é: Quais os efeitos econômicos, sociais e ambientais, no município de Sinop a partir do desenvolvimento econômico adotado no município após os anos 1970?

A pesquisa trabalha com a seguinte hipótese: Os efeitos econômicos, sociais e ambientais, no município de Sinop a partir do desenvolvimento econômico após os anos 1970 provocaram desequilíbrios econômicos, sociais e no meio ambiente.

2 METODOLOGIA

Em suas críticas e estudo da sociedade capitalista, Karl Marx e Friedrich Engels, elaboram uma nova concepção filosófica do mundo, o materialismo histórico e dialético. Para estes cientistas, as relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens modificam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, modificam todas as relações sociais. Karl Marx e Friedrich Engels, em a *Ideologia Alemã* (escrita nos anos 1845-1846), assim explicam a própria realidade:

[...] o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que tem que reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem como o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (1977 p. 27-8). E mais adiante, escrevem: A produção de ideias, de representações, da consciência, está de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparece aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc. (1977, p. 36) e continuam: Totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã (de Hegel e seus seguidores), que desce do céu a terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir do seu processo de vida real, expõe também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro do homem são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 1977, p. 37 apud NASCIMENTO JÚNIOR, 2000, p. 123).

A escolha da dialética, como método de abordagem, é pertinente, tendo em vista o objeto de estudo, de explicar a realidade baseada nas contradições apresentadas no processo de desenvolvimento econômico do município de Sinop. Através do método dialético, da busca pela compreensão da totalidade, pretende-se a análise do desenvolvimento do município de Sinop após os anos 1970 e os efeitos sobre a economia, sociedade e meio ambiente a fim de compreender sua dinâmica.

Ainda quanto à metodologia, adotam-se os seguintes procedimentos:

A pesquisa pretende ser quantitativa e qualitativa. Quantitativa, para levantar, tabular, comparar, analisar e apresentar dados e indicadores do processo de desenvolvimento econômico do município; Qualitativa, no que tange a análise destes dados, dos indicadores, dos efeitos do crescimento econômico do município de Sinop sobre a sociedade e meio ambiente, para interpretação dos seus significados.

Quanto aos demais Métodos, Procedimento e Técnicas Auxiliares da Pesquisa. Com relação aos objetivos, a pesquisa pretende ser histórica, exploratória, descritiva e explicativa:

- a) Histórica: quando da fundamentação teórica sobre o tema, e da revisão da literatura sobre o objeto de estudo para se evitar a duplicidade da pesquisa com o mesmo enfoque;
- b) Exploratória: quando da identificação das políticas de desenvolvimento do município de Sinop;
- c) Descritiva: quando do diagnóstico dos efeitos do crescimento econômico do município de Sinop sobre a sociedade e meio ambiente;
- d) Explicativa: quando da análise das políticas de desenvolvimento do município de Sinop e os efeitos do seu crescimento econômico sobre a sociedade e meio ambiente.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, inicialmente, a pesquisa pretende: a análise bibliografia sobre o tema e o município, citada no final da pesquisa, e outras produções bibliográficas lançadas no decorrer da pesquisa; o levantamento e análise de dados secundários presentes em documentos oficiais de entidades, públicas e privadas, federais, estaduais e municipais, sobre o município; e entrevistas com autoridades institucionais e pesquisadores que vivenciaram a construção do município.

Como métodos auxiliares da pesquisa, serão utilizados: a análise estatística para transformação dos dados em indicadores; a observação para corroborar e adicionar novos elementos aos indicadores estatísticos; e a análise do processo de desenvolvimento econômico do município.

Vale destacar que no decorrer da pesquisa houve dificuldade junto à prefeitura de Sinop na coleta de dados e entrevistas. O que não impossibilitou o andamento da pesquisa, uma vez que vários organismos do governo federal disponibilizam tais informações, como IPEA, IBGE, INPE, DATASUS, MDIC, e outros.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo introduz o leitor a fundamentação teórica, elencando referências teóricas neste, para embasar, reforçar, ratificar, os argumentos de análise do eixo teórico da pesquisa, o desenvolvimento do município de Sinop, e os efeitos sobre sua economia, sociedade e meio ambiente.

A pesquisa busca elementos teóricos e empíricos do desenvolvimento para interpretar a interação das atividades antrópicas do homem no meio ambiente de transição, entre os biomas cerrado e amazônico, após os anos 1970 até a presente data.

3.1 O SUBDESENVOLVIMENTO

[...] ao estudar a economia dos países subdesenvolvidos, Myrdal percebeu a existência de um círculo vicioso do atraso e da pobreza, que poderia ser rompido pela aplicação planejada de reformas econômicas. Este movimento, no entanto, poderia ser também virtuoso: nada impedia que uma melhora econômica ou social condicionasse outra, e assim sucessivamente. (MYRDAL, 1997, p.8).

Pode-se constatar que o conceito de Myrdal (1997, p.9), ao contrário de conduzir a um fatalismo imobilista, identificava os problemas econômicos, articulando-os com os sociais e históricos. Preparando o terreno para uma intervenção governamental corretora que promovesse o desenvolvimento mais acelerado num plano mais amplo do que simplesmente o desenvolvimento econômico senso estrito.

Myrdal (1997, p 8-9), faz ainda, uma abordagem crítica do problema econômico, considerando a inflação como uma força altamente corrosiva do tecido social e da organização da sociedade. A origem da crise encontra-se na diferença entre os produtores organizados em grupos de pressão e dos consumidores atomizados e desorganizados. Segundo Myrdal, os últimos estariam em desvantagem para enfrentar os oligopólios e o sistema tributário que favoreceria os investimentos e os ganhos especulativos.

Na análise do modelo neocolonial, uma região parte na dianteira e inibe o crescimento das demais. Myrdal (1997) já previra esta possibilidade como o resultado do balanço de dois efeitos, propagação e retardamento (*back wash and spread effects*). Antes dele, Marshall falava das economias de aglomeração, as quais poderiam também explicar o atraso de regiões periféricas.

A cidade não absorve apenas excedentes de capital gerados no campo, mas também contingentes de mão-de-obra liberados pela racionalização da produção agrícola. As relações cidade-campo têm, portanto, papel importante na diversificação da produção (e na procura) e no ritmo de inovação tecnológica (variável dependente do processo de aumento da produtividade do trabalho) proporcionada pela crescente acumulação do capital e aumento na divisão social e técnica do trabalho. A difusão no espaço dos aumentos da produtividade do trabalho será acompanhada pelo aparecimento de novas atividades e outras funções integradoras, que serão determinantes na hierarquização da rede urbana. (BAUMFEL; LEMOS, 1979, p.358).

Esta assertiva é observada in loco no planejamento da integração geopolítica das regiões norte e centro-oeste do Brasil: o processo migratório verificado nos anos 1960-1970, com a ocupação territorial da região amazônica; o surgimento de cidades pólos de desenvolvimento, a hierarquização de uma rede urbana; a diversificação da produção rural; a inovação tecnológica promovida pela ‘revolução verde’. São elementos que corroboram a interpretação do desenvolvimento dirigido pelo Estado Capitalista com viés autoritário e modernizador, associando-se ao grande capital internacional e a classe dominante nacional.

[...] a expansão de uma localidade gera ‘backwash effects’ (efeitos de polarização) nas demais, aumentando as disparidades regionais por meio da migração seletiva, dos fluxos de capitais (vazamento de poupança das regiões periféricas) e do livre comércio em prol das regiões ricas e avançadas. Além disso, o processo de causalção circular pode ser desencadeado por vários fatores que não são considerados na análise das forças de mercado, como o sistema de transportes, a qualidade do ensino e da saúde pública, etc. Assim, todas as mudanças adversas originadas fora da região, sejam elas econômicas ou não, são consideradas ‘backwash effects’ pelo autor. (SIMÕES; LIMA, 2009, p.8).

A pesquisa tende a validar os pressupostos de Myrdal (1997), uma vez que o desenvolvimento implantado na região amazônica utilizou-se um modelo neocolonial, com o papel hegemônico das empresas estrangeiras na acumulação, concentração e centralização do capital. Neste ínterim, verificam-se dois efeitos, o de propagação e o de retardamento (*back wash and spread effects*), com o vazamento de parte do grande capital reenviado às suas matrizes. Entretanto, o modelo de desenvolvimento neocolonial se aplica pela continuidade do extrativismo dos recursos naturais das nações periféricas, sem verticalização e diversificação da produção. Vale ressaltar que Marshall já falava em economias de aglomeração, as quais também explicam o atraso de regiões periféricas.

Simultaneamente é gerado “spread effects” (efeitos propulsores) que agem em direção contrária aos “back wash effects”. Representam ganhos obtidos pelas regiões estagnadas por meio do fornecimento de bens de consumo e/ou matérias-primas para a região em expansão, bem como os transbordamentos de novas tecnologias. Se a expansão for forte o suficiente para cobrir os efeitos de polarização dos centros mais antigos, novos centros econômicos auto-sustentáveis surgirão. Entretanto, para Myrdal, estes efeitos se contrabalançarão de tal forma que as demais regiões

continuarão relativamente estagnadas. O problema das disparidades torna-se então um problema de diferentes taxas de progresso entre regiões em um mesmo país (o desenvolvimento não ocorre simultaneamente e igualmente em todas as regiões). (SIMÕES; LIMA, 2009, p.8).

Esta assertiva é válida: na falta de produtos manufaturados nos países centrais, em casos de guerras com a substituição das importações; na transferência de tecnologias obsoletas dos países centrais, viabilizando a mais valia absoluta na periferia; na dificuldade de se viabilizar mais valia relativa nos países centrais quando estes estão em crises, e os custos de trabalho e tributário impedem o seu crescimento; etc. Entretanto, segundo Myrdal (1997) o desenvolvimento não será simultâneo e homogêneo em regiões de um mesmo país, dadas às disparidades entre regiões.

Para Myrdal (1967 apud ROLIMM, 1994), o desenvolvimento econômico é algo bastante complexo, como um processo, onde as chamadas variáveis econômicas perdem importância frente à dinâmica global da sociedade. Segundo ele, o conceito de integração econômica traz embutido uma grande carga valorativa. “[...] as pessoas têm valorizações diferentes e contraditórias e, portanto, designam coisas diferentes quando falam da integração econômica como algo desejável [...]” (MYRDAL, 1967 apud ROLIMM, 1994, p.63).

Ainda segundo Myrdal (1967 apud ROLIMM, 1994), o ideal da igualdade de oportunidades para todos só foi possível por meio de uma forte intervenção do Estado. Intervenção esta, ainda mais importante para os países subdesenvolvidos. “Essas ações foram quase sempre ‘discriminatórias’ no sentido de que favorecem algumas indústrias, alguns grupos sociais e algumas regiões geográficas a expensas de outras.” (MYRDAL, 1967 apud ROLIMM, 1994, p.66).

Conforme Mantega, Rego e Singer (1999), ao se discutir o Desenvolvimento Econômico, inevitavelmente discute-se a questão do Subdesenvolvimento:

As teorias de subdesenvolvimento também podem ser divididas em grandes blocos. O primeiro deles seria o Colonialismo Mercantil (que privilegia as formas de colonização - povoamento ou exploração - como determinantes para explicar a questão do desenvolvimento) e a apropriação pelas Metrôpoles do excedente gerado nas colônias via imperialismo (super-exploração). As origens destas explicações estão em Marx, Robbins e Lênin, com contribuições importantes na América Latina tais como as de Caio Prado Júnior e André Gunder Frank (com a tese sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento); depois temos a teoria Centro-Periferia, de Prebisch e toda a Escola Cepalina, associada ao Estruturalismo Latino-americano, da qual as contribuições de Furtado e Conceição Tavares, e a Teoria da

Dependência, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto são derivações importantes. (MANTEGA; REGO; SINGER, 1999, p.5).

Estas contribuições tratam das trocas desiguais entre o centro e a periferia, que favorecem os países centrais na acumulação da riqueza e conseqüente desenvolvimento capitalista, já os países periféricos ficam dependentes do capital e tecnologia dos países centrais para se desenvolver. Fato facilmente observável nas trocas comerciais (balança comercial) do Brasil com o resto do mundo, e na falta de verticalização e diversificação da economia, principalmente nas regiões nordeste, norte e centro-oeste.

Verifica-se que o desenvolvimento associado e dependente a um país central relacionado à teoria da dependência, um refinamento da teoria do imperialismo, traz consigo outra interpretação, a teoria do sistema-mundo, onde se observa uma interdependência global, com advento recorrente da mundialização. O capitalismo como sistema só é possível com a mundialização, dada sua dependência das trocas comerciais e da divisão internacional do trabalho.

Para Santos (2000) a teoria da dependência busca um enfoque global a fim de compreender a evolução do capitalismo como uma economia mundial. Daí seu refinamento ao rever a teoria do imperialismo.

A teoria da dependência seguia e aperfeiçoava um enfoque global que baseava compreender a formação e evolução do capitalismo como uma economia mundial. Prebisch (1981) já falava nos anos 50, da existência de um centro e uma periferia mundial, tese que ele aperfeiçoará na década de 70 sob a influência do debate sobre a dependência (ver PREBISCH, 1981). A teoria da dependência buscou refinar este esquema ao rever a teoria do imperialismo desde sua formação com Hilferding, Rosa Luxemburgo, Hobson, Lênin e Bukharin. André Gunder Frank (1991) chama a atenção para esta busca de análise do sistema mundial que se desenha, sobretudo no começo da década de 70, com Amin (1974), Frank (1978, 1980 e 1981), Santos (1970 e 1978), mas que ganha realmente um grande alento com a obra de Immanuel Wallerstein (1974, 1980, 1989), que desenvolve a tradição de Fernand Braudel. (SANTOS, 2000, p.29).

Santos (2000) destaca que outros autores buscam uma relação entre a teoria do sistema-mundo com a teoria da dependência.

Outros autores reconhecem a relação estreita da teoria do sistema-mundo com a teoria da dependência. Bjorn Hettne traça mesmo uma relação de evolução do debate sobre desenvolvimento e dependência em que a teoria da dependência tem como evolução a teoria do sistema-mundo, enquanto a tendência estruturalista marcha para a teoria das necessidades básicas encampada pelo Banco Mundial nos anos 70 sob a direção de McNamara. Enquanto isto, a tendência endogenista que se pretende

marxista (e que ele chama de análise dos modos de produção) se origina, segundo ele, dos modelos marxistas de acumulação de capital. (SANTOS, 2000, p.29).

Conforme Santos (2000): a teoria da dependência teria influenciado a teoria do sistema-mundo, bem como, sofreu influência da teoria estruturalista da CEPAL; já a tendência estruturalista marcha para a teoria das necessidades básicas; e a tendência endogenista que se pretende marxista, caminha para análise dos modos de produção e da acumulação do capital. Por sua vez, as teorias da modernização mantêm seu quadro de análise ocidentalista.

A teoria da dependência também teria tido esta origem, mas teria sofrido a influência da análise econômica estruturalista da CEPAL. As teorias da modernização teriam, por outro lado, mantido seu quadro de análise ocidentalista enquanto sofria a crítica dos modelos de outro desenvolvimento ou desenvolvimento alternativo. (SANTOS, 2000, p.29).

Santos (2000) entende que o sistema-mundo analisa a formação e evolução do capitalismo de produção convergindo para um sistema planetário e confundindo com a economia mundial.

O enfoque do Sistema-Mundo busca analisar a formação e a evolução do modo capitalista de produção como um sistema de relações econômico-sociais, políticas e culturais que nasce no fim da Idade Média europeia e que evolui na direção de se converter num sistema planetário e confundir-se com a economia mundial. Este enfoque, ainda em elaboração, destaca a existência de um centro, uma periferia e uma semiperiferia, além de distinguir entre as economias centrais uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema. (SANTOS, 2000, p.31).

Para Santos (2000), a evolução do capitalismo é vista como uma sucessão de ciclos econômicos, articulados com processos políticos, sociais e culturais.

Ao mesmo tempo, a teoria do sistema-mundo absorveu a noção de ondas e ciclos longos de Braudel (1979) que se diferenciam dos ciclos de Kondratiev. Há, no entanto, tentativas de conciliar os ciclos de Kondratiev de 50 a 60 anos com os ciclos longos, mais ligados ao movimento do capital financeiro, que encontrou Braudel. Desta forma, a evolução do capitalismo é vista como uma sucessão de ciclos econômicos, articulados com processos políticos, sociais e culturais.

Vale destacar, André Gunder Frank, economista e sociólogo alemão, nos anos 1960, um dos criadores da Teoria da Dependência, cuja formulação aproxima-se da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky. Também foi um dos teóricos da teoria do sistema-mundo, introduzida por Wallerstein, nos anos 1970. Para Gunder Frank, a Europa e o Ocidente já foram periferia de um mundo em que a dominação coube a outras civilizações (MANTEGA; REGO; SINGER, 1999).

Para Mantega, Rego e Singer (1999), Gunder Frank é considerado o pioneiro do debate marxista acerca da dependência. Não somente derrubou as teses sobre a ocorrência de um feudalismo na América Latina, como foi o principal crítico do capitalismo dependente.

Gunder Frank (1966) enfatiza que a extração do excedente foi à causa da divisão inicial do mundo em países ricos e pobres. No período colonial, destaca este autor, assumiu principalmente a forma direta de produtos (via saque e espoliação), assumindo esta apropriação no mundo moderno a forma de repatriação de lucros. (MANTEGA; REGO; SINGER, 1999, p.6).

Gunder Frank buscou evidenciar que o subdesenvolvimento é uma permanente criação e recriação do imperialismo, uma vez que as metrópoles se apropriam sistematicamente do excedente produzido pela super-exploração dos trabalhadores dos países satélites, subtraindo todo o potencial de acumulação destes últimos (MANTEGA; REGO; SINGER, 1999).

Gunder Frank e Amin concordam com a afirmação de que a burguesia local nas economias do Terceiro Mundo é relativamente fraca e que o Estado é relativamente forte e autônomo com respeito à burguesia local. Frank afirma que importante é a relação do Estado com a burguesia imperialista da metrópole, e não com a burguesia local. (MANTEGA; REGO; SINGER, 1999, p.6).

Em paralelo a este raciocínio, a metrópole provocaria toda a sorte de distorções no país satélite, fazendo com que se reproduzisse no seu interior, o mesmo esquema metrópole-satélite. Assim, no caso brasileiro teríamos pólos de desenvolvimento expropriadores (o Centro-Sul) e os pólos de subdesenvolvimento expropriados (Nordeste, Norte e Centro-Oeste). O que corrobora no diagnóstico e análise desta pesquisa.

A crítica de Bagú, Vitale e Caio Prado Júnior ao conceito de feudalismo aplicado à América Latina, foi um dos pontos iniciais das batalhas conceituais que indicavam as profundas implicações teóricas do debate que se avizinhava. André Gunder Frank recolheu esta problemática para dar-lhe uma dimensão regional e internacional [...] Inspirado no exemplo da Revolução Cubana que se declarou socialista em 1962, Frank abre fogo contra as tentativas de limitar a revolução latino-americana ao contexto da revolução burguesa. Radical em seus enfoques ele vai declarar o caráter capitalista da América Latina desde seu berço. Produto da expansão do capitalismo comercial europeu no século XVI, a América Latina surgiu para atender as demandas da Europa e se insere no mundo do mercado mundial capitalista. (SANTOS, 2000, p.15).

Vale ressaltar, as contribuições de Raul Prebisch (1949), para ele “a realidade está destruindo na América Latina aquele velho esquema da divisão internacional do trabalho que, após haver adquirido grande vigor no século XIX, seguiu prevalecendo, doutrinariamente, até bem pouco tempo”. Para Prebisch (1949), à América Latina correspondia o papel de periferia da economia mundial, o papel de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros

industriais. Não lhe cabia à industrialização. Entretanto, face às duas grandes guerras do século passado, e uma profunda crise econômica entre elas, estas possibilitaram aos países da América Latina o caminho da atividade industrial.

É certo que a argumentação relativa às vantagens econômicas da divisão internacional do trabalho é de validade teórica inobjetable. Mas, esquece-se, via de regra, que se baseia em uma premissa terminantemente negada pelos fatos. Segundo esta premissa, o fruto do progresso técnico tende a repartir-se igualmente em toda a coletividade, seja pela baixa dos preços seja pela alta equivalente das remunerações. Por meio do intercâmbio internacional, os países de produção primária obtêm sua parte nesse fruto. Não necessitam, portanto, de industrializar-se. Pelo contrário, sua menor eficiência iria perder irremissivelmente as vantagens clássicas do intercâmbio. (PREBISCH, 1949, p.47).

O erro dessa premissa consiste em atribuir caráter geral ao que de si mesmo é muito circunscrito. Se por coletividade se entende, apenas, o conjunto dos grandes países industriais, é certo que o fruto do progresso técnico se distribui, gradualmente, entre todos os grupos e classes sociais. Mas, se o conceito de coletividade também se estende à periferia da economia mundial, essa generalização encobre um grave erro. As grandes vantagens do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia em medida comparável ao que lograram desfrutar as populações dos grandes países. Daí as diferenças tão acentuadas entre os níveis de vida das massas nestes e naquela, e as notórias discrepâncias entre suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a margem de poupança depende, primordialmente, do aumento da produtividade. (PREBISCH, 1949, p.47-48).

Existe, portanto, manifesto desequilíbrio, e qualquer que seja sua explicação ou a maneira de justificá-lo, trata-se de um fato certo, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho. Daí o significado fundamental da industrialização para os países novos. Ela não é um fim em si mesmo, mas o único meio de que se dispõe para captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas. (PREBISCH, 1949, p.48).

Destaca-se ainda, as contribuições de Armando Di Filippo (1998). Num texto da CEPAL, intitulado: *A visão centro-periferia, hoje*:

[...] (traduzido pelo pesquisador) o atual cenário do comércio internacional, já não pode ser caracterizado exclusivamente pelas exportações de produtos manufaturados pelo centro, e a exportação de produtos primários pela periferia. Por um lado, parte da periferia são zonas de processamento de produtos manufaturados para exportação, por outro lado, parte do centro exporta produtos da agricultura temperada, contrariando em parte a dinâmica global da economia capitalista. A revolução biogenética atual (hibridização clonagem, etc.) 'altera o perfil das regiões'. Além disso, as periferias de maior desenvolvimento e diversificação (China, Índia, Brasil, etc.) embora não sejam protagonistas da revolução tecnológica atual, aumentam sua participação nas exportações mundiais de manufaturados, de bens de densidade tecnológica intermediários, aumentando seu poder de mercado na ordem econômica global. Por outro lado, os centros são exportadores de manufatura de alta tecnologia e serviços comercializados internacionalmente. Esses fatores afetam a distribuição global do progresso técnico e de seus frutos de uma maneira diferente da considerada pelos estudos do final década de 1940. Por um lado, as assimetrias setoriais do desenvolvimento se manifestam por uma tendência mundial do aumento do emprego nos serviços, e por outro, pelas novas estratégias da

produção capitalista globalizada aqui, esboçando uma nova divisão internacional do trabalho. (DI FILIPPO, 1998, p.8).

Conforme a interpretação de Armando Di Filippo (1998), e baseado em pressupostos históricos da teoria da mais-valia absoluta e relativa. Observava-se que os países centrais buscavam através do processo de neocolonização, transferir parques industriais obsoletos para os países periféricos a fim de produzir mais-valia absoluta e reenviar esta às suas matrizes. Ao mesmo tempo, os países centrais se especializam na produção da mais-valia relativa.

Entretanto, o perfil da divisão internacional em alguns momentos históricos foi alterado. Após as duas grandes guerras mundiais do século passado, alguns países periféricos (como Brasil, China, Índia, etc.), utilizando-se da acumulação primitiva do capital, passaram a investir no desenvolvimento tecnológico de forma independente. Além disso, estes países adotaram o modelo de substituição de importações e o modelo de crescimento associado e dependente do imperialismo americano, para desenvolver o seu próprio capitalismo.

Como visto em Harvey (2005, p. 102-105), vale destacar as contribuições de Von Thünen que “rejeita a ideia de que a mão oculta do mercado pode refrear o egoísmo universal em benefício de todos.” Segundo ele os baixos salários, "têm sua origem no fato de que os capitalistas e os proprietários de terras se apossam de grande parte do que os trabalhadores produzem".

Para ele, as inovações tecnológicas não trazem grandes benefícios salariais aos trabalhadores: no capitalismo, "o trabalhador não será afetado por isso; sua condição se mantém inalterada, e o aumento integral da renda beneficiará os empresários, os capitalistas e os senhorios". Em sua formulação do salário natural, Von Thünen buscava responder a seguinte questão: qual é a *parte justa*, natural, do trabalho em relação ao produto que esse trabalho cria? Para ele, a solução está contida na doutrina do *salário fronteiro*.

Na fronteira da planície cultivada do Estado Isolado, onde há terras sem donos em quantidades ilimitadas, nem a arbitrariedade dos capitalistas, nem a concorrência dos trabalhadores, nem a magnitude dos meios necessários de subsistência determinam o valor dos salários, mas o produto do trabalho é o próprio padrão dos salários. (HARVEY, 2005, p. 104).

Deste modo, Von Thünen buscava apresentar um salário natural de equilíbrio, diferente do salário de subsistência da economia capitalista, um salário que não impossibilitasse a acumulação para reprodução do capital, mas permitia ao trabalhador, na região de fronteira

sua maximização. Sua formulação pressupunha perfeita mobilidade de capital e do trabalho, sem regulação privada ou estatal que impossibilite as mesmas.

Verifica-se em Von Thünen, que até mesmos os defensores do capitalismo como modo de produção hegemônico, reconhecem a expropriação dos proletários no processo produtivo. O instrumento da mais-valia absoluta e relativa, com vista à acumulação do capital para reprodução ampliada do sistema capitalista.

3.2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, REFLEXÕES TEÓRICAS:

Em sua crítica a teoria do desenvolvimento de Rostow, Teotônio dos Santos (1997) classifica a mesma de “primária” e de cometer “um barbarismo histórico”. Primária porque Lewis e Rostow reduzem a questão do subdesenvolvimento à ausência de poupança, a falta de uma classe empresarial dinâmica:

O paradigma do “núcleo capitalista dinâmico”, representado por Arthur Lewis e Walt Rostow, considera que as maiores causas do retardo econômico estariam nos baixos níveis de poupança e na ausência de uma classe empresarial dinâmica em alguns países. O momento preciso em que um país entra na fase de desenvolvimento varia conforme o critério adotado: quando esgota a reserva de mão de obra, conforme Lewis, ou quando ocorre um brusco aumento da taxa de investimento na difusão do sistema de produção baseado na fábrica moderna. Este fenômeno ficou conhecido na literatura como o take-off de Rostow. (MANTEGA; REGO, 2011, p.3).

Quanto ao barbarismo histórico, por definir todas as sociedades pré-capitalistas como tradicionais, desconsiderando os diferentes estágios de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos:

Na década de 50, a teoria do desenvolvimento alcançou seu ponto mais radical e, ao mesmo tempo, mais divulgado na obra de W. Rostow (1961). Ele definiu todas as sociedades pré-capitalistas como tradicionais. Este barbarismo histórico provocou protestos dos historiadores sérios, sendo necessária para ressaltar os vários estágios do desenvolvimento que se iniciaria com o famoso “take-off”, a “decolagem” do desenvolvimento teria ocorrido na Inglaterra de 1760, nos Estados Unidos pós-guerra civil, na Alemanha de Bismarck, no Japão da Restauração Meiji, etc. A questão do desenvolvimento passou a ser assim um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas interligadas que ocorreriam em determinados países, sempre que se dessem as condições ideais à sua decolagem. (SANTOS, 1997, p.4-5).

Para Santos (1997), tratava-se de um receituário de ações econômicas, sociais e políticas interligadas, para o desenvolvimento sempre que se dessem as condições à sua ‘decolagem’.

Rostow defendia um Estado desenvolvimentista forte com objetivo ideológico pautado no Capitalismo de Estado. Seu pensamento ganhava força no mundo capitalista como enfrentamento ao socialismo no período da guerra fria.

Seu livro se chamava “um manifesto anticomunista” que não ocultava seu objetivo ideológico. Tratava-se de demonstrar que o início do desenvolvimento não dependia de um Estado revolucionário, como ocorrera na URSS, e sim de um conjunto de medidas econômicas tomadas por qualquer Estado nacional que assumisse uma ideologia desenvolvimentista. Num livro posterior menos divulgado, Rostow defendeu a necessidade de que este Estado desenvolvimentista fosse um Estado forte, e seus trabalhos, como consultor da CIA, foram uma das principais referências das políticas de golpes de Estado modernizadores praticados nas décadas de 60 e 70, a partir do golpe brasileiro de 1964. (SANTOS, 1997, p.5).

Deste modo, Rostow apoiava sua teoria no capitalismo de Estado autoritário e modernizador, em novos meios de produção, formatando Estados Capitalistas Totalitários. Uma vez que não havia acumulação primitiva de capital para a decolagem do capitalismo, o Estado Totalitário deveria cumprir este papel motriz de inserção industrial através absorção de créditos e transferências de tecnologias dos países da aliança liberal capitaneada pelos EUA. Em sintonia com este modo operante de produção, o Estado Totalitário criava ou fomentava empreendimentos agregando a classe dominante nacional aos capitalistas estrangeiros, em empresas de economia mista. Entretanto, a maior parte do capital tecnológico que vinha para o Brasil era obsoleta nos países centrais, tratava-se da materialização da mais valia absoluta nos países periféricos.

Já Schumpeter (1961, p.131), afirmava “que o processo de destruição criadora é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver”.

Schumpeter (1961) teoriza sobre o empresário criativo, a inovação tecnológica, a função do crédito bancário e o rompimento do fluxo circular de produção, compreende o funcionamento cíclico da economia capitalista. Para ele, a inovação eleva o ciclo de vida do produto e da indústria. A destruição criativa possibilita o surgimento de novas indústrias e novos produtos. Revigora o capitalismo.

Para Schumpeter (1961), o impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista.

Assim sendo, Schumpeter (1961), apoiava sua teoria na inovação para romper o ciclo estacionário ou depressivo do produto e da economia, da destruição criadora da empresa e do capitalismo, numa transformação dos meios de produção. Uma reinvenção do capitalismo, com novas tecnologias, novos meios de produção, novos produtos, novos mercados, o empresário criativo, maior oferta de crédito, novas formas de gestão. Vale destacar, o pano de fundo de sua teoria vivenciava a crise cíclica do capitalismo de 1929, uma crise do lado da oferta, da superprodução. Portanto, sua teoria ao se apoiar no lado da oferta, demonstrou-se incapaz de alavancar a mola propulsora do capitalismo, por não ter demanda efetiva, mesmo com o aporte de novos capitais.

Daí a conseqüente intervenção do Estado Capitalista na economia, como elemento motriz para um novo ciclo econômico: emitindo e emprestando moeda; fomentando obras de infra-estruturas; garantindo o bem estar social dentro de suas fronteiras; criando guerras em outros países, construindo e exportando material bélico; etc.

Conforme visto em Douglas North (1977, p.235): “No século XIX, algumas regiões canadenses e americanas tiveram o seu impulso para o crescimento a partir de exportações lucrativas de seus recursos naturais, sem nunca terem passado pelo estágio de economia de subsistência”.

North focaliza sua atenção naquilo que ele chama de “regiões novas”: áreas cujo objetivo básico era explorar a terra e seus recursos, com o fim de produzir bens que pudessem ser comercializados “fora” e que se transformariam em renda monetária. Essa economia tem um período de rápido crescimento, baseada em poucos produtos de exportação. North dá o exemplo do Pacífico Noroeste norte-americano, que no século XIX foi palco de um período de rápido crescimento, baseado em apenas dois produtos de exportação: trigo e madeira. (LINS; LIMA; GATTO, 2012, p.12-13).

Segundo North (1977), vale observar e analisar os novos mercados, para saber o que vai vender e como vai chegar este produto ou serviços, conforme visto em Souza (1980, p.117):

Quando se tem a intenção de estudar uma região, um dos problemas fundamentais é compreender suas relações com as demais regiões do sistema nacional e com o exterior. A teoria mais simples para explicar essas relações é a teoria da base econômica, que pretende estudar e avaliar os impactos dos fluxos de mercadorias e de serviços entre a região e o resto do mundo.

De acordo com a teoria da base econômica, a atividade total de uma região (ou de uma cidade) apresenta uma dicotomia bastante nítida, tendo-se, de um lado, as atividades básicas (de exportação), e de outro lado, as atividades locais (ou de mercado local).

As atividades básicas independem do nível da renda interna e constituem o motor do crescimento regional, porque engendram um efeito multiplicador sobre as atividades de mercado local, que delas dependem. Os bens e serviços produzidos no setor básico são consumidos no exterior, dependendo, pois, do nível de renda do resto do mundo.

Sendo assim, a região pode crescer mesmo se grande parcela de sua população não tenha poder de compra em expansão. O setor básico será o que apresentará maior dinamismo de crescimento e o setor de mercado local terá seu crescimento limitado pela distribuição interna da renda e pelas interdependências que poderão criar-se entre as exportações e as atividades de mercado interno.

A teoria da base econômica admite, implicitamente, que no início do processo, a região possua um volume de produção que satisfaz plenamente as necessidades da população local e às empresas exportadoras e que há desemprego de fatores. Não havendo capacidade ociosa, a expansão das exportações ocasionará o deslocamento de recursos produtivos do setor de mercado interno para o setor exportador, não exercendo efeito positivo na expansão do produto regional.

Segundo North (1977), a mudança de uma base agrícola para uma base industrial pode não ser necessária e nem desejável. Não há nada que impeça que a população e a renda per capita cresçam em uma região cuja base de exportação seja agrícola. Além disso, as indústrias, secundária e terciária, se desenvolverão automaticamente como resultado das altas rendas auferidas dos produtos de exportação.

Para North (1977, p.308), o que determina uma região ser industrializada ou não, é “um conceito de industrialização mais útil para os nossos propósitos é o de uma região, cuja base de exportação consiste, principalmente, de bens de consumo finais e/ou bens manufaturados intermediários”.

Ainda segundo North, possuir uma base de exportação não deve ser, contudo, a única preocupação de uma região. Para evitar ficar “encalhada”, a região deve mudar sua base de exportação quando houver um declínio persistente na exportação de algum produto. Mudanças na demanda exterior à região, exaustão de um recurso natural, custos crescentes de terra ou trabalho (em relação aos de uma região competidora), mudanças tecnológicas que alteram a composição relativa dos insumos, são algumas razões apontadas por North como responsáveis pelo declínio. (LINS; LIMA; GATTO, 2012, p.14).

Ao verificar se a teoria de Douglas North se aplica a região objeto da pesquisa, vale destacar: a região de estudo é uma base exportadora de recursos naturais, sem ter passado pelo estágio de uma economia de subsistência; entretanto os produtos de exportação são insumos, o que dificulta a acumulação do capital. Além do mais, o PIB do setor agropecuário, varia ano a ano, positivamente e negativamente, dado às oscilações dos preços das commodities, conseqüentemente afetando da mesma forma o PIB real do município, o que dificulta a diversificação e verticalização da economia.

Quanto à suposição de Souza, sobre a teoria de base econômica exportadora. Há de levar em consideração alguns aspectos: a) a oscilação internacional dos preços das commodities; b) a não acumulação de capital dentro da fronteira nacional, dada à especialização em recursos naturais e em produtos de baixa tecnologia (gerando mais-valia absoluta para as matrizes); c) a concentração e centralização da acumulação do capital nos países centrais; d) o estrangulamento ou não criação de um mercado consumidor regional.

Staley e Morse (1971), em seu livro *Industrialização e desenvolvimento: a pequena indústria moderna para países em desenvolvimento* aborda o aspecto da modernização e do crescimento industrial em países em desenvolvimento, destaca o papel da manufatura em pequena escala. Indicando o caminho da transformação de formas mais antigas da pequena indústria em direção a outras novas e mais promissoras, de uma economia tradicional para uma economia moderna.

[...] a pequena indústria pode contribuir significativamente para o progresso econômico se houver modernização em sua organização e tecnologia, seletividade apropriada quanto aos produtos escolhidos para manufatura em pequena escala e boa administração. Existem técnicas para fomentar estas características desejáveis [...] (STALEY; MORSE, 1971, p.9-10).

Para Staley e Morse (1971, p.9), países que lutam pela industrialização, enxergam a pequena indústria como parte atrasada e defasada da economia. Tal atitude, segundo eles, é um engano, pois “não se tem dado muita atenção aos benefícios que podem ser alcançados por meio do auxílio à pequena indústria para que esta se modernize e, estimule o desenvolvimento de novas e pequenas fábricas modernas”.

Staley e Morse (1971, p.10), trabalham com a hipótese “de que a estrutura industrial mais produtiva para qualquer país será uma combinação de unidades de manufaturas grandes, médias e pequenas.” Segundo eles, certas indústrias, para que haja eficiência, as unidades necessitam ser grandes (aço); em outras, pequenas unidades são mais eficientes do que as grandes (móveis).

A teoria de Staley e Morse (1971), é válida na região do objeto de estudo e no mundo em geral. Observa-se que a maioria dos pequenos negócios só é possível em escalas menores de produção, como se nota com a terceirização da grande indústria, e a sua especialização em seu ‘core business’. Grande parte da indústria contrata serviços especializados de pequenas empresas, dada a pouca escala de produção, a necessidades de fornecedores de insumos

variados, a manutenção de equipamentos, etc. Outros exemplos são: a pequena indústria na produção de alimentos para consumo interno; o setor de serviços; a produção de software; etc.

Em “A teoria do desenvolvimento regional polarizado”, Jean Paelinck (1977), faz algumas contribuições à obra do seu mestre Perroux:

[...] o conceito de pólo de crescimento tem sido, freqüentemente mal interpretado. Tem sido confundido com o conceito de indústria-chave, com a de indústria básica, com o de complexo industrial; daí a confusão, que resultou numa concepção errônea, segundo a qual o pólo de crescimento seria um tipo de monumento industrial, erigida à glória de uma futura industrialização regional, garantia de um crescimento econômico assegurado. (PAELINCK, 1977, p. 162).

Paelinck (1977, p. 162-163), ao escrever sobre Perroux, relata que “o pólo de crescimento se define em termos de espaço econômico, o que significa que o conceito de Perroux tem fundamentalmente um sentido funcional e econômico.” Relata ainda que a interpretação mais recente de Perroux descreve pólo de crescimento “como um conjunto de unidades motrizes que criam efeitos de encadeamento sobre outros conjuntos definidos no espaço econômico e geográfico; e ainda, como uma unidade motriz num determinado meio”.

Para Perroux (1977), a integração econômica diz respeito à órbita dos pólos de crescimento, a indústria-motriz, os complexos industriais, etc. Argumentação, baseada no reconhecimento da organização econômica, em grandes grupos de empresas, com forte interdependência técnica e financeira [...]. É vista como um processo em que a fronteira nacional tem menos importância, na medida em que empresas pertencem e/ou atuam no espaço econômico, em detrimento do espaço geográfico. Perroux (1977) classifica os espaços econômicos em três categorias: (1) espaço econômico definido por um plano ou programa de ação; (2) espaço econômico como um campo de forças; e o (3) espaço econômico como um agregado homogêneo.

Para Perroux (1977, p.146), “[...] o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em *pontos ou pólos de crescimento*, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia”.

Considerando as economias externas, Perroux (1977, p.148), afirma que “[...] os lucros de uma firma são função não apenas de suas vendas e de suas compras no mercado de fatores, mas, também das vendas e das compras de fatores de outra firma”. Uma vez que o lucro é motor da expansão e do crescimento capitalista, a ação motriz não mais decorre da procura e

da aquisição dos lucros de cada firma individual, mas pelos lucros do coletivo das firmas individuais. (PERROUX, 1977, p.148).

Perroux (1977) considera que “a *inovação* introduz variáveis diferentes e (ou) suplementares no horizonte econômico e, nos projetos dos agentes e grupos de agentes dinâmicos”, causando um efeito *desestabilizante*. Para ele, “todo equilíbrio *econômico* dinâmico liga-se a um equilíbrio *social* dinâmico, uma acumulação de abalos no primeiro repercute no segundo”. Ou seja, há uma interdependência entre os agentes. Vale salientar que enquanto Schumpeter (1964) centraliza seu modelo de crescimento em função dos grandes empresários, (PERROUX, 1977, p.151) considera os poderes públicos, suas iniciativas, e pequenas inovações de adaptação.

Para Hirschman (1961), uma determinada indústria só será criada se tiver capacidade para produzir e só terá sentido em existir se conseguir vender sua produção. Para que essas condições se verifiquem, a criação de uma indústria só será viável se resultar de uma demanda que lhe anteceda, já existente.

Hirschman (1961, p.155-156), analisa dois processos de incentivo atuantes, por ele denominado, setor de Atividades Diretamente Produtivas (ADP), que, nas suas palavras são os que seguem:

(1) O input-provisão procura derivado, ou efeito em cadeia retrospectiva, isto é, cada atividade econômica não primária induzirá tentativas para suprir, através da produção interna, os inputs indispensáveis àquela atividade.

(2) A produção-utilizada, ou efeito em cadeia prospectiva, ou seja, toda atividade que, por sua natureza, não atenda exclusivamente às procuras finais, induzirá a tentativas de utilizar a produção como inputs em algumas atividades novas.

Conforme Hirschman (1961, p.161), “o fato de os efeitos em cadeia de duas indústrias, vistos em conjunto, serem maiores do que a soma dos efeitos de cada indústria isoladamente, fala a favor do caráter cumulativo do desenvolvimento [...]”. Nota na afirmativa de Hirschman, conceitos de causação circular cumulativa e de economias externas, vistos em Myrdal e Marshall, além das etapas do desenvolvimento econômico observadas em Rostow.

Ao contrário de Schumpeter, Hirschman apoiava sua teoria no lado da demanda, no efeito encadeador e multiplicador deste. Para ele uma atividade econômica não primária demandava insumos (input) de uma atividade primária, e por sua vez, a atividade econômica ‘produção-

utilizada' ou 'cadeia produtiva' destinava sua produção como bem final (output) ou como insumos (input) para novas atividades econômicas. Este efeito encadeador apoiado no lado da demanda torna-se mola motriz do capitalismo, por seu caráter de causação circular cumulativa e de economias externas, também corroboradas por outros cientistas como Myrdal, Marshall e Rostow.

Vale ressaltar, Benko e Lipietz (1994) apresentam esquema teórico espacial das "economias-mundos" à Wallerstein (2001) e à Braudel (1995), apoiada numa...

[...] teoria espacial mais estruturalista, inspiradora das gestões administrativas do território mais funcionalistas [...] assentada num imponderável, um não mensurável, um princípio de organização não mercantil, específico da própria aglomeração, que pode [...] [...] ser desencadeado e estimulado por decisões administrativas superiores [...] [...] certas cidades têm mais êxito do que outras [...] [...] porque a sua vida econômica (ou cultural) é ativa, porque os seus habitantes adotam uma atitude cooperativa ou bem conectada. A hierarquia espacial é resultado, e não causa [...] (BENKO; LIPIETZ, 1994, p.6-7).

As teorias do desenvolvimento capitalistas sejam inspiradas: 1- na acumulação primitiva do capital, no surgimento do sistema bancário, no investimento; 2- na transformação do trabalho artesanal em fabril, na especialização, na divisão internacional do trabalho; 3- nas trocas do comércio internacional; 4- no empresário criativo e inovador, apoiado em novos produtos e processos; 5- no papel do Estado empresário interventor; 6- na pequena produção artesanal fabril terceirizada combinada com a grande indústria; 7- ou nos seus recursos naturais. Leva em consideração a destinação da acumulação primitiva do capital a uma atividade econômica motriz que dinamize as demais atividades econômicas; os efeitos encadeadores a montante e a jusante da economia.

A não acumulação deste capital no processo histórico pelas condicionantes pré-estabelecidas pela revolução capitalista, a divisão internacional do trabalho, o comércio internacional entre metrópoles e colônias, e mais adiante entre o centro e a periferia. O papel do Estado se destaca no início do século passado em três vieses: 1- no socialismo; 2- no capitalismo do bem estar social; 3- e no capitalismo totalitário.

3.3 O CAPITALISMO TOTALITÁRIO DE ESTADO

Após a crise cíclica do capitalismo em 1929. A economia de mercado e a mão invisível do capitalismo passam a ser questionados pelos teóricos da ciência econômica. Quais as causas

do desequilíbrio econômico do mercado capitalista considerado perfeito, auto regulável, onde o lado da oferta determina a demanda? Como estancar o desemprego do capital e conseqüente desemprego das famílias? Estes questionamentos entre os anos 20-30 do século passado trouxeram a luz novamente o debate sobre a participação do Estado na economia, de tendências fascista, social democrata e socialista. Daí a ciência e economia política buscar responder tais questões¹.

Segundo Max Weber, o Estado é responsável pela organização e pelo controle social, pois possui o monopólio da violência legítima (coerção), condição fundamental para estabelecimento da soberania². Ou seja, o Estado nacional absoluto destituído pela democracia burguesa é ressuscitado pela mesma burguesia para proteger os interesses do capital e sua reprodução.

Para Karl Marx, a superestrutura, um dos níveis da estrutura sócia, compreende a estrutura Jurídica (o Direito e o Estado) e a Ideologia (moral, política, religião, artes). Segundo Marx, a estrutura social é produto da relação dialética entre a superestrutura (o Poder do Estado) e a infraestrutura (a Economia)³. Para viabilizar o modo de produção capitalista, a classe dominante, a burguesia, tem que ter o controle da superestrutura do Estado, (do direito, das forças armadas, da ideologia, da mídia, da propaganda).

Daí a mídia burguesa propagar tão somente o ideal burguês nos meios de comunicação: o consumismo, o individualismo, a supremacia da civilização ocidental sobre os demais povos, a violência ante a diplomacia para resolver conflitos, o direito de propriedade dos capitalistas,

¹ No dicionário de Houaiss, século XIII, “política é arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados”. Na democracia, “a política é a atividade dos cidadãos nos assuntos públicos com seu voto ou com sua militância”. A palavra política tem raiz nos tempos em que os gregos estavam organizados em cidades-estado chamadas "polis". Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Politica>> Acesso em: 3 nov. 2012.

² Ainda segundo o dicionário de Houaiss, século XIII, o Estado designa de conjunto das instituições (governo, forças armadas, funcionalismo público etc.) que controlam e administram uma nação ou país soberano, com estrutura própria e politicamente organizado. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado>> Acesso em: 3 nov. 2012.

³ Para Karl Marx a estrutura social é a forma para produção social da vida, onde os homens estabelecem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade. As chamadas relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Estrutura_\(marxismo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Estrutura_(marxismo))> Acesso em: 3 nov. 2012.

a expansão geopolítica capitalista sobre povos e nações. Assim sendo, o capitalismo 'totalitário' de Estado nos países periféricos apresentava-se como condição 'sine qua non' para a difusão do capitalismo pelo mundo.

Após a queda do muro de Berlin, o capitalismo torna-se a força hegemônica sobre os demais tipos de sociedade, economicamente, ideologicamente, politicamente e militarmente. O mundo deixa de ser bipolar para ser unipolar, sob a égide dos EUA. Para os teóricos marxistas, o papel dos Estados modernos passa a ser determinado ou relacionado ao seu papel nas sociedades capitalistas⁴.

Em contra argumentação a visão burguesa, o economista americano Paul Sweezy (1999) e outros pensadores marxistas defendem que o Estado capitalista deveria proteger os direitos de propriedade do cidadão comum sobre os meios de produção. A primeira vista, parece incoerente esta proposição, mas no Estado capitalista, somente os proprietários do capital têm este direito.

Destaca-se que o capitalismo pressupõe o controle dos meios de produção por parte dos capitalistas, o desprovimento dos meios de produção do proletariado, a especialização e divisão internacional do trabalho, as vantagens comparativas, absolutas e relativas, do comércio internacional⁵.

Daí a organização política, econômica e social de uma nação só ser possível graças à superestrutura de Poder do Estado, a relação dialética entre a superestrutura e a infraestrutura, resultando na estrutura e produto social. Ou seja, o Estado age com coerção para manter o Poder nas mãos da classe social dominante, para viabilizar o modo de produção capitalista.

⁴ Os marxistas rejeitam as idéias liberais que consideram o Estado uma instituição estabelecida no interesse coletivo da sociedade como um todo, para conciliar interesses em nome do bem comum. Contrariamente à visão pluralista, o Estado não é uma mera arena neutra para a resolução de litígios, porque pende fortemente a apoiar os interesses de uma determinada classe social, neste caso os capitalistas. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado#Marxismo>> Acesso em: 03 nov. 2012.

⁵ Ainda em oposição à opinião liberal ou pluralista do papel do Estado, o economista americano Paul Sweezy e outros pensadores marxistas têm defendido que o Estado capitalista deva proteger direitos de propriedade do cidadão comum sobre os meios de produção. Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado#Marxismo>> Acesso em: 03 nov. 2012.

Convém ressaltar o seu reconhecimento no estamento da sociedade, enquanto parte de uma classe social. Onde você se inclui, pressupõe sua identificação política de classe na defesa ou no repúdio dos interesses da classe dominante. Daí a pequena burguesia defender os interesses do grande capital por achar-se inclusa na classe dominante. Já o proletariado ao reconhecer-se em sua classe social tende a questionar a classe dominante. Daí seu papel revolucionário para desconstrução do capitalismo e criação de uma nova sociedade mais plural.

Sobre as democracias, convém distingui-las. Os capitalistas tendem a defender a democracia representativa ou indireta, um regime de governo com o poder de tomar importantes decisões políticas em nome do povo, indiretamente por meio de representantes eleitos. Entretanto, estes representantes quase sempre votam contra as aspirações populares através de votos secretos e outros artifícios.

Já a democracia direta, ou democracia pura (direta), o povo expressa a sua vontade por voto direto em cada assunto particular. Esta última, difícil de ser aceita pelo capitalismo, é aceita por alguns países de tendência socialista, através das células comunitárias, ou conselhos de base. Existe ainda a combinação dos dois tipos de democracias (direta e representativa) em países com tendência social democrata. Nestes dois últimos casos, políticos com interesses contrariados e a forte burocracia do Estado tendem a impedir o dito popular.

Convém ressaltar a análise de Bresser Pereira (1982), que denomina o capitalismo contemporâneo, de capitalismo de Estado ou capitalismo tecnoburocrático. Segundo Bresser Pereira (1982), “o Estado assumiu novas funções econômicas que o tornam essencialmente diverso do Estado existente no capitalismo clássico, competitivo, que foi dominante no século XIX, ou mesmo no capitalismo monopolista da primeira metade do século XX”. Para Bresser Pereira (1982), o Estado não deve ser uma superestrutura jurídico-institucional responsável pela reprodução do capital como prescrevia Marx e Engels, nem um regulador macroeconômico como prescrevia Keynes.

Ainda segundo Bresser Pereira (1982), o que caracterizou o capitalismo de Estado, não foi o fato do Estado se tornar-se produtor, mais importante foi o fato do Estado ter substituído o mercado na coordenação do sistema e na repartição do excedente. Ou seja, o capitalismo de Estado passa a acumular capital para reprodução do próprio sistema.

Daí verifica-se a importância do capitalismo ‘totalitário’ de Estado nos países periféricos para manutenção e reprodução do sistema capitalista no século passado. Seja no período das duas grandes guerras mundiais, seja no período da guerra fria. O inimigo comum dos fascistas e capitalistas liberais era o socialismo, que se agigantava na periferia mundial como solução ante a exploração de seus povos e de seus recursos naturais.

Com o fim da guerra fria, o capitalismo ‘totalitário’ de Estado cede espaço ao capitalismo neoliberal, uma feição mais branda do fascismo, mas com o mesmo norte. Os liberais passam a defender: a diminuição do tamanho do Estado nos países periféricos, à abertura dos seus mercados, as privatizações de suas empresas, etc. Seu papel totalitário já não era mais necessário. A democracia burguesa passa a ser o caminho de todas as nações ‘civilizadas’.

Em uma análise da crise cíclica do capitalismo de 2008. O cientista José Luís Fiori (2008) teceu o seguinte comentário sobre o Plano de Ação do G7:

A intervenção de grandes potências manteve em funcionamento as funções vitais do sistema, mas não pode impedir o efeito-contágio da crise. Turbulências sociais regressivas poderão ocorrer na Europa do Leste, Ásia Central e África – onde assumiriam formas dramáticas.

Nós decidimos tomar medidas decisivas e utilizar todos os instrumentos à nossa disposição para sustentar as instituições financeiras que tenham importância sistêmica e impedir que elas possam falir. *Plano de Ação do G7, Washington, 10/10/2008.*

Mais uma vez o capitalismo liberal (travestido de neoliberal) utiliza-se do capitalismo ‘totalitário’ de Estado para proteger seu modo de produção, o capital e sua reprodução. Vale destacar que antes da explosão da bolha especulativa do grande capital, a sociedade não foi chamada a repartir os lucros, agora vai ter que pagar os prejuízos desta. O capitalismo ‘totalitário’ de Estado acorda e volta a socorrer os mercados. A máquina de fazer dinheiro sem lastro espalha suas moedas nos mercados financeiros, americano e europeu, trilhões de euros e dólares são emitidos para socorrer os bancos e exigir austeridade dos povos.

3.4 A GEOPOLÍTICA E POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Segundo o General Golbery do Couto Silva, em seu livro *Conjuntura nacional o poder executivo & geopolítica do Brasil*:

O Brasil, com a 'revolução' de 1964, ingressou, quase sem perceber, numa fase de centralização acelerada que iria permear todos os campos e setores da atividade do Estado, do político ao econômico e deste ao primeiro em reforço recíproco, extravasando-se aos poucos, a todos os recantos da sociedade nacional em manifestações psicossociais telecondicionadas, senão até mesmo comandadas, desde o Governo central. (SILVA, 1981, p. 22).

Observa-se o emprego totalitário das palavras do General Golbery Silva (1981, p. 22), 'telecondicionadas', 'comandadas' pelo Governo Central. Mais adiante o autor critica a anemia federativa e o municipalismo em favor do Planejamento Estatal 'democrático' e indicativo da segurança nacional. Para ele o processo de centralização-política-administrativa progrediria a largos passos.

Em outra citação, verifica-se a rigidez do sistema:

A hipertrofia do Executivo acabaria por anular a atividade legislativa do Congresso, quase que limitado a cancelar projetos de iniciativa do 'poder maior', quando não se abstendo perante eles. Em assuntos decisivos o Poder Executivo substituir-se-ia até mesmo ao Judiciário no julgamento e punição de quem se insurgisse a ele, recorrendo para tanto a diplomas de exceção. (SILVA, 1981, p. 23).

Para Silva (1981, p. 24), "marchava-se inconscientemente para o máximo da centralização a par de um máximo de inoperância". Para o autor, em meados da década de 1970, se alcançou o máximo da centralização política administrativa. Os militares já estavam conscientes da necessidade da desburocratização. Esta desburocratização assumiu ares de democratização.

Nos anos 1980, os militares iniciam uma abertura democrática, já irreversível, havia uma pressão interna e externa grande pela redemocratização do Brasil. Por outro lado, havia 'pressões contrárias, persistentes e fortes, do campo político militar ao econômico'. A abertura desejada pelos militares deveria ser gradual e controlada. Muitos setores militares estavam resistentes à abertura (SILVA, 1981, p. 30).

Segundo Berker e Egler (1998, p.124), após os anos 1970, "o Brasil mudou sua posição na economia mundo, assumindo a categoria de semiperiferia como uma potência regional". Esta mudança foi conseguida graças às condições pré-existentes, tais como, mercado interno significativo, grande território, sólida base industrial. Para os autores, este processo foi autoritário, excludente e modernizador (BERKER; EGLER, 1998, p.123-124).

Ainda segundo Berker e Egler (1998, p.124), o novo autoritarismo foi uma estratégia para assegurar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. No caso abordado por Berker e Egler

(1998, p.124), se tratava de uma modernização conservadora totalitária, dirigida pelos militares, que combinava o projeto geopolítico com o autoritarismo histórico.

O projeto também consistia no fortalecimento da estrutura bélica das forças armadas, com alto desenvolvimento tecnológico. Segundo Berker e Egler (1998, p.125), este projeto já fazia parte do Plano de Metas do governo Kubitschek. No entanto, o êxito desse projeto necessitava de: conhecimento; uma indústria de bens de capital para garantir a soberania nacional; autonomia tecnológica; e instrumentalização do espaço como base para adquirir legitimidade do Estado.

Os autores destacam ainda, a estratégia geopolítica de integração nacional, com a ocupação de todo territorial nacional, principalmente do vazio demográfico amazônico, a implantação de uma fronteira científico tecnológica, e projeção internacional (BERKER; EGLER, 1998, p.125). Portanto, verifica-se que o controle soberano sobre a Amazônia, não foi um projeto exclusivo dos militares. Entretanto, é fato que os militares pós 1964 atingiram este objetivo de ocupação territorial e geopolítica. Quanto ao campo social, houve certa preocupação em manter alguma legitimidade e apoio de alguns setores da sociedade, por meio da propaganda midiática. Porém, estes setores estavam associados a elite dominante, empresários industriais, a aristocracia rural, e formadores de opinião sustentados pelo regime militar.

4 A TRAJETÓRIA POLÍTICA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE SINOP

4.1 O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL PÓS-GOLPE MILITAR DE 1964

Este subcapítulo expressa às observações do pesquisador sobre a área de estudo, a interpretação e inferências do autor sobre o objeto de pesquisa, como professor pesquisador. A convivência do mesmo, como militante político de esquerda, o acompanhamento dos fatos históricos da época nos embates públicos, a leitura de textos, livros e jornais clandestinos ou de domínio público.

No início da década de 1970, a junta militar que presidia o governo federal brasileiro. Por razões de estratégia geopolítica de defesa nacional; e por mudanças estruturais em sua política econômica pró-alinhamento ao capitalismo americano. Decidiu no bojo desta nova estratégia de governo, a ocupação territorial das regiões Norte e Centro-Oeste do território nacional. Dando continuidade à defesa das fronteiras do Brasil imperial.

Brasileiros das mais longínquas regiões do Sul, Nordeste e Sudeste migraram para as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil em busca do eldorado, da realização de sonhos de riqueza, de uma melhor condição de vida social, com dignidade, saúde, educação, trabalho e cidadania. Sendo o município de Sinop, na região Centro-Norte do Estado do Mato Grosso, parte deste processo de ocupação territorial, promovido por governos militares.

O cenário externo da época era palco da guerra fria, marcado por disputas geopolíticas, por controle de territórios e recursos naturais. O mundo vivia a era bipolar: ou as nações se alinhavam ao modo de produção e vida capitalista liderado pelos Estados Unidos da América (EUA); ou se alinhavam ao modo de produção socialista inspirado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Neste panorama, os EUA e sua agência de inteligência, a *Central Intelligence Agency* (CIA), juntamente com militares e partidários direitistas, liberais e fascistas, destituíram as democracias dos países da América Latina. Instaurando no lugar governos militares fascistas, adotando um capitalismo ‘totalitário’ de Estado. Neste ínterim, de disputas geopolíticas, dos recursos naturais e do controle ideológico, desperta na comunidade internacional, o interesse pelo domínio da Amazônia.

Internamente, o Brasil atravessava uma conjuntura política fechada ao debate. A disputa ideológica travada entre ideais socialistas e capitalistas, fora vencida pelos últimos, com o aparato da força do regime militar, através do Golpe de Estado de 31 de março de 1964.

Neste mundo conflituoso, sob a égide americana juntavam-se interesses de políticos partidários do capitalismo, fascistas e militares, do Brasil e da América Latina. Além de golpear as democracias sul-americanas, esta aliança através de operações secretas do tipo Condor, perseguiu, torturou e eliminou políticos da esquerda dos países sul-americanos. Vale citar, a eliminação dos guerrilheiros do Araguaia no Pará.

Afora os políticos de esquerda, intelectuais, democratas e artistas contrários à ditadura militar também foram perseguidos, torturados, mortos ou exilados. A imprensa e os meios de comunicações passaram a serem censurados e controlados, os noticiários eram selecionados, para evitar o conhecimento dos focos de resistência ao regime militar.

No meio rural, existia uma forte pressão dos trabalhadores rurais pela posse da terra e reforma agrária. Para dirimir tal problema, e diminuir as tensões do campo, os militares passaram a desenvolver planos de colonização e de reforma agrária longe dos centros urbanos.

Com o esmagamento da esquerda, iniciava-se um novo ciclo 'neocolonial' brasileiro. Agora nas regiões Centro-Oeste e Norte brasileiro com o apoio dos americanos. Um novo modelo capitalista de exploração da terra é introduzido no Brasil, a 'revolução verde'.

O grande capital, a indústria madeireira, a exploração do ouro, a pecuária de corte, e a produção empresarial de cereais se estabelecem na região Centro-Norte do Estado do Mato Grosso, com forte apoio do aparelho do Estado, ocupando as melhores e maiores partes do espaço que se construía.

As grandes faixas de terra destinados a grandes empresários e pessoas ligadas ao regime militar assumiam características de (latifúndios produtivos⁶), localizados no entorno da BR-163. Já os lotes destinados aos projetos de reforma agrária adquiriram características de

⁶ Latifúndio produtivo trata-se de grandes faixas de terras doadas a grandes empresários e aliados políticos para a implantação de uma agropecuária moderna, utilizando técnicas da revolução verde, muita mecanização, com uso de máquinas e implementos agrícolas, agrotóxicos, hormônios, fertilizantes, calcário, adubo, sementes, etc.

(minifúndios) destinados à subsistência, geralmente localizados no fundo dos latifúndios, distante das estradas e das cidades, ou seja, longe dos centros de consumo, e da logística do mercado capitalista.

O planejamento político, econômico e estratégico para Amazônia executado pelos governos militares com apoio do grande capital alcançou o êxito almejado: na ocupação geopolítica da fronteira amazônica brasileira; no desenvolvimento de uma fronteira de produção agropecuária; na implantação de um novo modelo de produção capitalista, a revolução verde; no extrativismo vegetal e mineral; na diminuição das tensões no campo; etc.

Entretanto, este sucesso ‘neocolonial’, não levou em consideração: a equidade socioeconômica, a sustentabilidade do meio ambiente, e a qualidade de vida de parte dos migrantes e índios nativos da região. Segue adiante as estratégias, objetivos alcançados, e as transformações no meio:

A estratégia geopolítica nacional de ocupação territorial da Amazônia, com o lema ‘integrar para não entregar’, compreendia em construir bases militares para proteção do território nacional e redes urbanas econômicas para dar suporte à ocupação territorial. Neste aspecto, tal iniciativa foi alcançada e assegurou a fronteira oeste e norte do Brasil. Havia muitos interesses estrangeiros na região até então desabitada pelo homem ‘civilizado brasileiro’.

O desenvolvimento da nova fronteira agropecuária, utilizando o modelo norte-americano da ‘revolução verde’, consistia na grande propriedade rural (no latifúndio produtivo), na gestão empresarial, na mecanização, com alta utilização de insumos e implementos agrícolas importados, ganhos de produtividade, alta escala de produção, e baixa utilização da força de trabalho. Para o capitalista ou empresário rural foi um sucesso (eles detinham o capital e os meios para produzir). Já àqueles desprovidos de conhecimento, meios de produção e capital, estes ficaram sem trabalho, sem terra e sem modo de produção para viver; ou seja, passaram a constituir o proletariado rural e urbano, ou exército de reserva do grande capital.

O extrativismo florestal, o desflorestamento da madeira sem manejo florestal ou posterior reflorestamento, corroborou para instalação de uma indústria madeireira (móvel) que se deslocava no sentido norte da BR-163 à medida que se exauria a madeira da região, deixando para trás desequilíbrios socioeconômicos e meio ambientais. Esta indústria lucrativa no curto prazo, não planejou o longo prazo, imaginava uma natureza infindável.

O extrativismo artesanal do ouro corroborou para degradação do meio. Fez surgir aglomerados populacionais, sem nenhuma infra-estrutura, criando vilas, distritos, cidades sem planejamento urbano, a exemplo da cidade de Peixoto de Azevedo, para depois torná-las cidades fantasmas, quando esgotadas suas reservas minerais. Vale ressaltar, a atividade mineira é uma das atividades mais predatórias do meio, necessita de forte fiscalização e controle meio ambiental do Estado, o que não aconteceu no governo militar.

A reforma agrária visou diminuir as tensões no campo nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Entretanto, os minifúndios, lotes de aproximadamente 100 ha, com 80% das terras destinadas à preservação, foram implantados distantes dos centros urbanos, no fundo dos latifúndios empresariais, sem nenhuma logística; mercado; e apoio técnico-creditício a pequena produção familiar. Como abordado anteriormente, sem conhecimento, capital, meios de produção, estas famílias foram entregues a miséria. Hoje, dependentes dos programas sociais do governo.

4.2 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE SINOP PÓS ANOS 1970

Segundo Ferreira (2012), o processo de ocupação do território de Sinop e região teve início em 1972. A Colonizadora Sinop comprou de terceiros 500 mil hectares de terra localizadas 500 km ao norte de Cuiabá, denominando de Gleba Mercedes. A fundação das vilas (Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia) contou com a participação de quatrocentos homens e máquinas. Foram construídas: “1,400 km de estradas vicinais; campos experimentais; centros comunitários; escolas; e alojamentos de apoio para colonos”. (FERREIRA, 2012).

Em 24 de julho de 1976, o então governador José Garcia Neto assinou a Lei nº 3.754/76, elevando Sinop à categoria de distrito do município de Chapada dos Guimarães. Em 17 de dezembro de 1979, o governador Frederico Campos assinou a Lei nº 4.156/79, que elevou Sinop à categoria de município. Entretanto, sua fundação e aniversário são comemorados em 14 de setembro de 1974 (FERREIRA, 2012).

Conforme Natalício P. Lacerda (2008) citando Aumeri C. Bampi e Cassiano G. Roque, a ocupação territorial do Estado do Mato Grosso iniciou-se com a mineração do ouro por colonos brasileiros, ainda em território de posse espanhola.

A ocupação do atual território do Estado de Mato Grosso se inicia com a descoberta de minas de ouro nos rios Coxipó e Cuiabá, são várias as cidades originárias deste período como Cuiabá, Cáceres e Poconé. Originalmente de posse espanhola, os

primeiros povoados foram fundados por jesuítas entre os rios Paraná e Paraguai. No século XIX, a produção de ouro já não era a mesma e não se mostrava suficiente para a sustentação da região. Com a crise da mineração, os comerciantes, mineradores e lavradores direcionaram suas atenções para a criação de gado bovino destinado à produção de charque e também da exploração de produtos vegetais, como a cana-de-açúcar, erva-mate e a seringueira. (LACERDA, 2008, p.71).

Segundo estes pesquisadores, durante as décadas de 1940 e 1950, no Estado do Mato Grosso foram criadas algumas colônias agrícolas, o que provocou a valorização de áreas da região. A grande disponibilidade de terras, advindas do vazio demográfico, possibilitou o avanço da fronteira agrícola.

Após 1964, no período dos governos militares, a colonização passa a ser controlada e dirigida, a ocupação da terra assume dois modelos de colonização: o público e o privado. Já a partir dos anos 1970, a colonização comandada pelos militares, com o lema “integrar para não entregar”, ganha maior dimensão com a construção de rodovias, como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém (BR-163). Sendo que ao longo destas são criados vários núcleos de colonização oficiais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Até 1930 a Amazônia mato-grossense estava na condição de território de conquista, ocupada por índios e sustentada por uma economia extrativista. Nas décadas de 1940 e 1950, foram criadas, em Mato Grosso, algumas colônias agrícolas e foram abertas estradas, o que provocou a valorização de algumas áreas na região. O território pouco povoado, a disponibilidade de terras e a possibilidade de progredir estimularam o avanço da fronteira agrícola nessa Região. A ocupação das terras passou a ser feita através da colonização pública e privada, de forma que o governo mantivesse o controle da sua ocupação. No início dos anos 1970, foi lançado o Programa de Integração Nacional, sendo construídas rodovias como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, ao longo das quais foram criados vários núcleos de colonização oficiais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Já em 1972, pelo Decreto 18 é autorizado a funcionar os projetos de colonização. Iniciando as vendas das terras no Norte do Mato Grosso, situada na chamada Pré-Amazônia mato-grossense, zona da mata propriamente dita, cortada pela BR-163, a 500 km ao norte de Cuiabá. (LACERDA, 2008, p.71).

O processo de ocupação espacial do município apoiou-se inicialmente, no extrativismo da madeira. Segundo Vieira (2003), a ocupação territorial do município de Sinop, resultado de uma colonização particular empreendida pela Colonizadora Sinop – Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná – constituiu uma contra-reforma agrária, pois esta não questionava a estrutura fundiária vigente. O modelo de ocupação do território possibilitou a associação do Capital privado ao Estado, assegurando a sua “reprodução ampliada”, consolidando assim, o pacto político-econômico conservador, instituído pelo golpe militar de 1964.

[...] a colonização particular que foi amplamente estimulada pelos governos militar a partir de 1964, responsável pela rápida ocupação da fronteira agrícola em Mato

Grosso buscou: atribuir novos contornos à questão agrária, constituindo-se como uma contra-reforma agrária; atender aos interesses geoestratégicos dos militares ao mesmo tempo em que cumpria a tarefa de ocupação e integração da fronteira agrícola, em expansão, sem pôr em cheque a estrutura fundiária do país; possibilitar aos capitais privados, envolvidos com empreendimentos de colonização, estabelecer uma interface com o Estado de tal forma que assegurassem sua reprodução ampliada; e consolidar o pacto político-econômico conservador, construído a partir do golpe militar de 1964, possibilitando aos empresários rurais sua inclusão, ainda que subordinada, no padrão de desenvolvimento vigente. (VIEIRA, 2003, p.19).

Conforme Vieira (2003), a colonização particular da região dirigida pelo governo militar além de produzir a modernização conservadora da agricultura brasileira, transformando o latifúndio rural em uma empresa rural modernizada, produziu também, a ocupação estratégica do imenso vazio demográfico amazônico.

O sentido da colonização e as origens do núcleo urbano de Sinop parecem corroborar meu ponto de vista. Entendo que se tratou de um tipo de desenvolvimento bastante específico e que, sob o manto de realizar a reforma agrária através da colonização, reforçava o caráter conservador da modernização, garantindo expressivos ganhos ao capital privado com larga utilização dos instrumentos públicos de programação, planejamento e política econômica. (VIEIRA, 2003, p.20).

Em sua dissertação, Vieira (2003) considera que: a colonização dirigida em Mato Grosso, resultado de mudanças estruturais da sociedade, da economia e do Estado, distinguiu-se das experiências de colonização das décadas de 1940 e 1950. Para ele, o modelo de ocupação territorial posto favoreceu as “classes e frações de classes proprietárias e dirigentes”, e cumpriu dois papéis: a substituição da reforma agrária (bandeira do movimento social por reformas de base); e a ocupação geoestratégica da Amazônia.

Tal clivagem permitiu que a colonização dirigida fosse se consolidando como alternativa às demandas sociais expressas nas reformas de base; a colonização que até então não passara de uma estratégia de ocupação de espaços fronteiriços e distantes dos mais importantes centros urbanos do país, passava a substituir uma das mais contundentes reivindicações das chamadas reformas de base, referimo-nos a reforma agrária. (VIEIRA, 2003, p.140).

As políticas desenvolvimentistas empregadas no município de Sinop e região centro-norte do Estado do Mato Grosso, planejadas pelo Estado brasileiro, a partir dos anos 1970, deram início ao crescimento econômico do município e região. Entretanto, como se observará no diagnóstico e análise no decorrer da pesquisa, este crescimento econômico ensejou desequilíbrios socioeconômicos e meio ambientais.

Dada sua localização: logística, geopolítica, e sua grande migração populacional; a cidade de Sinop passa a influenciar toda a região centro norte do Estado do Mato Grosso. Cria-se uma

expectativa de Sinop ser a capital do ‘nortão’ mato-grossense, ou seja, um desejo dos seus fundadores de se instituir o Estado do Norte do Mato Grosso e ter Sinop como capital.

Com vistas a atender esta demanda, em Sinop foram instalados vários órgãos do setor público federal e estadual: Tribunal de Justiça; Ministério Público; Defensoria Pública; Receita Federal; Receita Estadual; Ministério do Trabalho; Previdência Social; Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); um radar do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), para monitoramento da Amazônia Legal; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Batalhão da Polícia Militar; Batalhão do Corpo de Bombeiros; Polícia Civil; Guarda Municipal. Além de duas universidades públicas: a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Universidade do Estado de Mato Grosso (UFMT).

Recentemente, a Embrapa se instalou em Sinop, com os seguintes objetivos: a) ganho de produtividade rural, evitando assim o desflorestamento de novas áreas; b) recuperação de áreas degradadas; c) diversificar a produção agrícola; d) fomento ao manejo e consórcio entre várias culturas, cereais, silvicultura, gado; etc. Bem como, integrar-se a outras instituições de pesquisa, como as universidades públicas, Estadual e Federal, para capacitar a região como um pólo de desenvolvimento tecnológico.

Vale citar, a modernização do aeroporto. Entretanto, somente duas companhias servem a região, num esquema que se supõe um Cartel, entre as empresas TRIP e Passaredo, o que penaliza a sociedade.

Estão em curso: a implantação um Batalhão do Exército Nacional; a construção de um complexo hidroelétrico no Rio Tele Pires; a ampliação da rede de água potável da cidade de Sinop, bem como, a implantação do esgotamento sanitário.

Face ao modelo de colonização público-privado adotado em Sinop, com a doação de terras a grandes empresários. O uso e ordenamento do solo urbano fora organizado num formato cartesiano de lotes residências razoavelmente grandes, de aproximadamente 15m x 45m, com ruas e passeios largos.

Entretanto, com poucas praças de convivência e lazer e insuficiente arborização, o que possibilita a alteração do microclima em partes da cidade, com elevação da temperatura. Além

disso, o saneamento básico é fundado em técnicas rudimentares, como a construção de fossas, poços artesianos, e coleta de lixo sem aterro sanitário. Ou seja, os loteamentos são desprovidos: de infraestrutura de bairro; de um percentual mínimo de área verde; de saneamento básico ambiental; de espaços para esporte, cultura e lazer.

Há também, alteração do microclima em outras partes da cidade, com elevação da temperatura, em face da organização dos novos loteamentos destinados à urbanização, num formato tipo descampado, deixando a terra desprovida de proteção verde, o que empoeira a cidade e causa problemas respiratórios aos cidadãos.

Observa-se o capitalismo ‘totalitário’ de Estado instituído na região, baseado em estamentos de classes sociais, na divisão internacional do trabalho. Os capitalistas, menor parcela da sociedade local associada ao grande capital, são proprietários dos meios de produção, extraem os recursos do município, e os enviam para suas matrizes, nos grandes centros. Promovendo a reprodução do capital, sua acumulação, centralização e concentração.

A ‘pequena burguesia’ é constituída, por funcionários públicos e privados (juizes, promotores, profissionais liberais, defensores públicos, auditores fiscais, professores universitários, e gerentes empresariais). Já o ‘proletariado’ é constituído por trabalhadores urbanos e rurais destituídos dos meios de produção.

A pesquisa observa que a realidade da cidade e da região enseja gargalos ao desenvolvimento local, pois, a acumulação capitalista, não fica na cidade ou região, vai se concentrar nos grandes centros. Faz lembrar a velha Bahia, das grandes navegações, da Cana, Fumo e Cacau, que teve seus recursos exauridos para enriquecer o centro Rio de Janeiro - São Paulo.

Observa-se que o modelo de colonização público-privado, em seu início, utilizou-se: de doações de lotes a grandes empresários e aliados políticos, tipo ‘capitanias hereditárias’; depois a venda de lotes a preços módicos, visando atrair novos colonos. Atualmente, os novos moradores enfrentam a especulação imobiliária por parte dos ‘donatários’. Os preços dos lotes urbanos alcançam valores equivalentes aos das grandes metrópoles.

Constata-se que os poderes executivo e legislativo municipal, representantes da classe dominante, favorecem este modelo especulativo fundiário, uma vez que estas instituições não

utilizam a tributação para adequar o uso social da terra, favorecendo a lógica da acumulação capitalista.

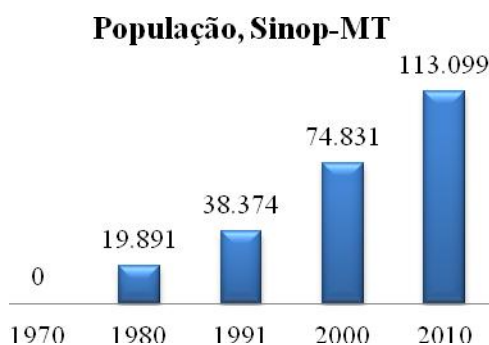
Hoje, Sinop é um pólo administrativo regional do Estado do Mato Grosso, pólo de desenvolvimento da região centro-norte mato-grossense, dada a sua especialização no agronegócio e na prestação de serviços para demais cidades no seu entorno. Ofertando serviços: públicos; logísticos; comerciais; financeiros; técnicos; educacionais; de saúde; e consultoria especializada.

5 DIAGNÓSTICO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTAL

5.1 A DEMOGRAFIA E MIGRAÇÃO POPULACIONAL

A população do município de Sinop, em sua maior parte é composta por migrantes de outras regiões do Brasil, principalmente da região Sul, função do seu crescimento populacional ser migratório e não vegetativo. O Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) apresenta uma população de 113,099 habitantes, com um crescimento populacional na última década de 51,14%. Já entre 1991 e 1990 o crescimento populacional foi de 95%, e entre 1980 e 1991 foi de 92,92%, ou seja, crescimentos populacionais migratórios.

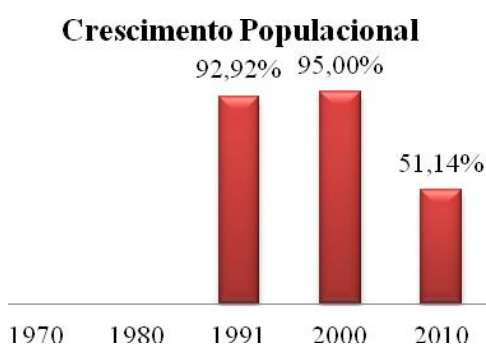
Gráfico 1 - População do município de Sinop – MT



Fonte: IBGE (2012).

Nota: Gráficos formatados por Juvenal M. da Silva Neto.

Gráfico 2 – Crescimento populacional do município de Sinop – MT

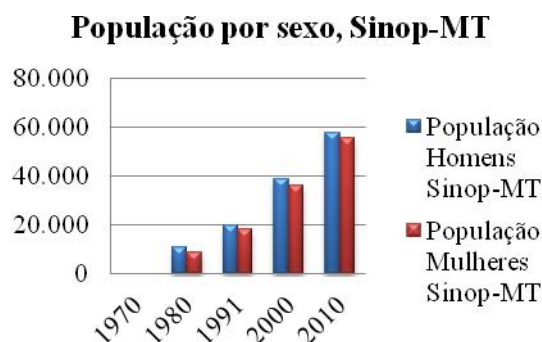


Fonte: IBGE (2012).

Nota: Gráficos formatados por Juvenal M. da Silva Neto.

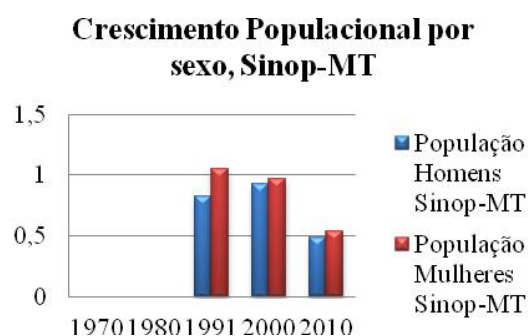
Vale destacar que apesar da maior parte da população ser masculina, ano a ano, esta diferença tem diminuído com um crescimento da população feminina a maior que a masculina. Uma vez que os maridos migrantes seguem na frente para depois estabelecer a família. Veja gráficos que seguem:

Gráfico 3 – População por sexo do município de Sinop – MT



Fonte: IBGE (2012).

Nota: Gráficos formatados por Juvenal M. da Silva Neto.

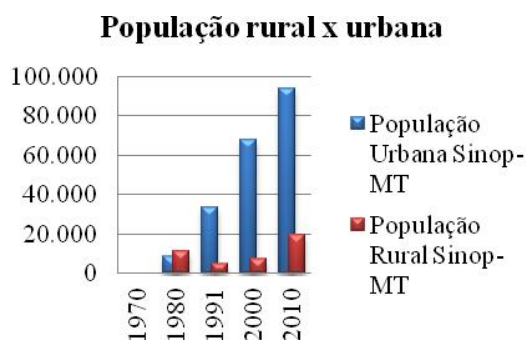
Gráfico 4 – Crescimento populacional por sexo do *município* de Sinop – MT

Fonte: IBGE (2012).

Nota: Gráficos formatados por Juvenal M. da Silva Neto.

Quanto à urbanização do município de Sinop, esta apresenta uma hierarquização e polarização da cidade Sinop em relação à região centro norte mato-grossense, face ao seu dinâmico setor de serviços em geral: públicos, educação, saúde, comércio, e logística. Nos gráficos que seguem, observar-se-á no Censo de 1991 (IBGE, 1991), um maior crescimento urbano e um decréscimo populacional rural, relacionado à urbanização do município. Já no Censo de 2010 (IBGE, 2010), há um crescimento rural maior, com uma queda da taxa de urbanização de 90% para 83%, este fenômeno pode estar relacionado ao crescimento habitacional competindo com o espaço físico das fazendas.

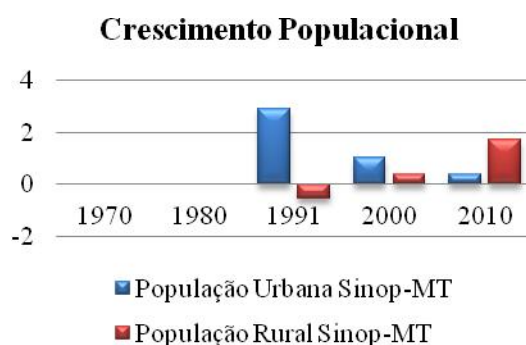
Gráfico 5 – População rural x urbana - município de Sinop – MT



Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráficos formatados por Juvenal M. da Silva Neto.

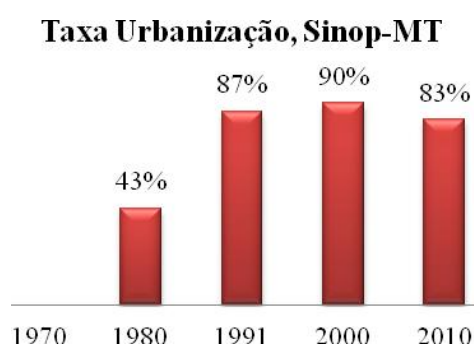
Gráfico 6 – Crescimento populacional - município de Sinop – MT



Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráficos formatados por Juvenal M. da Silva Neto.

Gráfico 7 – Taxa de urbanização - município de Sinop – MT



Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráficos formatados por Juvenal M. da Silva Neto.

Gráfico 8 – População por cor - município de Sinop – MT

População por cor, Sinop-MT

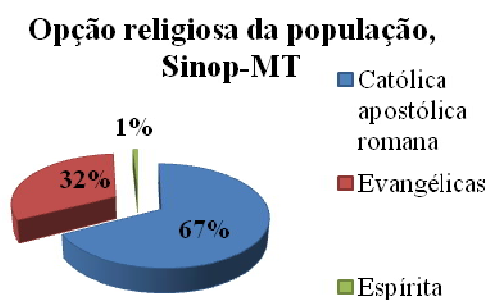
Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráficos formatados por Juvenal M. da Silva Neto.

Em relação à raça ou cor dos seus habitantes, a população branca é numericamente superior, em face da migração sulista, mas se somados pardos e pretos o quadro se inverte, conforme o gráfico 8.

Nos gráficos que seguem, verificar-se-á: a opção religiosa da população majoritariamente católica, 67%; e o estado civil casado como minoria se somados os demais. Semelhante ao que acontece no Brasil, o casamento passa por uma crise de paradigma para nova sociedade. O interesse em construir uma carreira própria, em viverem várias experiências pelo mundo, a falta de um objetivo coletivo, sucumbido pelo estilo de vida individualista e consumista, o divórcio, o aumento de mães solteiras, desafia a interpretação dos cientistas sociais.

Gráfico 9 – Opção religiosa da população do município de Sinop – MT



Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráficos formatados por Juvenal M. da Silva Neto.

Gráfico 10 – Estado civil dos residentes do município de Sinop – MT



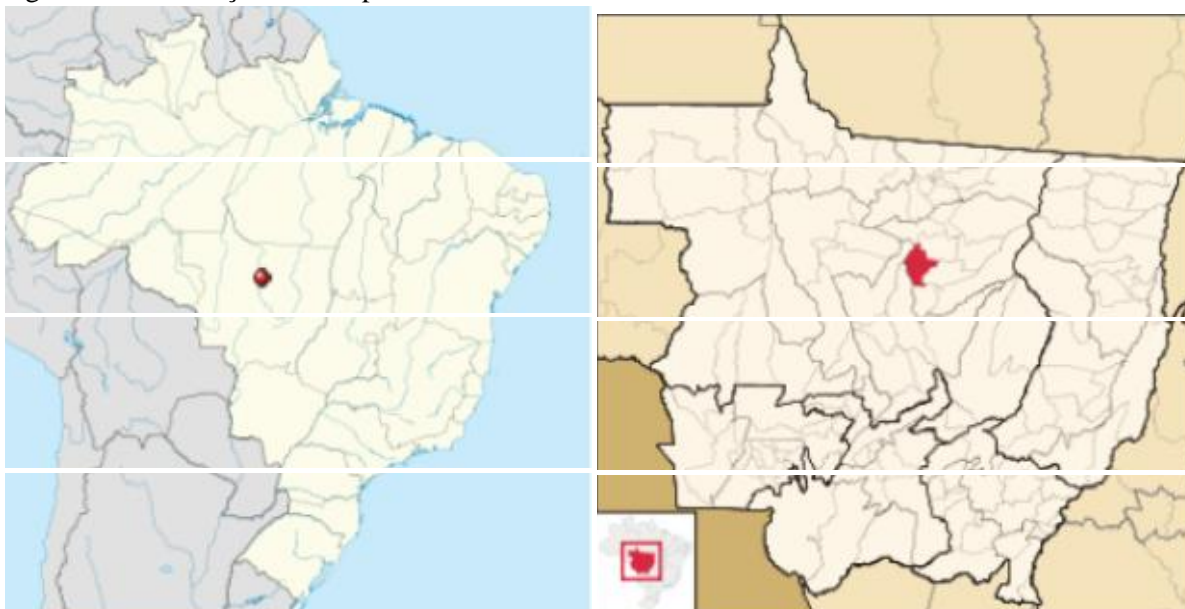
Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráficos formatados por Juvenal M. da Silva Neto.

5.2 O PANORAMA GEOGRÁFICO

As coordenadas geográficas da cidade de Sinop são 11°50'53"S / 55°38'57"O; seu fuso horário UTC 4. O município de Sinop faz parte da Mesorregião Norte Mato-grossense e Microrregião Sinop, segundo esta a classificação do IBGE (2008). O Município de Sinop limita-se ao Norte com os municípios de Itaúba e Cláudia, ao Sul com Vera e Sorriso, a leste Cláudia e Santa Carmem e a Oeste com Ipiranga do Norte e Sorriso.

Figura 1 - Localização de Sinop no Brasil e no Estado do Mato Grosso



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sinop> (2012).

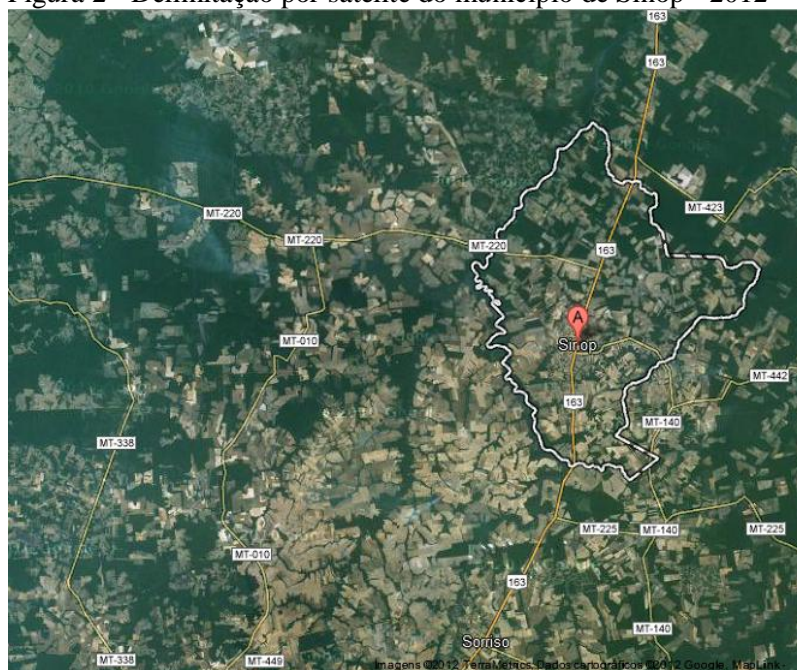
O município de Sinop apresenta clima predominantemente quente-úmido e pluviosidade: equatorial, com cerca de três meses de seca e precipitação anual de 2.500 mm. Sua temperatura média anual é de 24°C (com máxima de 40°C e mínima de 20°C). Os meses que

mais chovem na região são: Janeiro, Fevereiro e Março e os que menos chovem são: Junho, Julho e Agosto. O município de Sinop está inserido na Bacia Hidrográfica do Amazonas, onde transita o Rio Teles Pires, importante afluente do Rio Tapajós.

Seu relevo faz parte do Planalto Residual Norte de Mato Grosso e do Planalto do Parecis. Sua altitude é de 384 metros acima do nível do mar. O município de Sinop possui um relevo plano levemente ondulado, apresentando alguns pontos de erosão, sem dificuldade para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. O solo é do tipo argiloso, com presença de pequenas partes arenosas. A origem do seu relevo deve-se a Formação Geológica, coberturas não dobradas do Fanerozóico e Bacia Quaternária do Alto Xingu⁷.

Originalmente o solo de Sinop era coberto em sua maior extensão pela Floresta Amazônica Meridional, rica em madeira do tipo: angelim; mescla; cedro; itaúba; peroba; cambará; etc. Entretanto houve uma mudança em seu habitat de flora e fauna, em face da ocupação territorial antrópica, do desflorestamento para a implantação da agricultura e pecuária, e da exploração em alta escala da madeira. Restaram somente 34% da mata virgem próxima aos rios e riachos.

Figura 2 - Delimitação por satélite do município de Sinop - 2012



Fonte: INPE – PRODES (2012).

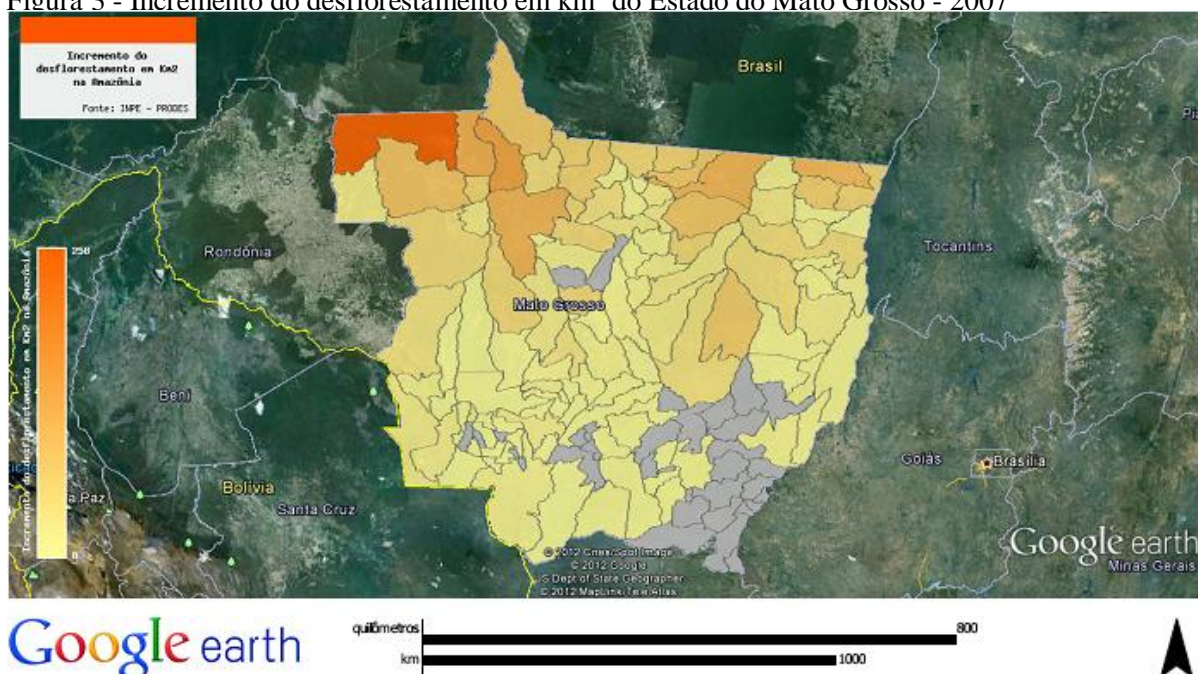
⁷ Informações técnicas sobre o arroz de terras altas: Estados de Mato Grosso e Rondônia: safra 2007/2008. – Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2007.

Acima, na Figura 2, segue foto por satélite da área delimitada do município de SINOP-MT, foto retirada setembro de 2012, fonte PRODES (INPE, 2012), e reduzida pelo pesquisador em 40% para efeito de visualização. Observa-se a atividade antrópica em quase todo município.

5.3 O MEIO AMBIENTE

Para melhor compreender as considerações acima, seguem imagens de satélites, gráficos e tabelas elucidativas do processo de desflorestamento e ocupação territorial do homem no município de Sinop e região.

Figura 3 - Incremento do desflorestamento em km² do Estado do Mato Grosso - 2007

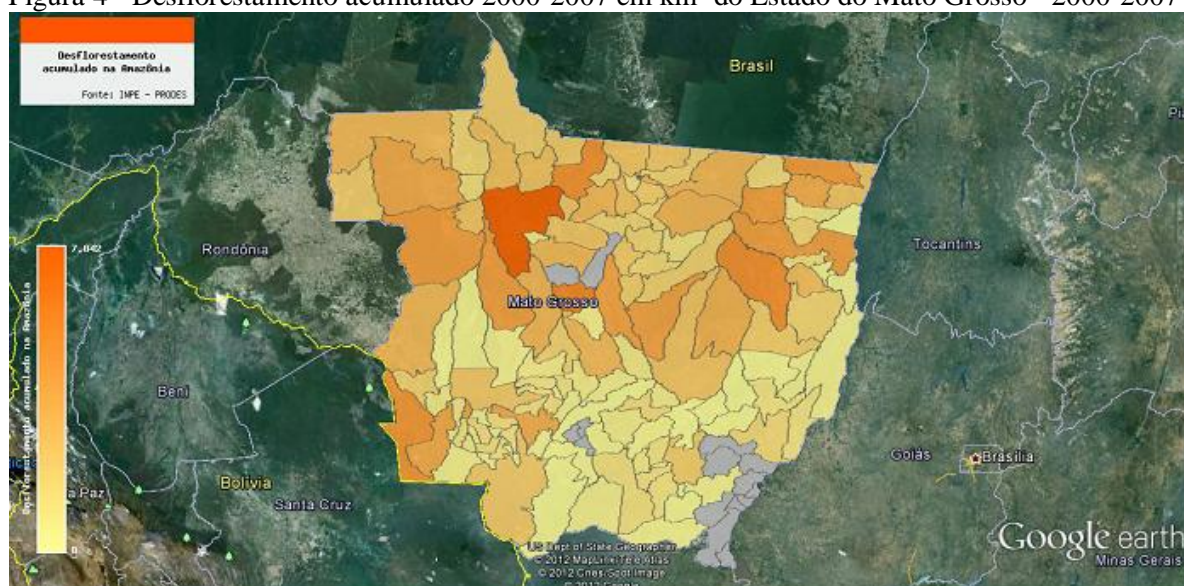


Fonte: INPE – PRODES (2007).

Na imagem de satélite acima, retirada em 2007, observar-se o incremento do desflorestamento em km² na Amazônia, Folha MT. Numa escala de até 258 km² representando a área de maior incremento do desflorestamento do Estado, expresso na cor alaranjada mais forte da legenda.

Na imagem de satélite seguinte, verificar-se o desflorestamento acumulado da Amazônia, na Folha MT, entre os anos 2000-2007, de acordo com a legenda de até 7,042 Km². A cor alaranjada mais forte indica o município onde houve maior desflorestamento. Observa-se que o desflorestamento mostra uma característica não uniforme no Estado, atualmente a região noroeste do Estado apresenta maior desflorestamento, uma vez que esta região apresenta um perfil de vazio demográfico maior, com matas ainda virgens.

Figura 4 - Desflorestamento acumulado 2000-2007 em km² do Estado do Mato Grosso - 2000-2007



Google earth

quilômetros 800
km 1000



Fonte: INPE – PRODES (2007).

As imagens de satélite seguintes, de setembro de 2012, em três dimensões, apresentam a Cidade de Sinop e seu entorno numa escala mais aproximada. Onde se verifica o desflorestamento da cidade e a expansão de fazendas. São poucas as áreas residuais com mata nativa. Num primeiro olhar, não fica claro o perímetro urbano. Habitação e fazendas competem o mesmo espaço. Muitas dessas fazendas utilizam defensivos agrícolas em suas plantações, perto das residências, em prejuízo à saúde da população.

Figura 5 - Imagem aérea em três dimensões do município de Sinop – MT – 2012



Google earth

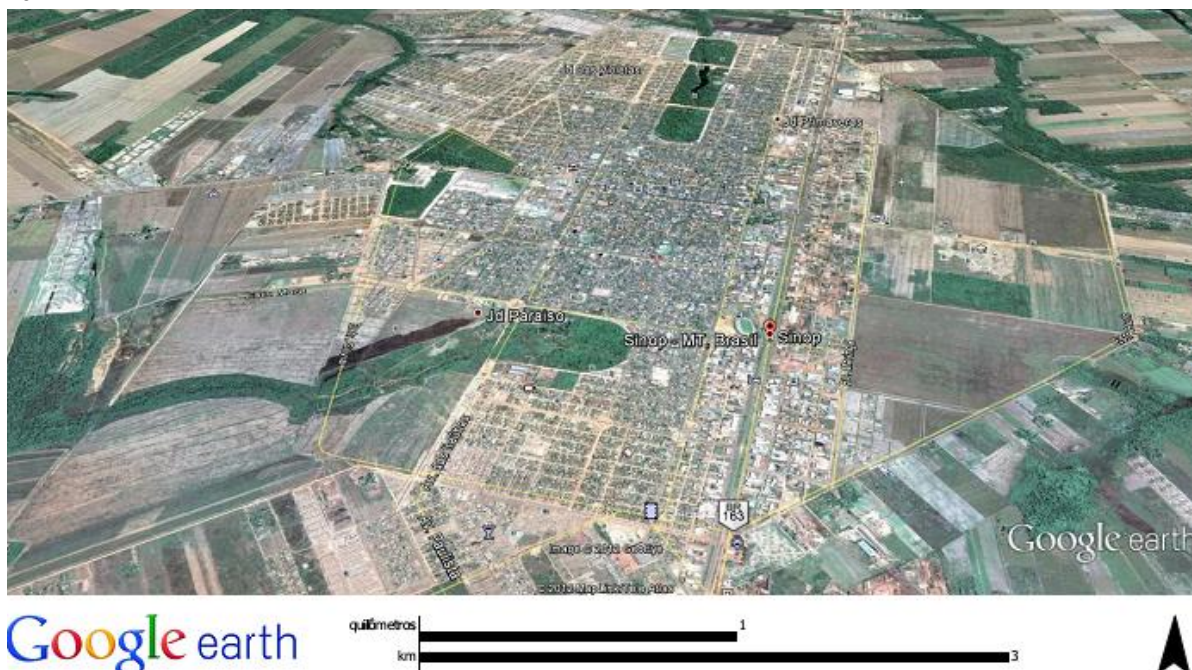
quilômetros 1
km 2



Fonte: INPE – PRODES (2012).

Na próxima imagem de satélite, de setembro de 2012, da Cidade de Sinop, com uma proximidade maior, observam-se três reservas florestais. Supõe-se ser difícil manter as reservas ecológicas em pé, em face da cobiça do capital imobiliário especulativo, pois a sociedade civil de Sinop não está devidamente organizada para cobrar e fiscalizar uma política sustentável do uso e ordenamento do solo urbano.

Figura 6 - Imagem aérea com proximidade maior em três dimensões do município de Sinop – MT - 2012



Fonte: INPE – PRODES (2012).

A colonização privada do município, através da Sociedade Incorporadora Noroeste do Paraná (SINOP) internalizou uma cultura empresarial neoliberal oligopolista, do agronegócio, sem sustentabilidade. Entra governo sai governo, agentes do empresariado estão presentes em todas as gestões da prefeitura de Sinop, independente de partidos políticos, representam o Estado capitalista. Isto vale para todas as atividades empresarias: supermercados, empreiteiras, saúde, educação, etc. Criam-se cartéis em prejuízo da população.

Os proletariados urbanos e rurais vivem tão somente dos seus reduzidos salários de subsistência. Os espaços para lazer, cultura, cinema, teatro, música e esporte não são pensados para estas classes. Os bens de consumo mais sofisticados são destinados à pequena burguesia. A vida dos proletários na região é uma vida voltada ao trabalho e algum estudo. Cabe às universidades abrir espaço de lazer e debate para população. São poucas as iniciativas neste sentido

Vale destacar, até mesmo o fazendeiro é vassalo desta engrenagem do grande capital oligopolista do agronegócio. A acumulação, concentração e centralização do capital não ficam na cidade de Sinop e região. Grupos empresariais como: Cargill, Bunge, A Maggi, Monsanto, JBS Friboi, Perdigão-Sadia, etc. enviam seus capitais para além das fronteiras de São Paulo.

A imagem de satélite em três dimensões da madeira abaixo, em setembro de 2012, demonstra a queda desta atividade industrial. Como abordado: a indústria madeireira é móvel, deslocando a norte da BR-163. A falta de um planejamento sustentável, com manejo florestal e reflorestamento, traz ganho fácil para aquele empresário com visão estreita, e consequente desequilíbrio social, econômico e ambiental, como os números demonstram mais adiante.

Figura 7 - Imagem aérea em três dimensões madeira de Sinop – MT - 2012



Google earth

pés 200
metros 60



Fonte: INPE – PRODES (2012).

De acordo com a tabela abaixo do Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (PRODES), o monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite, em valores por km² apresentam os Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia como maiores desflorestadores por km². Triste realidade que tem sido reduzida com grande empenho dos órgãos do governo federal: IBAMA, INPE, Ministério do Meio Ambiente, Polícia Federal, Guarda Nacional; Exército, Aeronáutica, Marinha, IBGE, Embrapa, Universidades, Organizações Não governamentais (ONGS), etc. Daí a importância de se manter no âmbito do governo federal o controle e monitoramento das florestas. Pois, a vontade de alguns Estados de ter este controle é lesiva à defesa da pátria nacional.

Tabela 1 - Prodes - Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite

Estados\Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Acre	398	184	254	167	259	280
Amazonas	788	610	604	405	595	502
Amapá	30	39	100	70	53	66
Maranhão	674	631	1271	828	712	396
Mato Grosso	4333	2678	3258	1049	871	1120
Pará	5659	5526	5607	4281	3770	3008
Rondônia	2049	1611	1136	482	435	865
Roraima	231	309	574	121	256	141
Tocantins	124	63	107	61	49	40
Amazônia Legal	14286	11651	12911	7464	7000	6418

Fonte: INPE – PRODES (2012).

No Tabela 1, de 2006 a 2011, observa-se que o Estado do Mato Grosso esteve em segundo lugar no ranking dos maiores Estados desflorestadores da Amazônia legal. Já o Estado do Pará ocupa a primeira posição no ranking do desmatamento pela exaustão da madeira no Estado do Mato Grosso. Apesar dos esforços do governo federal para coibir o desflorestamento ilegal da madeira. Neste ínterim, a bancada ruralista no congresso nacional tem feito uma campanha ostensiva em favor do desmatamento irregular da madeira. Como abordado, a indústria madeireira atua num formato móvel, subindo a BR-163 ao norte, uma vez exauridas as reservas madeireiras ao sul.

Já na Tabela 2, de 2011, apresentam-se dados exatos do desmatamento do município de Sinop. Observa-se um total de área desmatada por km² de 63.67%; uma área total de floresta em pé de 34.93%; uma área hidrográfica de 0.46%; por fim, um baixo incremento de desmatamento de 0.03%.

Tabela 2 - Prodes - Monitoramento da Floresta Amazônica Por Satélite Monitoramento do Desmatamento – PRODES – INPE

CAMPO	VALOR
Município	Sinop
Estado	MT
Área km2 (*)	3193
Total Desmatado até 2011 (km2)	2032.9 (63.67 %)
Incremento 2010/2011 (km2)	0.9 (0.03 %)
Total Floresta ate 2011 (km2)	1115.3 (34.93 %)
Total Nuvem em 2011 (km2)	0.0 (0.00 %)
Total Não Observado em 2011 (km2)	0.0 (0.00 %)
Total Não Floresta em 2011 (km2)	30.0 (0.94 %)
Total Hidrografia em 2011 (km2)	14.8 (0.46 %)

Fonte: INPE / Prodes (2011).

Nota: Esta área foi extraída do polígono de cada município, baseando-se no mapa digital fornecido pelo IBGE na escala 1/2.500. 000. Pode haver uma diferença mínima em relação à área oficial divulgada.

No Anexo A seguem imagens de satélites retiradas, em diferentes anos, em tamanho original, que demonstram o desflorestamento da região.

5.4 A ESTRUTURA ECONÔMICA, PIB TOTAL E SETORIAL

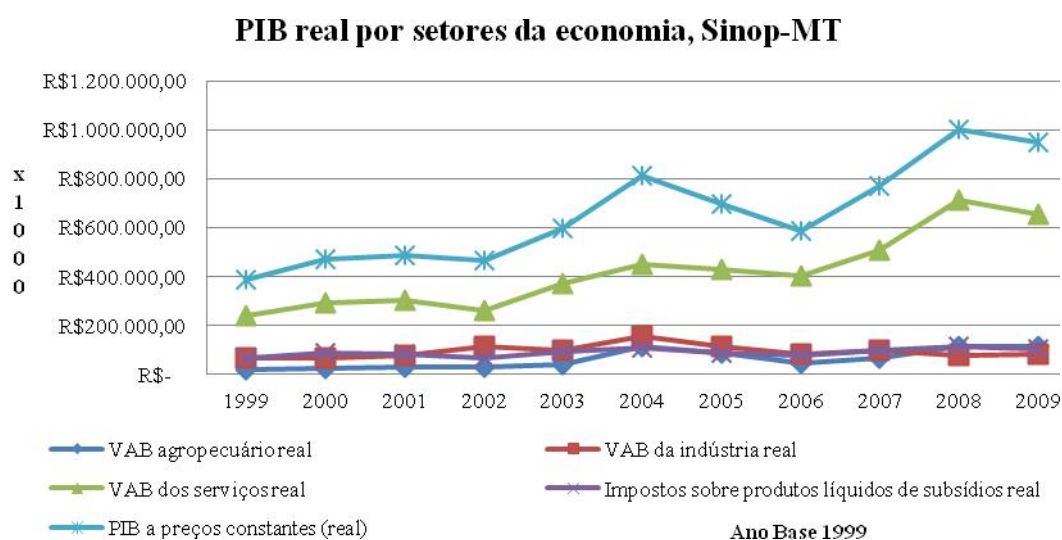
Na atualidade a economia do município de Sinop, representada em valores, tem como primeiro lugar, o setor de serviços; em segundo lugar destaca-se o setor agropecuário (bovinos e suínos), cultivo de algodão e cereais (soja, milho e arroz); em último lugar destaca-se o combalido setor industrial, a atividade madeireira móvel.

A estrutura econômica do município de Sinop tem-se modificado desde sua fundação até a presente data, não em função do seu planejamento, que foi posto de lado no período neoliberal brasileiro, mas por sua localização, potencialidade do meio e vocação cultural.

Vale destacar, o planejamento dos governos militares pensaram somente o crescimento econômico, a ocupação territorial, a defesa das fronteiras, o agronegócio. Não levaram em conta as questões socioambientais.

Ainda hoje, o município não tem um planejamento estratégico de longo prazo levando em conta as questões socioambientais. Portanto, a sociedade local precisa debater seu território e região, sua real potencialidade, identidade e vocação para o futuro. Ao observar os gráficos que seguem, chega-se a algumas conclusões:

Gráfico 11 – PIB real por setores da economia, SINOP-MT.



Fonte: IBGE (2012) IPEA (2012).

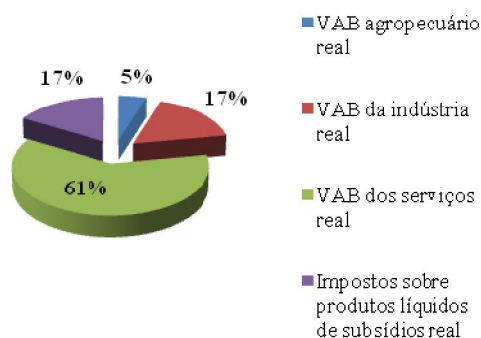
Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Conforme gráficos apresentados, a participação relativa dos setores da economia no PIB real do município de Sinop tem alterado nos últimos. O Valor Adicionado Bruto (VAB) dos

serviços real aumentou sua participação relativa de 61% para 69%; o VAB agropecuário real saiu de 5% para 12%; já na direção oposta, o VAB da indústria real perdeu participação de 17% para 9%; e os impostos perderam participação de 17% para 10%.

Gráfico 12 – Participação PIB real, SINOP-MT - 1999

Participação PIB real, Sinop, 1999

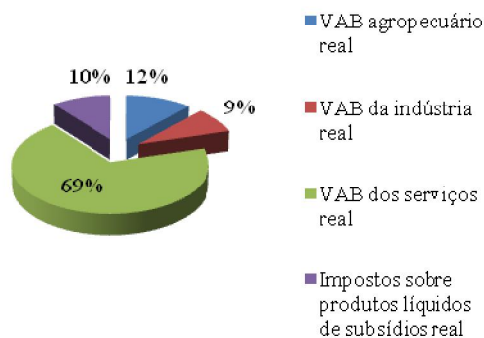


Fonte: IBGE (2012) IPEA (2012).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Gráfico 13 – Participação PIB real, SINOP-MT - 2009

Participação PIB real, Sinop, 2009



Fonte: IBGE (2012) IPEA (2012).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Em termos reais, o setor de serviços ampliou sua renda nos últimos dez anos em 174%, tornando-se o setor mais representativo da economia. Entretanto vale destacar, parte do setor de serviços atende a lógica do agronegócio: são empresas de manutenção e vendas de

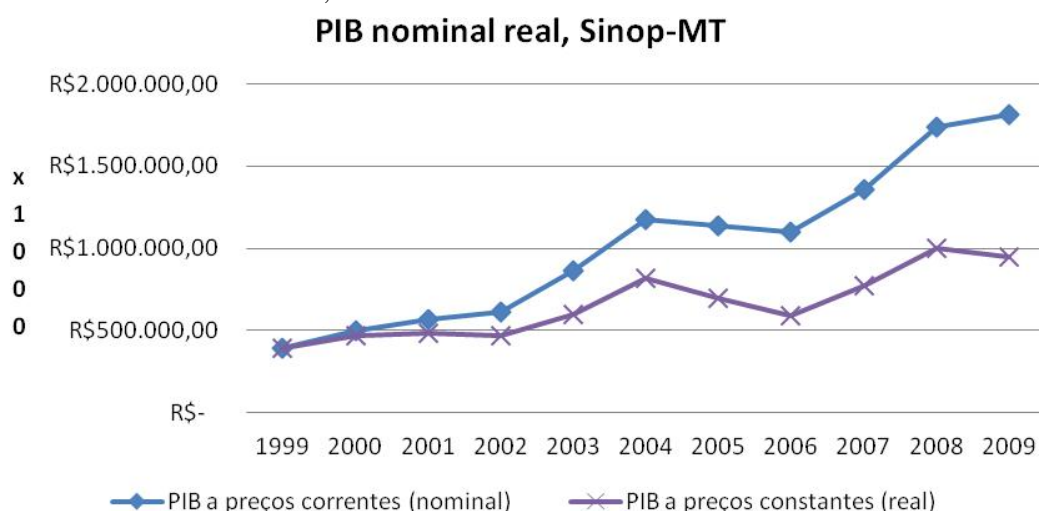
máquinas, equipamentos e implementos agropecuários; empresas de insumos; traders que compram, armazenam e comercializam as commodities agrícolas; empresas de logística de transporte; empresas de serviços técnicos relacionadas ao agronegócio; frigoríficos; etc.

Assim, apesar do setor agropecuário representar 12% do PIB real do município, faz-se necessário um estudo aprofundado de Matriz Insumo-Produto, sistemático e detalhado do conjunto da estrutura produtiva do município. Dado que a presente pesquisa supõe que o agronegócio atua como setor econômico motriz para o conjunto da economia do município de Sinop.

Quanto à queda do VAB industrial relativa ao PIB real de 17% para 9%, esta tem como protagonista a atividade econômica madeireira. Atividade calcada num modelo industrial selvagem e insustentável. A indústria madeireira alicerçada num sistema móvel de produção, não tinha compromisso em desenvolver a extração e industrialização da madeira de forma sustentável na região, não havia manejo florestal nem reflorestamento, o corte madeireiro seguia a rota norte da BR-163, à medida que se exauria a madeira da região.

Nos gráficos seguintes, verifica-se o comportamento do PIB real no município de Sinop, bem como, sua taxa de crescimento econômico: Neste primeiro gráfico, observa-se que o PIB real cresceu 60%, em dez anos, entre 1999 a 2009.

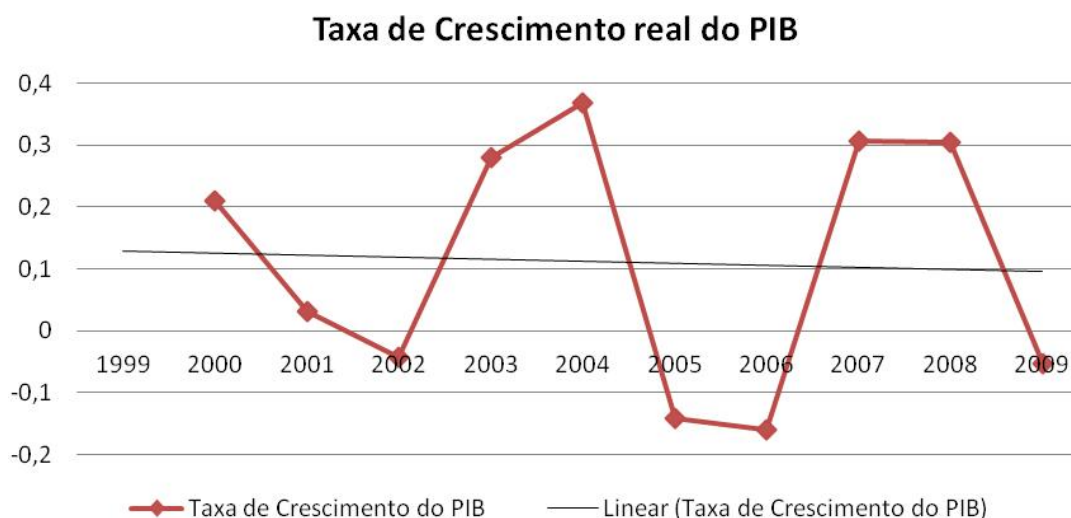
Gráfico 14 – PIB nominal real, SINOP-MT - entre 1999 a 2009



Fonte: IBGE (2012) IPEA (2012).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Gráfico 15 – Taxa de crescimento real do PIB, SINOP-MT



Fonte: IBGE (2012) IPEA (2012).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

No gráfico acima, tomando-se o ano de 1999 como base, adotando deflatores anuais implícitos do PIB, chega-se ao PIB real a partir do PIB nominal. Calculando a taxa de crescimento do PIB real anual, observam-se três momentos de depressão econômica no município: em 2002, relacionado à queda do setor madeireiro; de 2005-2006, relacionado à queda dos setores madeireiro e soja juntos; e em 2009, relacionado à crise cíclica do capitalismo mundial.

Conforme prognóstico, a crise da atividade econômica da madeira já era anunciada, dado o alicerce insustentável de sua produção. Além do mais, o governo federal por pressão internacional passou a fiscalizar mais o corte ilegal da madeira, através do IBAMA e da Polícia Federal (Operação Curupira). Já a queda dos preços internacionais das *commodities* da soja, esta é uma questão de sazonalidade mundial inerente ao setor, com crises de superprodução ou escassez do produto. Daí a importância da diversificação da economia e especialização em alguns nichos de mercado ainda não explorados.

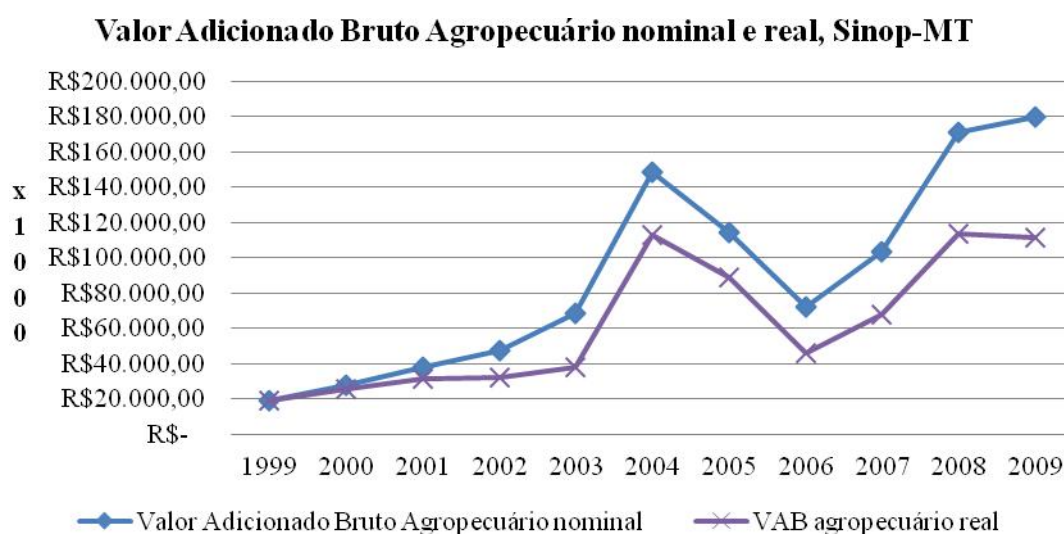
Vale ressaltar, a amplitude do comportamento da atividade econômica do município, de 37% de crescimento em 2004 a (-) 16% de decréscimo em 2006, pode estar relacionada a pouca diversidade da economia. Já a linha de tendência do crescimento econômico oscilando entre 12% a 10%, ainda significa um elevado crescimento. Ou seja, ainda que pese a amplitude de crescimento e decréscimo econômico, a tendência de crescimento econômico é superior a

do Brasil. Variável que corrobora com a vinda crescente de migrantes para esta região, em busca do eldorado da riqueza e empregabilidade.

5.4.1 Setor Agropecuário

Adiante seguem alguns gráficos que oferecem um panorama da atividade econômica do setor agropecuário no município.

Gráfico 16 – Valor Adicionado Bruto Agropecuário nominal e real, SINOP-MT

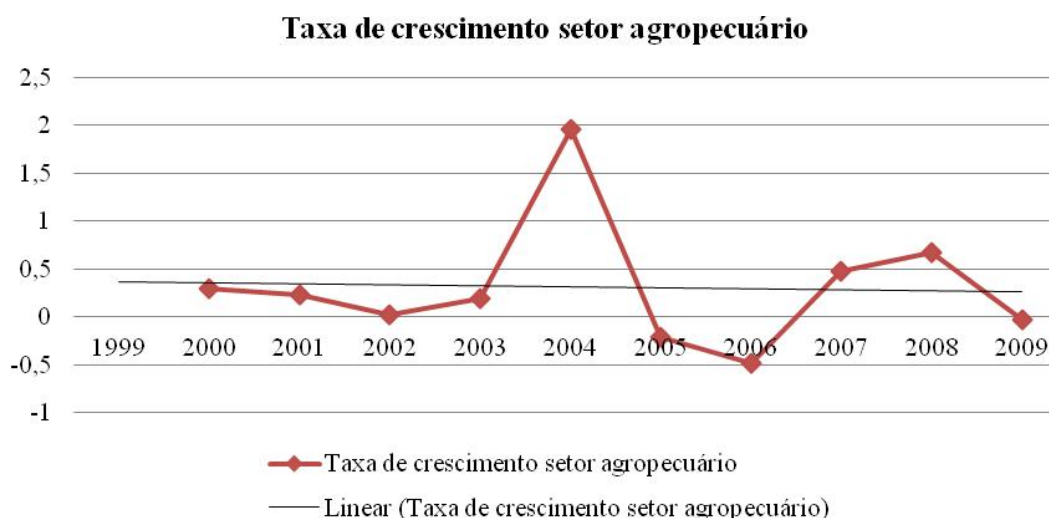


Fonte: IBGE (2012) IPEA (2012).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Tomando-se o ano de 1999 como ano base, observa-se que o VAB agropecuário nominal apresenta em 2009, um valor de R\$ 180 milhões, enquanto o VAB agropecuário real apresenta em 2009, um valor de R\$ 112 milhões. Conforme exposto, este valor representa 12% do valor do PIB real do município.

Gráfico 17 – Taxa de crescimento setor agropecuário



Fonte: IBGE (2012) IPEA (2012).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

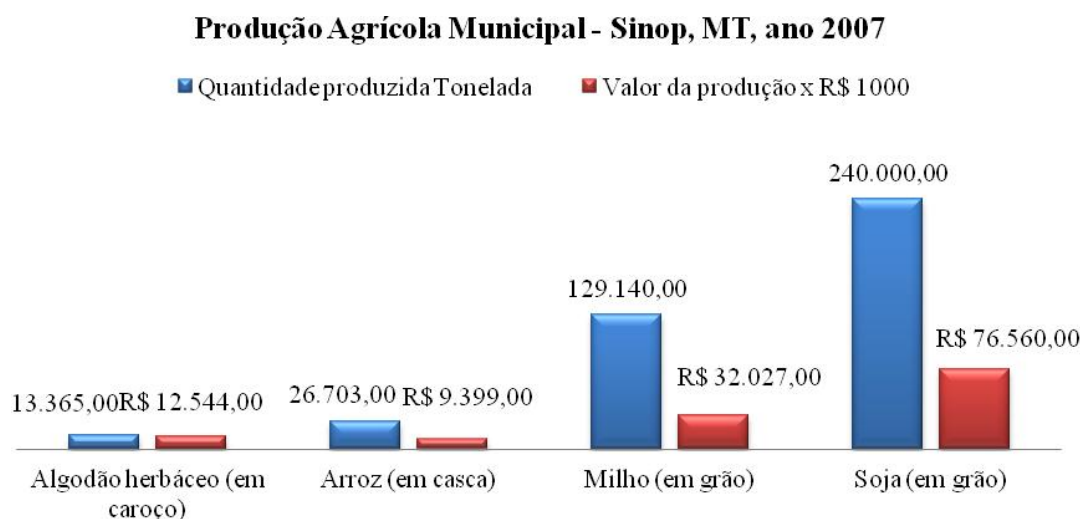
No Gráfico 17, sobre o comportamento da atividade econômica do setor agropecuário, vale observar: em 2002, um crescimento de 2.57%; em 2005, um decréscimo de (-) 21.29%; em 2006, um decréscimo de (-) 48.45%; em 2009, um decréscimo de (-) 2.18%. No sentido oposto: em 2004, um crescimento de 195.62%; em 2007, um crescimento de 48.32%; em 2008, um crescimento de 67.63%.

Daí verifica-se a volatilidade de crescimentos e decréscimos econômicos do setor agropecuário, inerente à sazonalidade deste setor, fazendo deste, um setor de risco, de perdas e ganhos elevados. Todavia, o setor alimentar é estratégico e de segurança nacional. Portanto, o governo apoia este setor, já o empresário rural abraça-o, face aos altos lucros que ele pode auferir.

Destaca-se que apesar da linha de tendência do comportamento deste setor ser decrescente, ainda assim, ele cresce uns 30% a.a., percentual elevado em relação a outros setores, o que torna este setor bastante atrativo para o investidor.

No Gráfico 18, observam-se as principais culturas agrícolas produzidas no município de Sinop. Onde destaca a soja, o milho, o arroz e o algodão. Apesar de o algodão apresentar uma rentabilidade, kg/hectare, maior que a soja, respectivamente (4,050 e 3,000 kg) no ano de 2007, a soja e o milho têm apresentado uma demanda internacional maior. Destarte, a prioridade do empresário rural para estes dois cultivos.

Gráfico 18 – Produção agrícola municipal - SINOP-MT - 2007

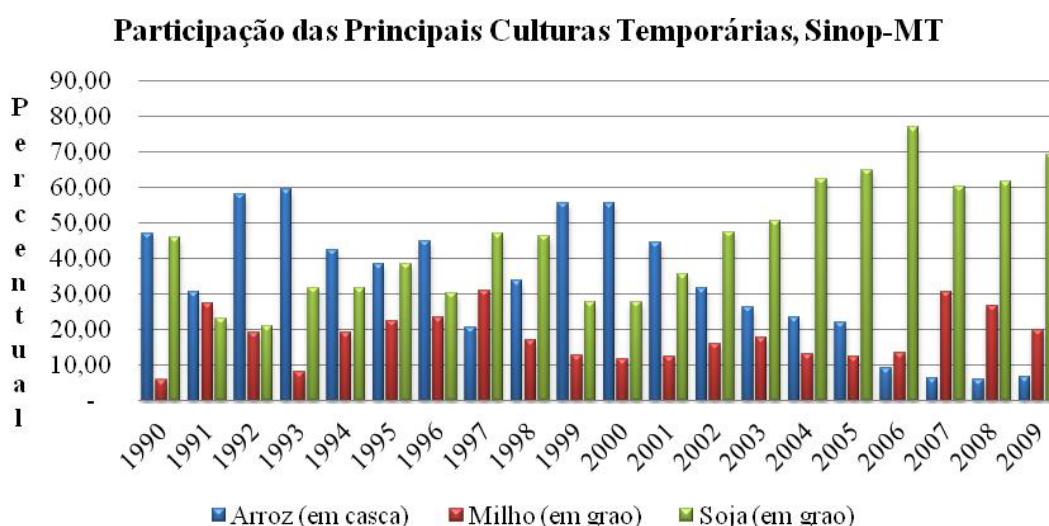


Fonte: IBGE (2012).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

No Gráfico 19 que segue, verifica-se que de 2002 a 2010, a soja torna-se o principal produto da região; o milho passa a ser o segundo produto da região de 2006 a 2010; já o arroz que de 1999 a 2001 era o primeiro produto da região, de 2002 a 2005 passa a ser o segundo produto, e de 2006 a 2010 passa a ser o terceiro produto da região. Assim sendo, a produção segue a lógica da demanda internacional e do consumo doméstico.

Gráfico 19 – Participação das principais culturas temporárias - SINOP-MT



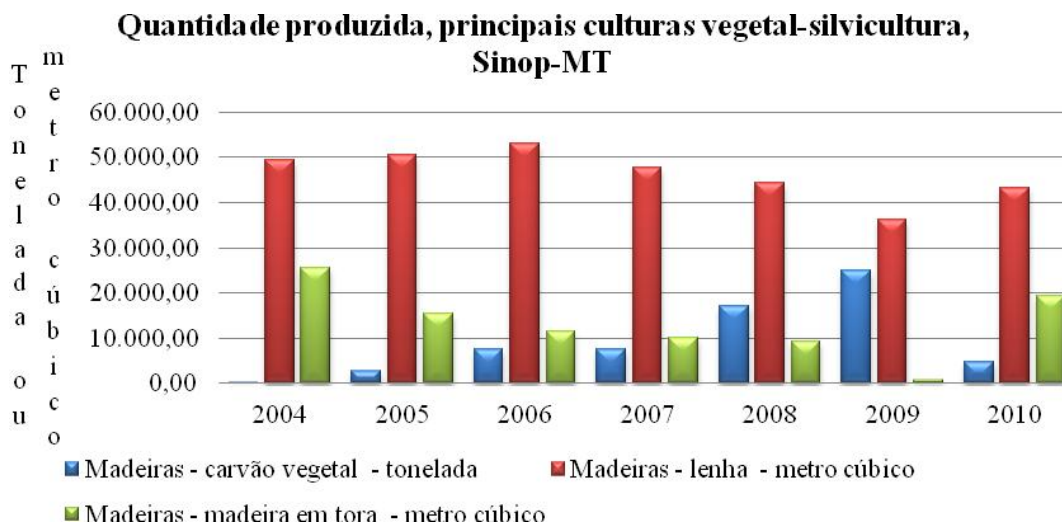
Fonte: IBGE (2012).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Nos gráficos que seguem, em relação à atividade econômica madeireira, de quantidade produzida e valor de produção. Segue a seguinte observação: a produção física de madeira de

lenha é mais regular que a de madeira em tora e em carvão vegetal, em face da maior fiscalização do IBAMA e da Polícia Federal.

Gráfico 20 – Quantidade produzida, principais culturas vegetal-silvicultura - SINOP-MT

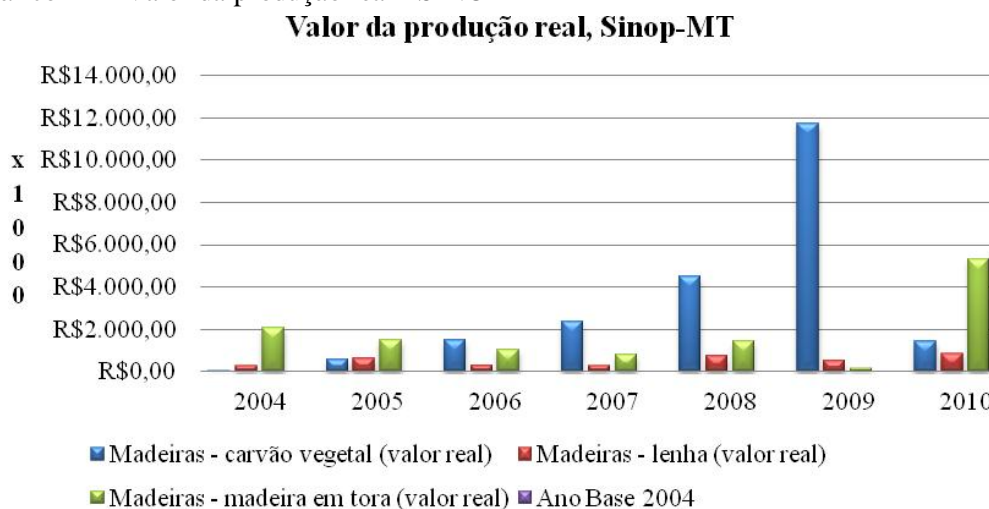


Fonte: IBGE (2004 - 2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Já em relação aos valores de produção da atividade madeireira: a) o valor do metro cúbico da madeira em lenha é baixo e pouco representativo para comercialização fora do município; b) a demanda por toneladas e valores por madeira para carvão vegetal é crescente, e em 2009 apresentou elevado crescimento; c) o comportamento da madeira em tora acompanha comportamento quase similar a do carvão vegetal, tendo elevada produção em 2010. Sendo motivo de alerta para governo federal para verificar a legalidade destas operações.

Gráfico 21 – Valor da produção real - SINOP-MT

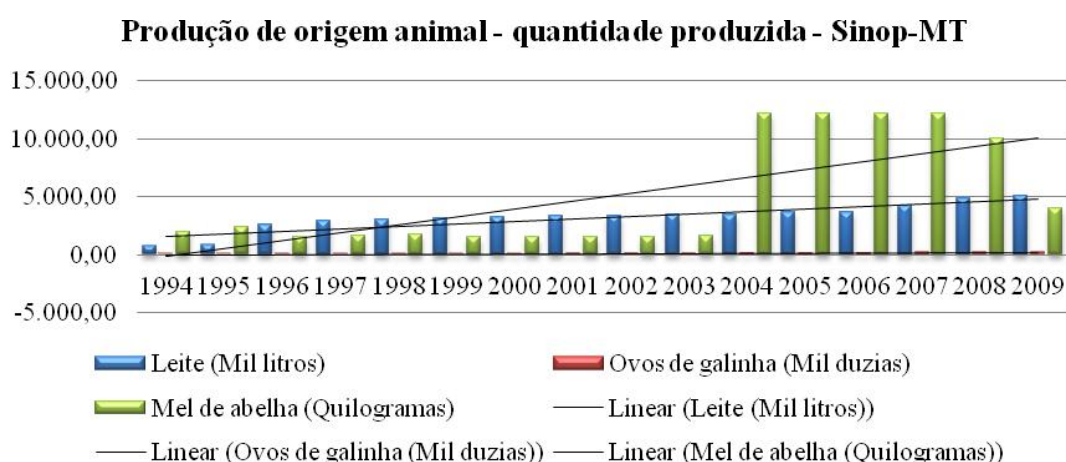


Fonte: IBGE (2004 - 2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Nos gráficos seguintes, relativos às quantidades e valores da produção de origem animal, onde se destacam os produtos, leite, ovos e mel. Observa-se: a) crescimento da produção do mel de abelha, com linha de tendência crescente a 10 toneladas/ano, porém com baixo valor de produção; b) crescimento moderado da produção de leite, mas acompanhado de maior crescimento em valores, com linha de tendência crescente a 3 milhões de reais/ano; c) produção de ovos de galinha constante e baixo, apesar de crescente valoração do produto, com linha de tendência crescente a 500 mil reais.

Gráfico 22 – Produção de origem animal – quantidade produzida - SINOP-MT

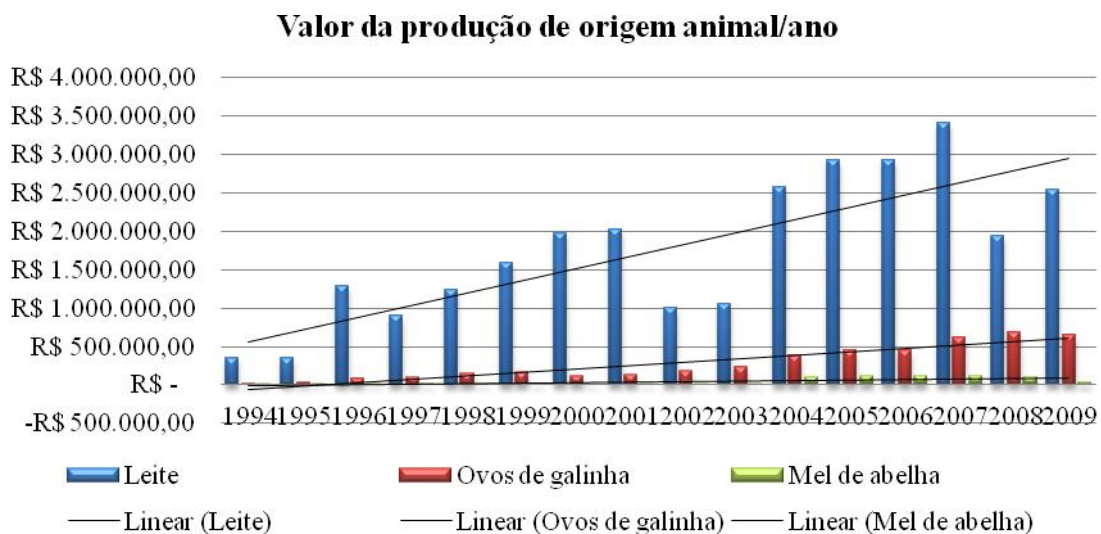


Fonte: IBGE (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Pode-se supor que enquanto a produção das culturas de soja, milho e arroz estão associadas ao empresário rural e ao grande capital, a produção de leite, ovos e mel estão relacionadas ao agricultor familiar.

Gráfico 23 – Valor da produção de origem animal/ano

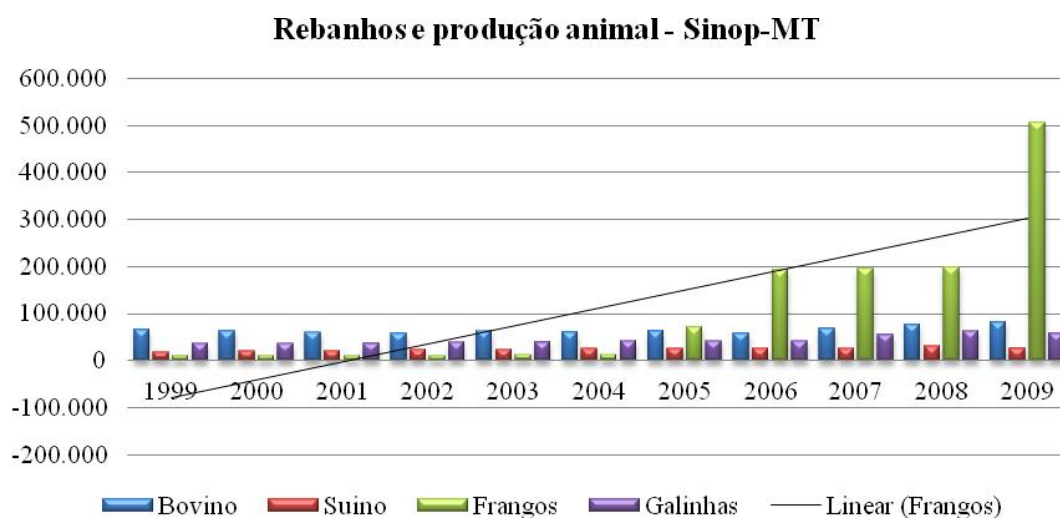


Fonte: IBGE (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Em relação aos gráficos de rebanhos e de vacas ordenhadas que seguem, vale destacar: a) o crescimento da produção de frangos para abate de 2007 a 2009, com uma linha de tendência crescente a 300 mil frangos/ano; já em relação aos rebanhos de bovinos, galinhas e suínos, observa-se um crescimento moderado quando comparados a produção de frangos; b) em relação às vacas ordenhadas, estas apresentam uma linha de tendência crescente acima de 4 mil vacas.

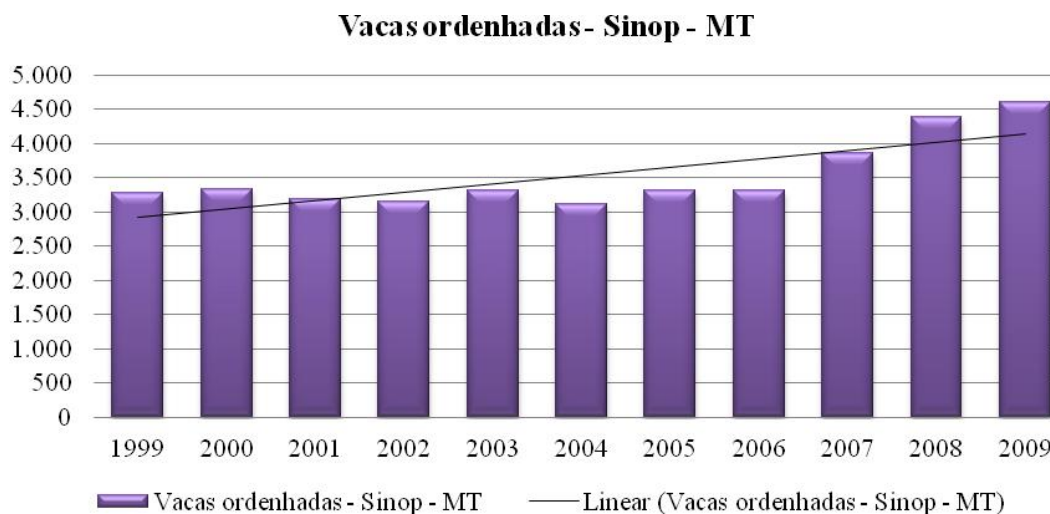
Gráfico 24 – Rebanhos e produção animal - SINOP-MT



Fonte: IBGE (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Gráfico 25 – Vacas ordenhadas - SINOP-MT



Fonte: IBGE (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

De acordo com os gráficos, supõe-se que o crescimento da produção de frangos pode estar relacionado à implantação do abatedouro de aves da Sadia em Lucas do Rio Verde. Já o aumento das vacas ordenhadas esta associada a maior produção de leite em quantidades e valores. Entretanto, as quantidades produzidas de frangos 300 mil/ano e de leite 4 mil/ano, são ínfimas para uma população de 113 mil habitantes. Então, pode-se supor também que estas produções atendem exclusivamente o mercado local e/ou regional.

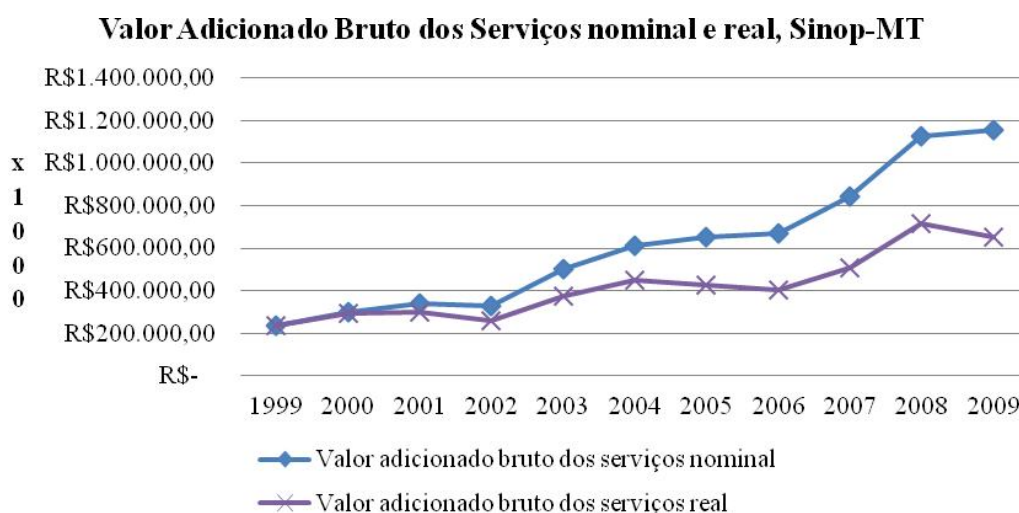
5.4.2 Setor de Serviços e Comércio

Nos gráficos que seguem, do VAB real dos serviços e do comportamento do seu crescimento, bem como, nos gráficos já apresentados anteriormente, do PIB real e das participações relativas dos setores da economia. Observou-se que o setor de serviços tem uma participação relativa em relação ao PIB de 69%, ou seja, mais de 2/3 da economia do município gira em torno dos serviços e comércio; este setor representa R\$ 653 milhões do PIB real do município de R\$ 950 milhões, valores constantes, ano base 1999.

Ainda em relação aos gráficos seguintes, fazem-se as seguintes observações: a) entre 1999 e 2009, o setor de serviços apresentou momentos de depressão como os demais setores da economia; em 2002, uma depressão de (-) 14.17%, relacionada à queda da atividade madeireira; b) em 2005 e em 2006, depressões de (-) 5.03% e (-) 6.61% respectivamente,

relacionadas à queda dos preços da soja no mercado internacional, bem como, queda da atividade madeireira; c) em 2009, uma depressão de (-) 8.59%, relacionada à crise cíclica do capitalismo mundial. No sentido oposto, houve elevadas expansões da economia do setor de serviços: de 22.51% em 2000; de 43.79% em 2003; de 40.23% em 2008.

Gráfico 26 – Valor adicional bruto dos serviços nominal e real, SINOP-MT

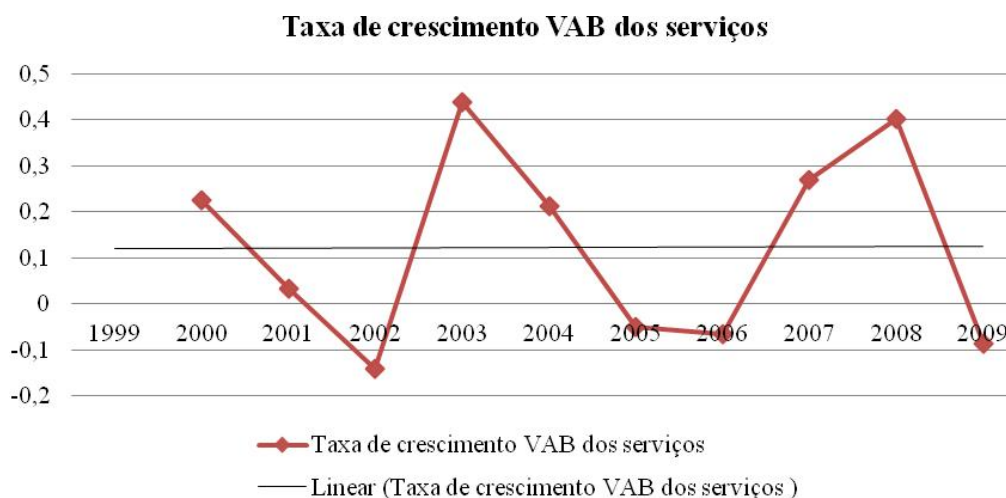


Fonte: IBGE (2009) IPEA (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Conforme os gráficos, apesar dos altos e baixos da economia do setor de serviços, ainda assim, este setor apresenta uma linha de tendência positiva do comportamento da atividade econômica de 12%. Ou seja, esta é a atividade mais representativa e estável da economia do município. O que faz desta região atrativa para investidores e o desenvolvimento do setor de serviços e comércio.

Gráfico 27 – Taxa de crescimento VAB dos serviços



Fonte: IBGE (2009) IPEA (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

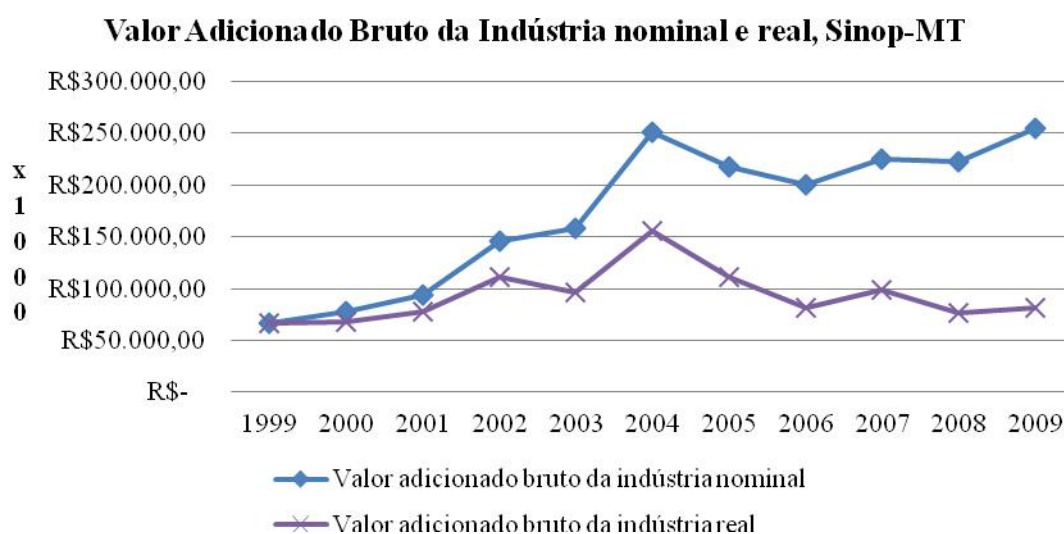
Portanto, como se verá no decorrer do diagnóstico, o município de Sinop vai se consolidando como um Pólo de Serviços, hierarquizando e polarizando sua economia na região centro norte mato-grossense. Sinop dispõe hoje de: universidades federal e estadual e faculdades particulares; centros médicos especializados particulares; uma rede de atendimento do SUS que funciona regularmente; empresas relacionadas ao setor do agronegócio, de manutenção e venda de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas; comércio atacadista e varejista forte. Todas estas atividades irradiam sobre toda região.

Assim, apesar do agronegócio atuar como atividade motriz em relação às demais, o setor de serviços passa a ter vida própria, sustentando a economia da região.

5.4.3 Setor Industrial

Nos gráficos que seguem, sobre o VAB industrial nominal e real, ano base 1999, e do comportamento do crescimento industrial. Observa-se: a) um decréscimo em valores constantes do setor industrial de 2004 a 2009, em valores respectivos de R\$ 156 milhões para R\$ 82 milhões; b) uma linha de tendência decrescente do comportamento do setor, tendendo a (-) 7% de decréscimo industrial de 1999-2009; c) períodos de depressões, em 2003, (-) 13.18%; em 2005 e 2006, (-) 28.33% e (-) 26.88%; e em 2008, (-) 22.22%.

Gráfico 28 – Valor Adicionado Bruto da Indústria nominal e real, SINOP-MT



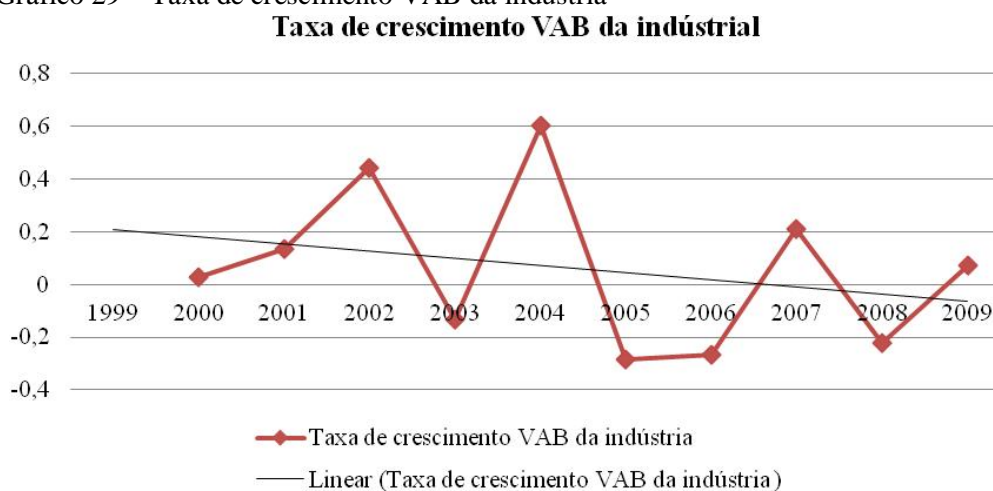
Fonte: IBGE (2009) IPEA (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Como afirmado anteriormente, este setor apoiado numa indústria madeireira móvel, sem reflorestamento e sem manejo florestal, demonstrou-se insustentável. Além do mais, o governo federal através da (Operação Curupira), do IBAMA e Polícia Federal, passou a fiscalizar mais este setor a partir de 2003.

Não havendo compromisso com sustentabilidade do setor, a indústria madeireira se desloca no sentido norte da BR-163. Todavia, a intensa fiscalização à atividade ilegal do setor madeireiro colocou esta indústria em xeque. Como tornar este setor legal e sustentável, já que não existe mais vista grossa com o crime ambiental? São várias as alternativas sustentáveis para manejo, reflorestamento e consórcio desta atividade.

Gráfico 29 – Taxa de crescimento VAB da indústria



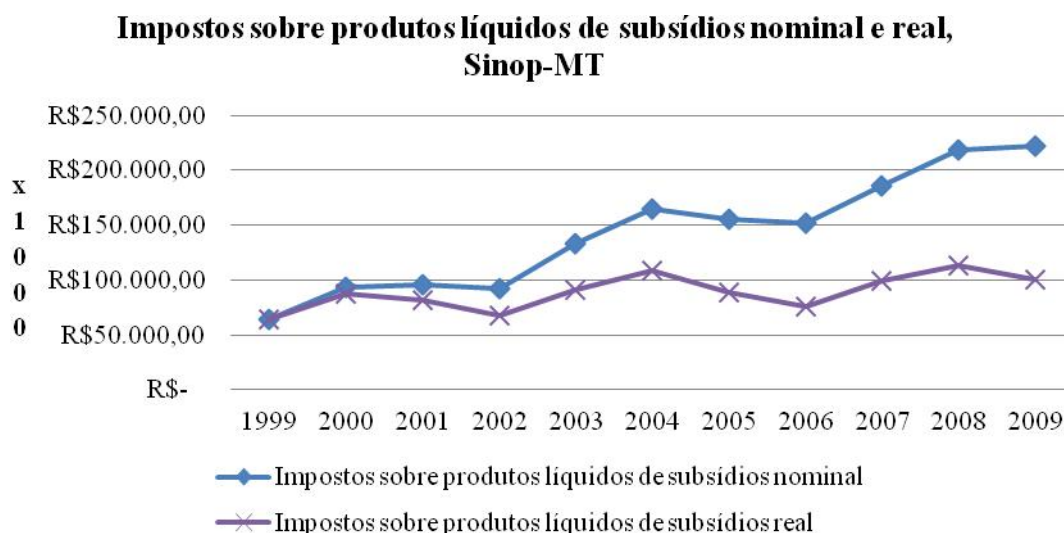
Fonte: IBGE (2009) IPEA (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

5.4.4 Setor de Finanças Públicas

Conforme os gráficos que seguem e gráficos anteriores sobre participação relativa dos impostos no PIB do município, o setor de impostos sobre produtos líquidos de subsídios de Sinop, em valor real, apresenta uma linha de tendência decrescente, tendendo a 0%. Este setor apresentou uma perda relativa do PIB de 1999 a 2009, de 17% para 10%.

Gráfico 30 – Impostos sobre produtos líquidos de subsídios nominal e real, SINOP-MT



Fonte: IBGE (2009) IPEA (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

A queda da arrecadação acompanhou a trajetória de depressão econômica⁸ vivida pelo município: a) a queda da atividade econômica do setor madeireiro em 2001 e 2002; b) as quedas das atividades econômicas da soja e da madeira em 2005 e 2006; c) a crise cíclica do capitalismo mundial em 2009. Nestes períodos os impostos caíram: (-) 16,49% em 2002; (-) 18,69% em 2005; (-) 11,17% em 2009. Num sentido oposto, houve maior arrecadação nos momentos de expansão econômica: 35,54% em 2000; 33,36% em 2003; 30,70% em 2007.

Relembrando a comparação dos dados apresentados nos quadros de participação relativa dos setores no PIB real do município de Sinop, em 1999 e 2009, expostos acima. Observou-se queda de participação relativa nos setores da indústria (de 17% para 9%) e impostos (de 17% para 10%); e a elevação de participação relativa dos setores de serviços (de 61% para 69%) e agropecuária (de 5% para 12%). Identificam-se estes dois setores como estratégicos para economia do município: Serviços e Agropecuário.

⁸ Depressão econômica (queda acentuada da atividade econômica em percentual de crescimento negativo em dois períodos consecutivos anteriores no sentido *Strito Sensu*).

Gráfico 31 – Taxa de crescimento Impostos sobre produtos líquidos de subsídios



Fonte: IBGE (2009) IPEA (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Levando-se em conta as altas oscilações de crescimentos e decrescimentos econômicos apresentados nos gráficos acima, conclui-se pela necessidade de verticalização e diversificação da economia, bem como, pela inserção de novos nichos de mercado ainda pouco explorados.

5.4.5 Exportações e importações

Nos gráficos que seguem, pode-se observar: os valores das exportações e das importações em moeda Dólar a preço FOB; saldo comercial positivo para Sinop, em 2011, de mais US\$ 190 milhões de dólares; linha de tendência crescente para exportações em torno de US\$ 170 milhões de dólares; e linha de tendência de crescente para importações em torno de US\$ 2.5 milhões de dólares.

Gráfico 32 – Balança Comercial, Valores Exportados, SINOP-MT

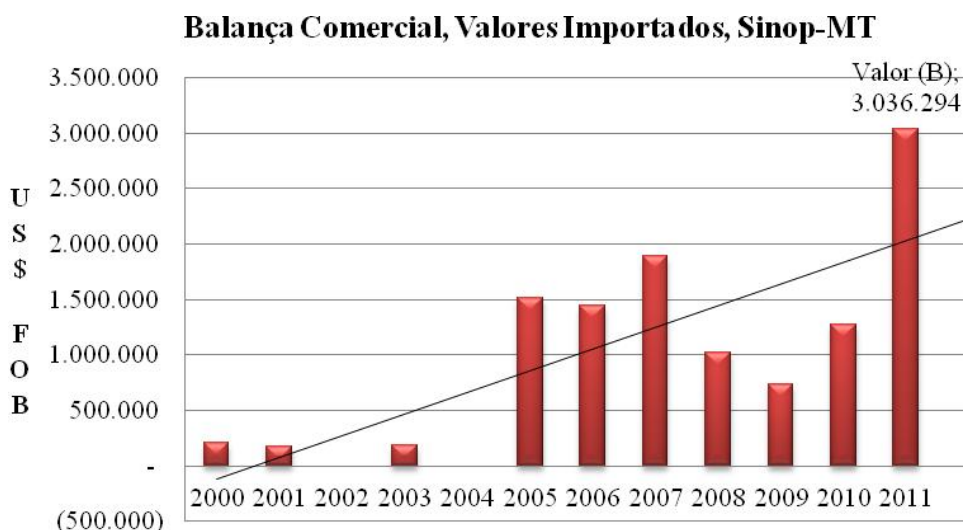


Fonte: MDIC e SECEX (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Conforme os gráficos destaca-se o superávit da balança comercial de Sinop com o resto do mundo. Segundo dados obtidos no MDIC/SECEX (2012), o principal destino das exportações do município de Sinop é a China; e os principais exportadores para o município de Sinop são EUA, Argentina e China; os principais produtos exportados por Sinop são soja, carne bovina e milho; e os principais produtos importados por Sinop são máquinas, ferramentas e implementos agrícolas, fertilizantes, agrotóxicos.

Gráfico 33 – Balança Comercial, Valores Importados, SINOP-MT



Fonte: MDIC e SECEX (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

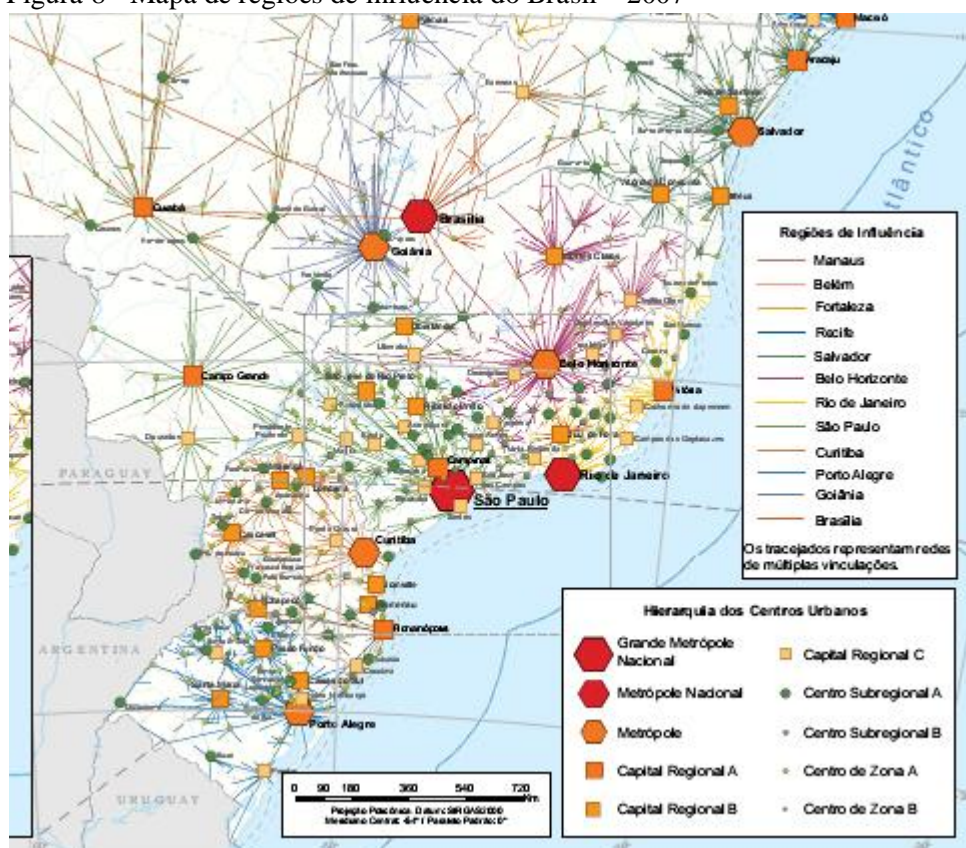
5.5 REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES

Ao observar o mapa abaixo, da Rede Urbana do Brasil de 2007, São Paulo desponta como Grande Metrópole Nacional, dada sua projeção econômica por todo território nacional. Para efeito de comparação mundial, São Paulo equivale a Toronto no Canadá, uma grande metrópole dos negócios. Já Brasília como metrópole nacional e política é comparada a Ottawa no Canadá, capital política, mas não capital dos negócios. Outros exemplos de capital política e capital dos negócios são Berlin e Frankfurt na Alemanha.

No cenário nacional, Brasília adquire status de metrópole nacional assim como Rio de Janeiro. Brasília, por ser a capital política do Brasil, e o Rio de Janeiro, por ter sido a segunda capital do Brasil império e contar com parte importante de órgãos federativos de deliberação. Numa terceira ordem de grandeza, estão as metrópoles do Brasil, como Salvador, a primeira capital do Brasil império, com atuação regional no nordeste; Belo Horizonte; Porto Alegre; Curitiba; Goiânia.

Vale destacar, a hierarquia e polarização econômica da grande metrópole nacional, São Paulo, alcança todo o Brasil, além do Estado de São Paulo. Sua rede se concentra nos municípios que a compõem, cerca de 28,0% da população brasileira e 40,5% do PIB de 2005.

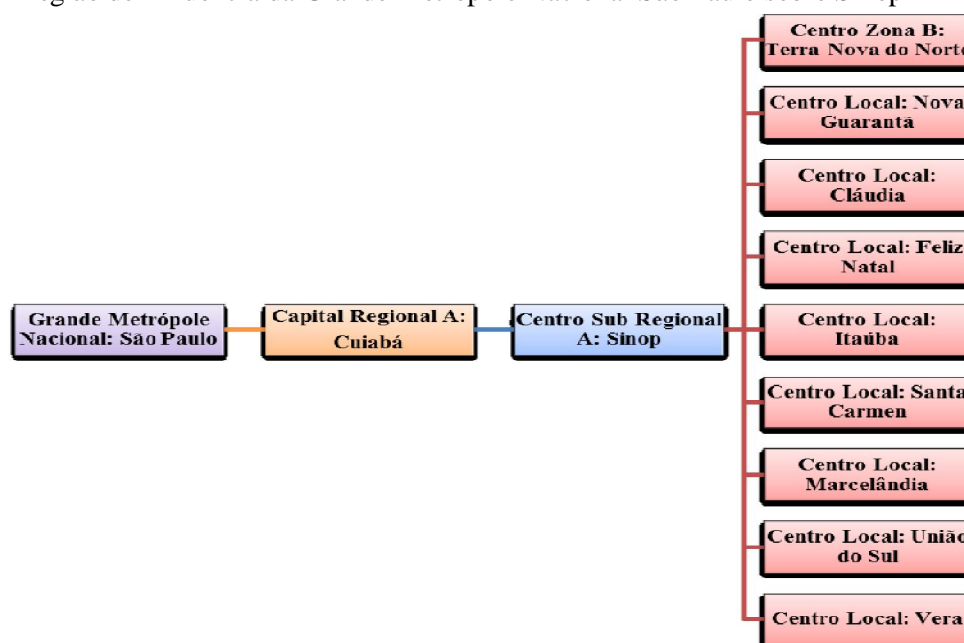
Figura 8 - Mapa de regiões de influência do Brasil – 2007



Fonte: IBGE (2007).

Na Figura 9, pode-se observar a região de influência da Grande Metrópole Nacional São Paulo sobre a Capital Regional A - Cuiabá; a consequente influência de Cuiabá sobre o Centro Subregional A - Sinop; a consequente influência de Sinop sobre o Centro Zona B - Terra Nova do Norte; e por último, a consequente influência de Sinop sobre os Centros Locais: Cláudia; Feliz Natal; Itaúba; Santa Carmen; Marcelândia; União do Sul; Vera e Nova Guaratã.

Figura 9 - Região de influência da Grande Metrópole Nacional São Paulo sobre Sinop



Fonte: IBGE (2007).

Na Tabela 3, observa-se a dimensão das redes de primeiro nível. Sendo 12 redes de primeiro nível. Nota-se também, a quantidade de municípios agregados a rede principal. Não que este seja um indicativo de superioridade de uma rede de primeiro nível em relação à outra, uma vez que uma rede de primeiro nível pode agregar cidades de maior importância e dinamismo. Vale observar também, o tamanho do PIB, a população e área que estas redes de primeiro nível agregam.

Tabela 3 - Dimensão das redes de primeiro nível

Redes de primeiro nível	Dimensão					
	Número de capitais regionais	Número de centros sub-regionais	Número de centros de zona	Número de municípios	População (2007)	Área (km ²)
São Paulo	20	33	124	1 028	51 020 582	2 279 108,45
Rio de Janeiro	5	15	25	264	20 750 595	137 811,66
Brasília	4	10	44	298	9 680 621	1 760 733,86
Manaus	1	2	4	72	3 480 028	1 617 427,98
Belém	3	11	10	161	7 686 082	1 389 659,23
Fortaleza	7	21	86	786	20 573 035	792 410,65
Recife	8	18	54	666	18 875 595	306 881,59
Salvador	6	16	41	486	16 335 288	589 229,74
Belo Horizonte	8	15	77	698	16 745 821	483 729,84
Cuiabá	9	28	67	666	16 178 968	295 024,25
Porto Alegre	10	24	89	733	15 302 496	349 316,91
Goiania	2	6	45	363	6 408 542	835 783,14

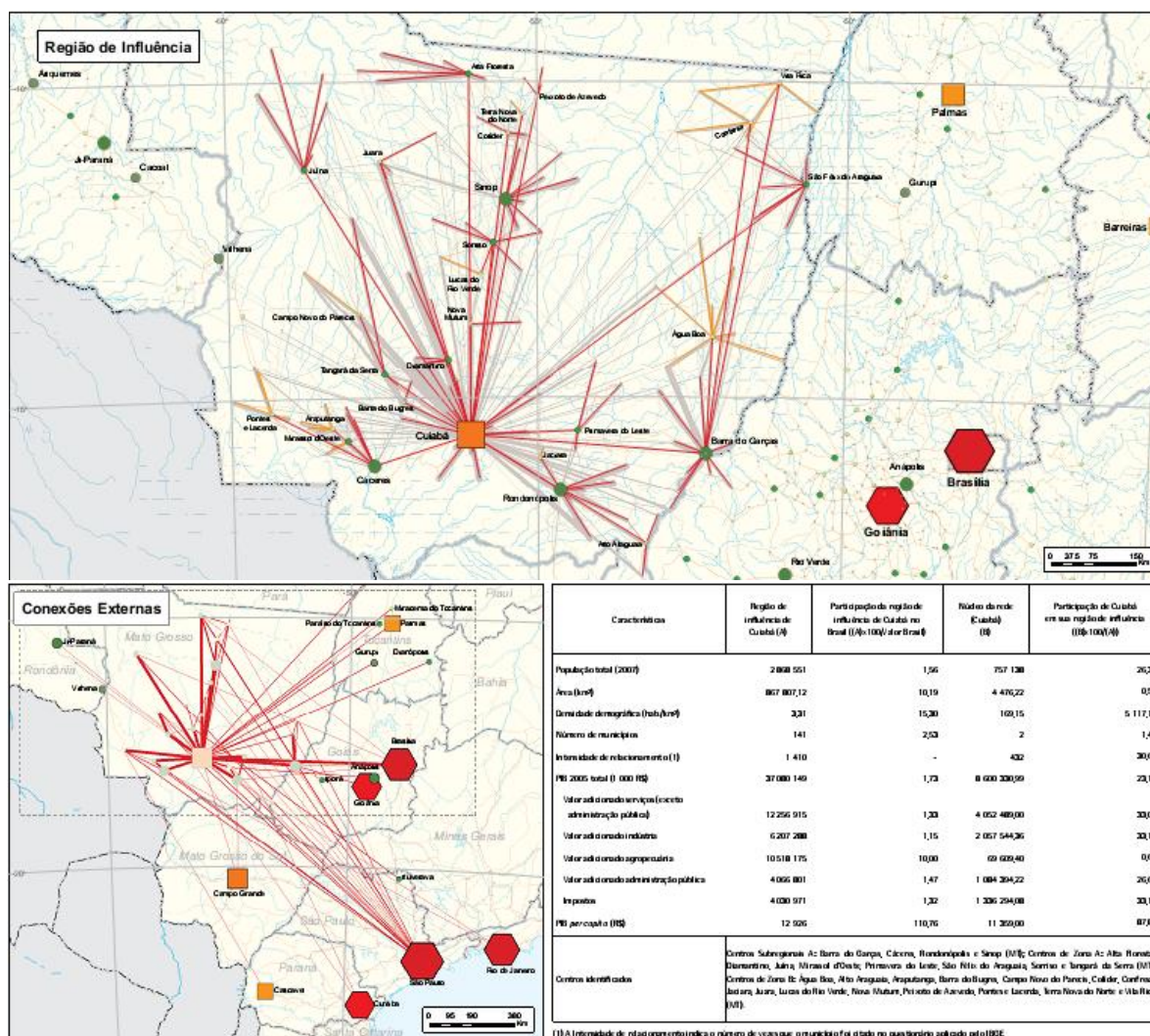
Fonte: IBGE, Contagem da População 2007; Área territorial oficial Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_temit_area.shtm>. Acesso em: mar. 2008.

Nos mapas que seguem, pode-se verificar que além de São Paulo como grande metrópole de influência; Brasília, como metrópole nacional, ocupa a posição de São Paulo em relação a

Cuiabá e Sinop. Vale destacar que o município de Sinop exerce influência sobre nove municípios, desempenhando o papel de um Pólo de Desenvolvimento Regional, como já foi abordado anteriormente. Merecendo destaque de políticas econômicas, sociais e ambientais.

Figura 10 – Cuiabá (MT) – Capital regional A (2A)

Mapa 26 - Cuiabá (MT) - Capital regional A (2A)



Fonte: IBGE, Contagem da População 2007; Área territorial oficial, Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geoestat/indicadores/default_tema1_areas.shtm>. Acesso em: mar. 2008; PIB dos municípios, Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servicos_arquivos_csf/diretorio.php?caminho=/pub/PIB_Municipios>. Acesso em: mar. 2008.

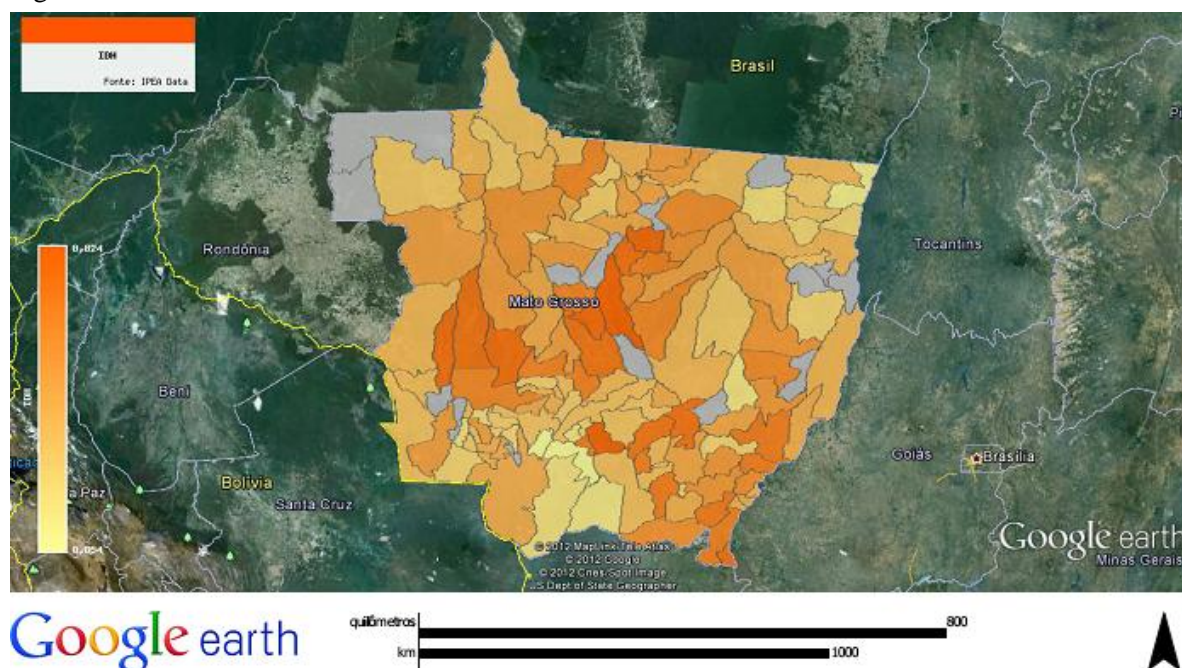
Fonte: IBGE (2007).

5.6 INDICADORES SOCIAIS, IDH, RENDA PERCAPTA, E OUTROS ÍNDICES

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2000), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade de Sinop é de 0,807, índice considerado elevado para o padrão nacional. Já existem dados mais recentes, porém ainda não foram divulgados ao nível dos municípios brasileiros. Segue na Figura 11, mapa do IDH 2000. Vale

destacar que os municípios do Estado do Mato Grosso estão numa escala 0.654 a 0.824, sendo que alguns municípios além de Sinop situam-se na cor alaranjada mais forte da legenda ao lado esquerdo do mapa.

Figura 11 – IDH do Estado do Mato Grosso – 2000



Fonte: IPEA Data (2012).

Já a Tabela 4 apresenta a colocação do município de Sinop no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. O município de Sinop figura em 9º lugar na geração de emprego e renda no Estado do Mato Grosso. No ranking geral do Estado do Mato Grosso, Sinop está em 13º lugar no Índice FIRJAN de desenvolvimento humano. Vale destacar os índices da saúde e educação listados abaixo.

Tabela 4 - Colocação do município de Sinop no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal		MATO GROSSO		IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
2009		MATO GROSSO		0,7131	0,5728	0,7390	0,8276
		Mediana		0,7958	0,7291	0,7785	0,8725
Ranking Geral	Ranking E & R	Máximo		0,9046	0,8849	0,8650	0,9640
		Mínimo		0,6427	0,6494	0,5674	0,7086
13º	9º	UF	Ranking IFDM – Emprego & Renda	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
		MT	Sinop	0,7587	0,6494	0,7444	0,8824

5.6.1 Educação

Nos gráficos que seguem, verifica-se a situação da educação no município de Sinop. Apesar dos dados indicarem uma situação educacional melhor que à média do Brasil, tais dados ainda refletem uma situação de país em desenvolvimento, necessitando por parte do poder público um esforço maior para melhorar a qualidade e universalidade do ensino, em direção à educação de primeiro mundo.

Gráfico 34 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, SINOP-MT



Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Gráfico 35 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%), SINOP-MT



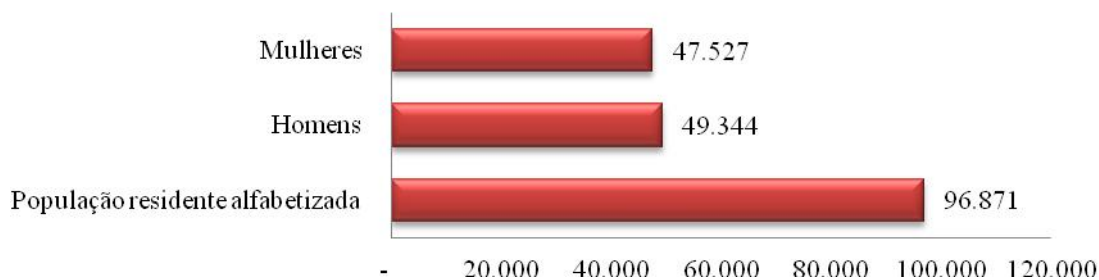
Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

De acordo com os gráficos exibidos, verifica-se 48% de pessoas com mais de 10 anos sem instrução e/ou ensino fundamental incompleto em Sinop. O que significa um atraso no processo educacional, que pode ensejar a uma condição de analfabetismo funcional. A despeito de existir uma população alfabetizada de 96,871 habitantes.

Gráfico 36 – População residente alfabetizada, SINOP-MT, 2009

População residente alfabetizada, Sinop-MT, 2009



Fonte: IBGE (2009); INEP-MEC (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Conforme dados do gráfico seguinte, observa-se uma situação positiva de acesso ao ensino superior. Se levar em conta a população de Sinop de 113,099 habitantes, aproximadamente 8% desta estariam na universidade, o que não é verdade, pois Sinop tem assumido o papel de pólo educacional regional, e tem atraído estudantes de outros municípios e Estados. Outrora o ensino superior ser dedicado somente às elites, nos últimos anos, milhões de brasileiros estão alcançando esta condição cidadã, através de programas governamentais como, cotas sociais e étnicas, Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Financiamento Estudantil (Fies). O acesso tem progredido, mas a qualidade ainda é um problema a ser solucionado.

Gráfico 37 – Freqüência escolar, SINOP-MT

Freqüência escolar, Sinop-MT



Fonte: IBGE (2009); INEP-MEC (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Em relação ao Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Sinop tem atingido as notas exigidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), conforme tabela abaixo. Entretanto, a nota média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) beira 6.0 (seis). Ou seja, tem-se um longo caminho a percorrer. Faz-se necessário a melhor qualificação, remuneração e qualidade de vida do professor; e escola em tempo integral integrada a sociedade, como já defendia o eminentíssimo educador Anísio Teixeira.

Tabela 5 – IDEB – Resultados e metas

IDEB – Resultados e Metas												
4ª série / 5º ano												
IDEB Observado						Metas Projetadas						2021
Município	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	
SINOP	4.00	4.60	4.70	5.00	4.10	4.40	4.80	5.10	5.40	5.70	5.90	6.20
8ª série / 9º ano												
IDEB Observado						Metas Projetadas						2021
Município	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	
SINOP	3.40	4.10	4.50	4.50	3.40	3.60	3.80	4.20	4.60	4.90	5.10	5.40

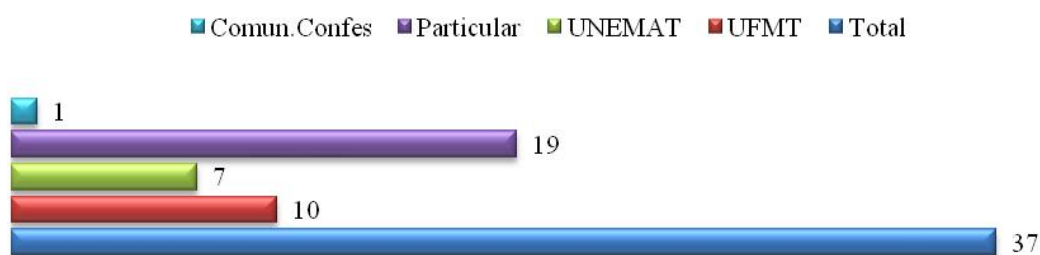
Fonte: MEC - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Nota: Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Em relação ao primeiro gráfico abaixo, sobre o ensino superior em Sinop, vale destacar a existência de duas universidades públicas no município, a federal UFMT, e a estadual UNEMAT. Com a oferta de dez cursos na federal, sete cursos na estadual, e vinte nas demais.

Gráfico 38 – Cursos de Graduação Presenciais, SINOP-MT

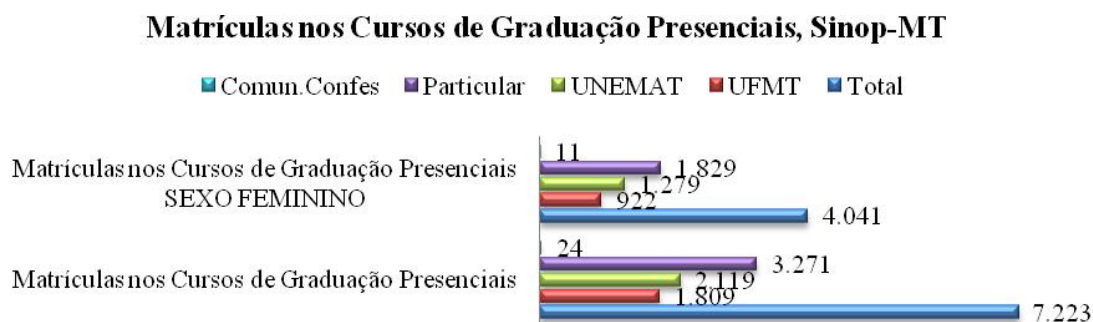
Cursos de Graduação Presenciais, Sinop-MT



Fonte: INEP-MEC (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

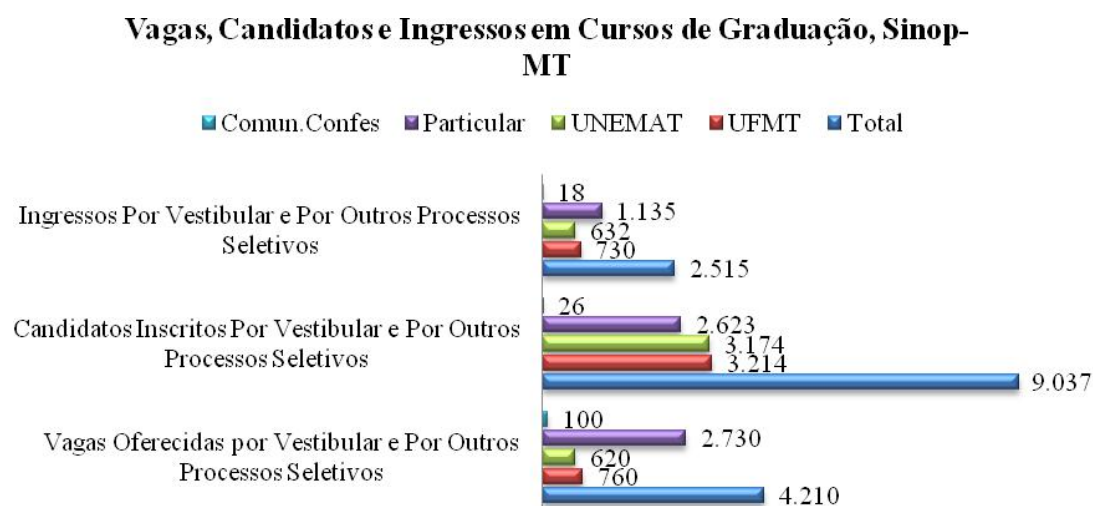
Gráfico 39 – Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais, SINOP-MT



Fonte: INEP-MEC (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Gráfico 40 – Vagas, candidatos e ingressos em Cursos de Graduação, SINOP-MT



Fonte: INEP-MEC (2009).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Em relação ao segundo gráfico acima, chega-se a seguinte consideração que 56% das matrículas nos cursos de graduação são do sexo feminino. Ou seja, a mulher passa a ascender mais do que o homem na vida cidadã do futuro da nação. Com tendência a assumir posições antes ocupadas pelo sexo masculino.

Já em relação ao terceiro gráfico acima, verifica-se uma maior concorrência para entrada em universidades públicas do que nas faculdades privadas: na UNEMAT, (5.12) candidatos disputam uma vaga; na UFMT, (4.23) candidatos disputam uma vaga; nas faculdades particulares, (2.15) candidatos disputam uma vaga. Além disso, todas as vagas oferecidas pelas universidades públicas são ocupadas, já nas faculdades particulares somente 60% das vagas oferecidas são ocupadas.

Pode-se atribuir alguns motivos para o não ingresso dos vestibulandos em faculdades particulares: a) nota do vestibulando abaixo de 50% no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), impossibilitando o candidato de obter uma bolsa do Programa Universidade para Todos (Prouni) e/ou financiamento pelo Fies; b) baixa qualidade do ensino superior na maioria das instituições privadas; c) mensalidade elevada comparada a qualidade do ensino, relação custo benefício.

Há outras questões que não estão evidenciadas nestes dados, que deveriam ser objeto de pesquisa: questões relacionadas ao interesse do curso; a relação professor aluno aprendizagem; o futuro do homem sócio, econômico e ambiental; o futuro da sociedade e das organizações; os conflitos familiares e sociais.

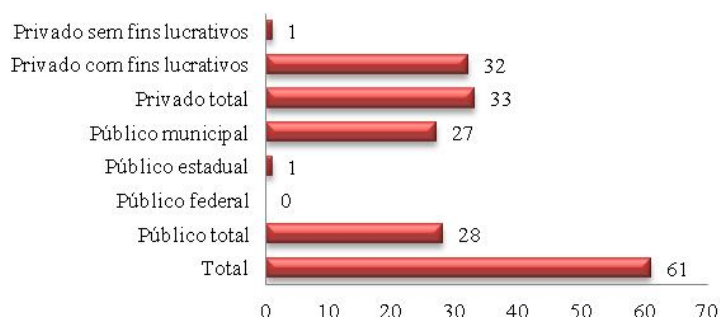
São várias as propostas de melhoria da qualidade do ensino: como ensino em tempo integral; melhoria da relação pais, mestres e alunos; utilização prática do conteúdo teórico; o exercício profissional; atividades lúdicas, a leitura, o lazer, cultura, música, dança, esporte, cinema, teatro, etc. Entretanto estas questões são pouco discutidas e aprimoradas por educadores, políticos, sociedade em geral: diz respeito à formação da identidade da nação; a construção de valores éticos; o respeito a diversidade; o combate a violência; etc.

5.6.2 Saúde

A despeito de existir a rede médica privada com certa respeitabilidade no município, e a rede pública do SUS propiciar atendimento extensivo a toda população, há problemas nestes dois sistemas. O município possui três hospitais da rede privada e um pronto atendimento do SUS. Na cidade está instalada a única Ala da rede privada de Oncologia da região norte do Estado, com vinte leitos.

Com relação aos estabelecimentos de saúde que segue no gráfico, verifica-se que a maior parte destes estabelecimentos de saúde é da rede privada. Daí supor que o poder público não consegue atender a demanda municipal de forma adequada. Ou supor que o médico, formado por uma universidade pública, prefere fazer atendimento particular em detrimento do público. Neste caso, acontece o sucateamento premeditado da rede pública em favorecimento à rede privada. Esta segunda hipótese parece ser mais plausível.

Gráfico 41 – Estabelecimentos de saúde, SINOP-MT

Estabelecimentos de Saúde, Sinop-MT

Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

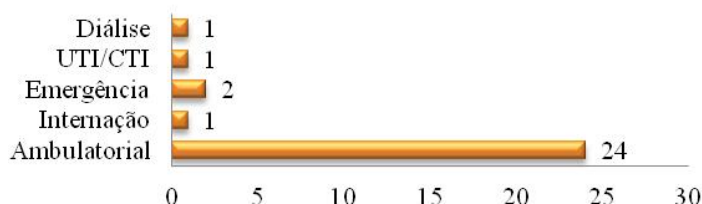
O médico leva pouco tempo para atender um paciente do Sistema Único de Saúde (SUS) e uma hora para atender um paciente no consultório particular. Muitos médicos não atendem nem mesmo os convênios privados, ou cobram uma sobretaxa para atender estes pacientes de convênio.

O sucateamento do SUS pode ser verificado nos gráficos que seguem, quanto às vagas para Diálise, Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), Emergência e Internação. Por exemplo, os 100 (cem) leitos disponíveis para atender pacientes do SUS são da rede privada.

Pode-se cogitar que o paciente particular ou de convênio paga duas vezes pelo atendimento, quando se cobra do SUS o atendimento do paciente particular ou de convênio em duplicidade. Este tipo de fraude já aconteceu no Brasil, e não há segurança que não venha a acontecer.

Esta é uma questão de cidadania, de defesa do uso correto dos impostos. Vale destacar, situações esdrúxulas, quando pacientes de classe social elevada procuram o SUS, uma vez que não conseguem o atendimento adequado na rede particular.

Gráfico 42 – Estabelecimentos de saúde que prestam serviço ao SUS, SINOP-MT
**Estabelecimentos de Saúde que prestam
 serviço ao SUS, Sinop-MT**

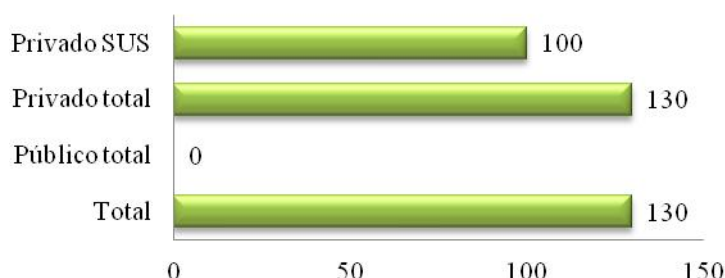


Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Gráfico 43 – Leitos para internação, Sinop-MT

Leitos para internação, Sinop-MT



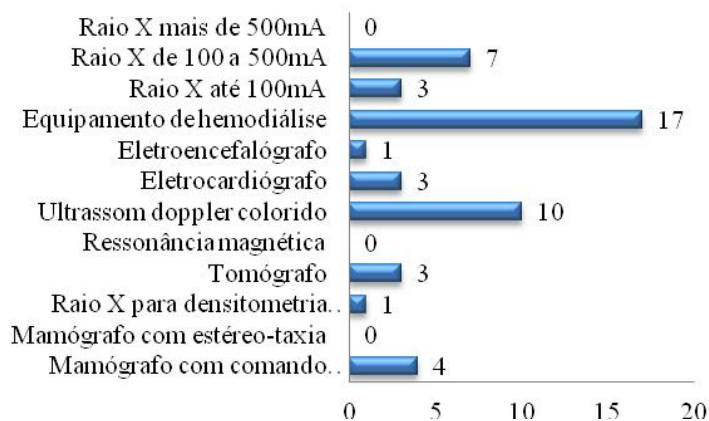
Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Nota-se no gráfico que segue, os equipamentos médicos estão localizados frequentemente na rede particular. Daí o paciente do SUS para conseguir um exame especial leva três a seis meses para fazê-lo, muitas vezes, tendo que se deslocar para a capital Cuiabá.

Gráfico 44 – Equipamentos médicos preferencialmente na rede privada, Sinop-MT

**Equipamentos médicos preferencialmente
 na rede privada, Sinop-MT**



Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Vale citar a trágica comédia relacionada à inauguração do Hospital Municipal de Sinop, observada pela pesquisa. Inaugurado em 2008, sem condições de funcionamento pelo prefeito anterior no final do mandato, em 2012, o atual prefeito achou uma solução de funcionamento. Ou seja, o Hospital passou a ser regional e será assumido pelo Estado que se utilizará de uma gestão terceirizada.

Com a devida vênia, o setor público do Brasil demonstra ou despreparo e incompetência do eleito em não ter conhecimento e habilidade para praticar a boa gestão pública, ou ação premeditada de improbidade e/ou desvio do eleito em sucatear a boa gestão pública. Tudo em prejuízo do cidadão que paga honestamente seus impostos.

Os que por improbidade e/ou desvio maculam e sucateia o setor público, defendem recorrentemente ideias liberais, travestidas de neoliberalismo, do Estado mínimo. Para estes a mão invisível do capitalismo neoliberal traz equilíbrio para o conjunto da sociedade, e ricos e pobres vivem felizes para sempre.

Tabela 6 – Leitos p/1.000 hab. por Unidade da Federação e Ano

Leitos p/1.000 hab por Unidade da Federação e Ano						
Unidade da Federação	1990	1992	1999	2002	2005	2009
São Paulo	4,06	3,91	2,86	2,57	2,29	2,31
Paraná	4,54	4,15	3,27	3,09	2,76	2,51
Santa Catarina	3,79	3,75	3,12	2,87	2,66	2,54
Rio Grande do Sul	4,04	3,94	3,44	3,19	2,82	2,85
Mato Grosso do Sul	3,83	3,72	3,53	3,24	2,74	2,42
Mato Grosso	3,40	3,65	3,35	2,99	2,39	2,00

Fonte: IBGE - Pesquisa Assistência Médico-Sanitária.

Na Tabela 6 acima, verifica-se que a quantidades de leitos por habitantes no Mato Grosso são 2.0 leitos por mil habitantes. Em Sinop, levando em consideração a quantidade de 130 leitos para uma população de 113,099 habitantes, ter-se-á 1.15 leitos por mil habitantes. Ou seja, quantidade insuficiente conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), que preconiza cerca de 3 leitos por mil habitantes. Isto implica no constante envio de pacientes para Cuiabá.

Tabela 7 – Médicos p/1.000 hab. por Unidade da Federação e Ano

Médicos p/1.000 hab por Unidade da Federação e Ano											
Unidade da Federação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
São Paulo	2,02	1,92	1,97	2,04	2,13	2,14	2,23	2,26	2,28	2,42	2,52
Paraná	1,16	1,20	1,24	1,30	1,38	1,45	1,53	1,62	1,60	1,66	2,00
Santa Catarina	1,02	1,09	1,13	1,18	1,25	1,39	1,53	1,62	1,67	1,77	1,89
Rio Grande do Sul	1,73	1,84	1,82	1,80	1,85	1,93	2,02	2,04	2,08	2,18	2,31
Mato Grosso do Sul	1,07	1,01	1,03	1,08	1,15	1,24	1,34	1,41	1,45	1,53	1,63
Mato Grosso	0,67	0,69	0,69	0,73	0,81	1,00	1,07	1,08	1,12	1,15	1,24

Fonte: Ministério da Saúde/SGTES/DEGERTS/CONPROF - Conselhos profissionais.

Em relação à quantidade de médicos por mil habitantes, não há uma definição pela OMS por pressão das entidades de classe dos médicos, mas o governo federal trabalha com uma proposta de 2.5 a 3 médicos por mil habitantes. Mato Grosso possui 1.24 médicos por mil habitantes. Quantidade também inferior à necessidade do município e da região. Daí os preços elevados das consultas médicas.

Uma boa notícia, é que governo federal está implantando o curso de medicina na UFMT de Sinop, com sessenta novas vagas por semestre. Esta interiorização dos cursos de medicina no Brasil trata-se de uma estratégia do governo federal para desconcentrar a quantidade de médicos dos grandes centros, visando atender melhor a população brasileira.

Em relação ao número de consultas médicas por habitantes pelo SUS, a quantidade de 3.49 consultas por habitantes no Mato Grosso pode ser um indicativo positivo ou negativo, ao acesso ou doença. Quanto à qualidade também este trabalho não pode ser ajuizado, uma vez que esta não fez parte do escopo desta pesquisa, seria necessária uma pesquisa qualitativa com este objeto.

Tabela 8 – Número de consultas médicas (SUS) por habitante

Número de consultas médicas (SUS) por habitante											
Unidade da Federação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
São Paulo	2,67	2,63	2,76	2,91	2,92	2,89	2,97	3,00	2,98	3,21	3,38
Paraná	2,23	2,26	2,37	2,48	2,51	2,45	2,48	2,56	2,55	2,66	2,68
Santa Catarina	2,02	2,32	2,57	2,19	2,31	2,21	2,12	2,37	2,37	2,37	2,62
Rio Grande do Sul	1,94	2,03	2,11	2,18	2,10	1,95	2,16	2,07	2,24	2,19	2,55
Mato Grosso do Sul	1,83	1,81	2,02	2,21	2,23	2,23	2,35	2,47	2,51	2,45	2,62
Mato Grosso	2,16	2,26	2,60	2,66	2,38	2,19	2,20	2,29	3,00	3,05	3,49

Fonte: Ministério da Saúde/SE/DATASUS - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS).

Os dados e comentários aqui planteados visam apenas apresentar um primeiro olhar sobre a saúde do município. Este primeiro panorama indica um atendimento médico preferencialmente privado, dificultando qualidade de vida àqueles que só podem usar o SUS.

5.6.3 Emprego e Renda

Os gráficos que seguem indicam que o município de Sinop vive quase o nível de pleno emprego em sua economia. 95% das pessoas com 10 anos ou mais de idade, em condições de atividade e de ocupação, na semana de referência, economicamente ativas (empregados, empregadores e autônomos) estavam ocupadas. Apenas (cinco) 5% destas estavam

desocupadas. Neste caso, há falta de força de trabalho qualificada. Daí a migração de trabalhadores e empresários, em busca do eldorado do trabalho e qualidade de vida.

Gráfico 45 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por idade, em condições de atividade e de ocupação, na semana de referência - economicamente ativas

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por idade, condição de atividade e de ocupação na semana de referência - Economicamente ativas



Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Gráfico 46 – Pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal

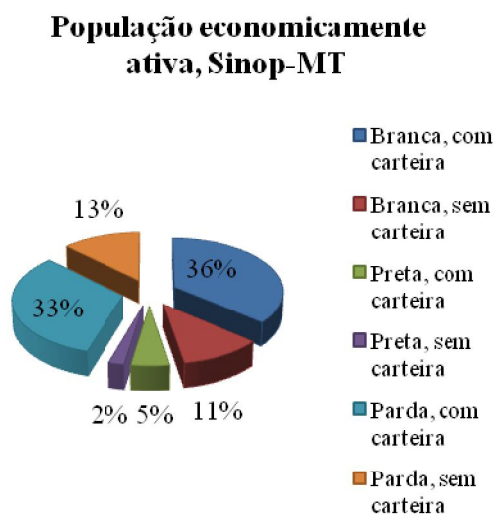


Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Em relação à carga de horário de trabalho, no gráfico acima, observa-se que 48% das pessoas trabalham entre 40 a 44 horas semanais; 33% trabalham mais 45 horas; e 19% trabalham menos de 39 horas, sobrando pouco tempo para lazer, esporte, teatro, cinema e conhecimento, ou seja, uma vida destinada ao trabalho.

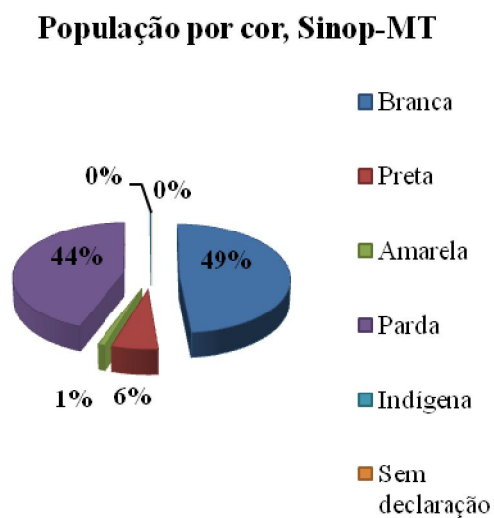
Gráfico 47 – População economicamente ativa, SINOP-MT



Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Gráfico 48 – População por cor, SINOP-MT



Quando se compara os gráficos acima, em termos de empregabilidade, não se verificam diferenças significativas quanto à cor ou raça da pessoa. Entretanto, pesquisas realizadas no Brasil pelo IPEA/IBGE apontam diferenças quanto aos salários e cargos de direção, em pessoas do sexo feminino, e afrodescendentes.

Gráfico 49 – Renda média dos moradores de SINOP-MT



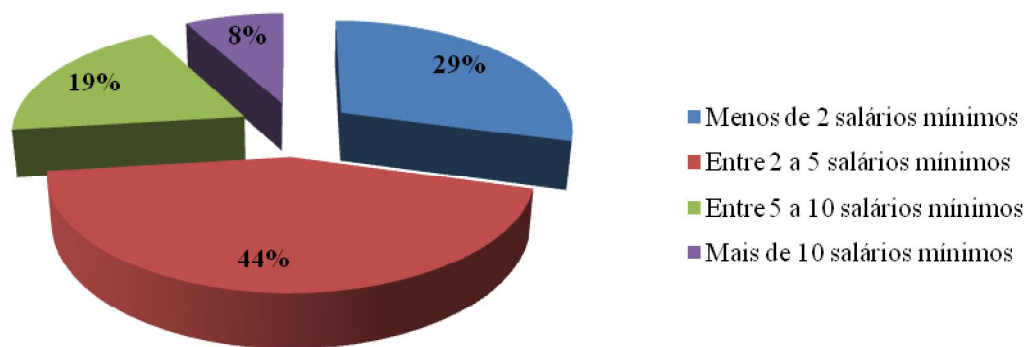
Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

No gráfico acima, verifica-se que o morador de Sinop adquiriu rendimento anual per capita de R\$ 15,688.17 em 2010; o domicílio rural R\$ 1,995.15 mensais; e o domicílio urbano R\$ 3,087.68 mensais. No entanto, o rendimento médio não é um bom indicador de rendimento real da família, face às diferenças de rendimento, não representa a maioria da sociedade.

Gráfico 50 – Classes de rendimento nominal mensal domiciliar, SINOP-MT

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar, Sinop-MT



Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

Quando comparamos os dados acima por classes de rendimento mensal domiciliar, verifica-se: 44% dos domicílios recebem entre 2 a 5 salários mínimos; e 29% dos domicílios recebem até 2 salários mínimos. Ou seja, 73% dos domicílios recebem menos de 5 salários mínimos. Um rendimento bem inferior à renda média anual per capita, o que impacta diretamente na qualidade de vida da maioria da população.

Ou seja, a renda anual per capita não é um bom indicador de qualidade de vida. Muitas necessidades destas classes de rendimento não são atendidas com a renda que percebem. Ainda em relação à renda, o quadro abaixo do Cadastro de Empresas de Sinop, apresenta um salário médio de 2.3 salários mínimos. Corroborando com a afirmação acima.

Tabela 9 - Cadastro de Empresas de SINOP-MT

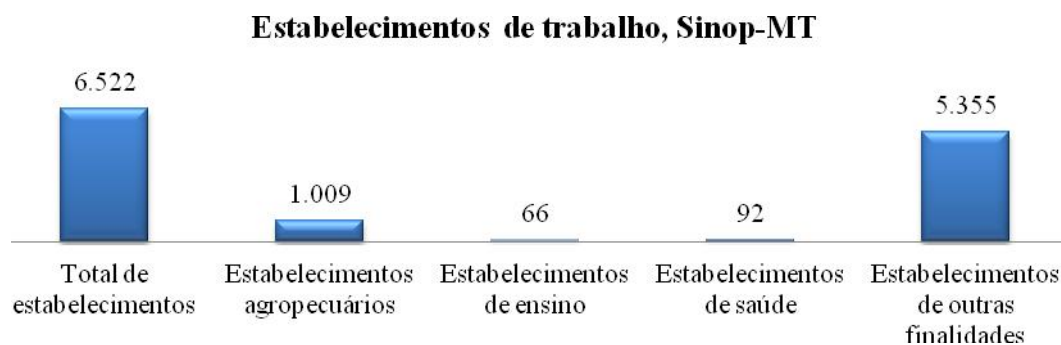
	Cadastro de Empresas de Sinop-MT				
	2006	2007	2008	2009	2010
Número de unidades locais	3,168	2,966	3,145	3,150	3,527
Pessoal ocupado total	23,289	24,743	26,916	28,057	30,796
Pessoal ocupado assalariado	19,430	21,099	22,890	23,951	26,247
Salários e outras remunerações (x1000)	R\$210,444.00	R\$ 230,433.00	R\$ 277,622.00	R\$ 320,384.00	R\$ 392,023.00
Salário médio mensal (SM)	2.4	2.3	2.3	2.2	2.3
Número de empresas atuantes	-	-	3,046	3,047	3,408

Fonte: Cadastro Central de Empresas (SINOP, 2010).

Nota: Tabela formatada por Juvenal M. da Silva Neto.

No gráfico abaixo se observa a quantidade de endereços não residenciais do município de Sinop. Estabelecimentos de serviços, comerciais, indústrias, agropecuários, de saúde e ensino. Como já exposto anteriormente, Sinop apresenta-se como um pólo regional de serviços, em sua maior parte relacionado ao agronegócio, comércio, saúde e educação.

Gráfico 51 – Estabelecimentos de trabalho, SINOP-MT



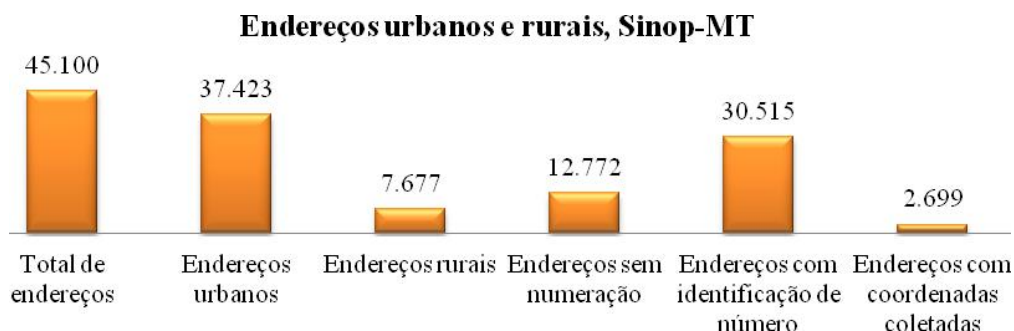
Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

5.6.4 Habitação e Saneamento

Considerando o gráfico seguinte, observa-se que 83% dos domicílios são urbanos, ou seja, o município de Sinop apresenta elevada taxa de urbanização, mesmo se tratando de uma cidade rural, o que demonstra que a urbanização é também um fenômeno extensivo ao meio rural.

Gráfico 52 – Endereços urbanos e rurais, Sinop-MT



Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M. da Silva Neto.

No gráfico adiante e nas imagens áreas, verifica-se que o gabarito de habitação do município de Sinop é formado em sua maioria por casas, mesmo na área comercial. Uma das explicações para a construção de poucos prédios e edifícios tem haver com o tipo de solo da cidade, de origem sedimentar, calcado num planalto com lençol freático alto.

Conforme se verá adiante, o saneamento básico do município é predominantemente formado por fossas rudimentares e parte do fornecimento de água é feita por água não potável. Deste modo, a construção de edifícios fica limitada a este status de saneamento básico.

Gráfico 53 – Tipos de domicílios, SINOP-MT

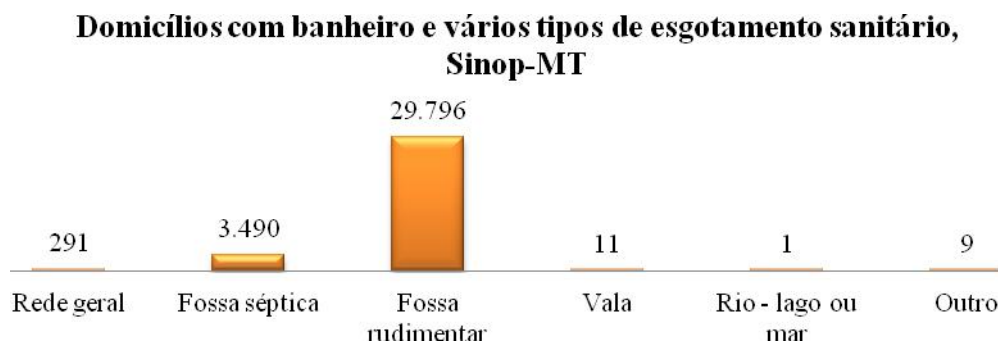


Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M da Silva Neto.

De acordo com os gráficos que seguem apenas 1% dos domicílios do município de Sinop tem esgotamento sanitário direcionado à rede geral, já 99% dos domicílios utiliza-se de outras vias para providenciar seu esgotamento sanitário; Além disso, 37% dos domicílios do município tem abastecimento de água proveniente de outras fontes, não potáveis, o que é um risco para população, uma vez que o esgotamento sanitário é precário.

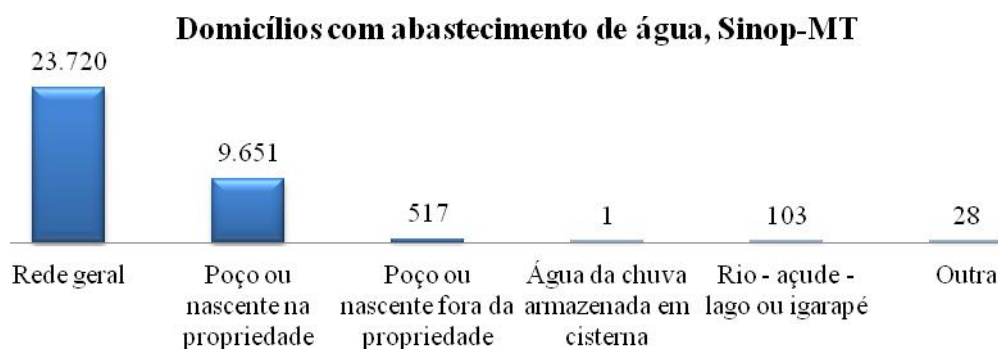
Gráfico 54 – Domicílios com banheiros e vários tipos de esgotamento sanitário, SINOP-MT



Fonte: IBGE (2008).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M da Silva Neto.

Gráfico 55 – Domicílios com abastecimento de água, SINOP-MT



Fonte: IBGE (2008).

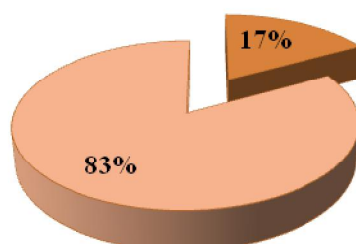
Nota: Gráfico formatado por Juvenal M da Silva Neto.

Este sistema precário de saneamento básico imbricado tende a acarretar doenças infecto contagiosas à população. Um dano social e ambiental que provoca prejuízo de gasto público, uma vez que, para cada R\$ 1.00 real investido em saneamento básico se economiza R\$ 4.00 no gasto no tratamento de doenças infecto contagiosas.

Gráfico 56 – Endereços urbanos e rurais, SINOP-MT, 2010 - IBGE

**Endereços urbanos e rurais,
Sinop-MT, 2010, IBGE**

- Total de endereços rurais
- Total de endereços urbanos

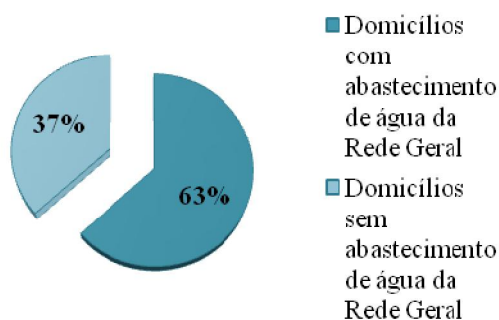


Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M da Silva Neto.

Gráfico 57 – Endereços urbanos com ou sem abastecimento de água da rede, SINOP-MT, 2010 - IBGE

**Endereços urbanos com ou sem
abastecimento de água da rede
geral, Sinop, IBGE 2010**



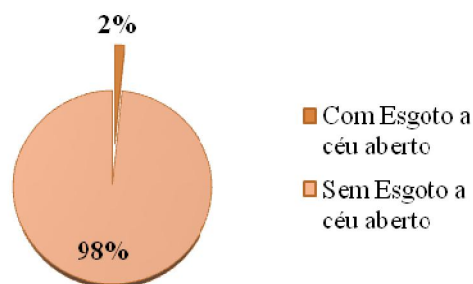
Fonte: IBGE (2008).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M da Silva Neto.

Nos gráficos que seguem, tem-se que apenas 2% dos domicílios urbanos utilizam o esgotamento a céu aberto, este dado apesar de positivo, não significa que 98% possui esgotamento adequado, conforme visto acima, 99% do esgotamento não vai para rede geral, ou seja, não há tratamento adequado aos efluentes domésticos de Sinop. Em 92% dos domicílios é feita a coleta do lixo, no entanto não existe aterro sanitário, nem tratamento de resíduos sólidos.

Gráfico 58 – Domicílios urbanos com ou sem esgoto a céu aberto, SINOP-MT, 2008 - IBGE

Domicílios urbanos com ou sem esgoto a céu aberto, Sinop-MT, 2008, IBGE

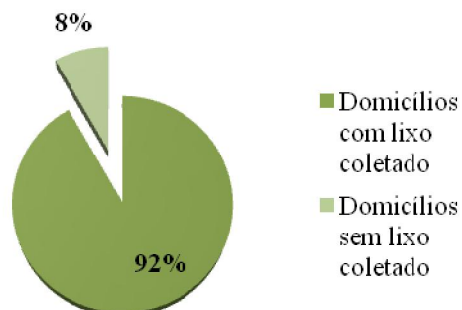


Fonte: IBGE (2008).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M da Silva Neto.

Gráfico 59 – Domicílios urbanos com ou sem coleta de lixo, SINOP-MT, 2008 - IBGE

Domicílios urbanos com ou sem coleta de lixo, Sinop-MT, 2008, IBGE

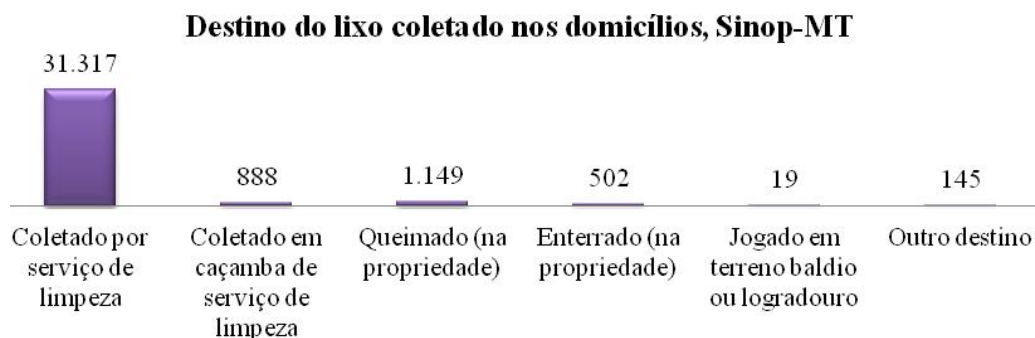


Fonte: IBGE (2008).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M da Silva Neto.

A construção de um aterro sanitário com devido tratamento do resíduo sólido em consórcio com outros municípios, bem como, o esgotamento universal dos efluentes domésticos da cidade, seu tratamento e destino adequado, são desafios não só para o município de Sinop, mas para toda região do centro-norte do Mato Grosso. É imperativa a ação conjunta dos municípios, Estado e Governo Federal, para resolver estes problemas, levando em conta a preservação do meio ambiente, e o devido tratamento dos resíduos hospitalar e industrial.

Gráfico 60 – Destino do lixo coletado nos domicílios, SINOP-MT



Fonte: IBGE (2008).

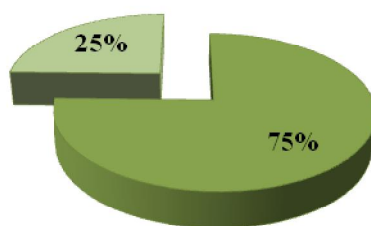
Nota: Gráfico formatado por Juvenal M da Silva Neto.

Com relação ao acesso a energia elétrica, apesar da existência do Programa Luz para Todos do Governo Federal, este programa vira moeda de troca por apoio político partidário nos municípios, com intermediação de vereadores e prefeitos. Não há um tratamento republicano neste e em outros programas oferecidos pelo Governo Federal. Inclusive há boicotes a estes programas por prefeituras em oposição ao governo, em prejuízo da população.

Gráfico 61 – Endereços urbanos e rurais com ou sem energia elétrica, SINOP-MT, 2010, IBGE

**Endereços urbanos e rurais
com ou sem energia elétrica,
Sinop-MT, 2010, IBGE**

■ Domicílios com energia elétrica
■ Domicílios sem energia elétrica

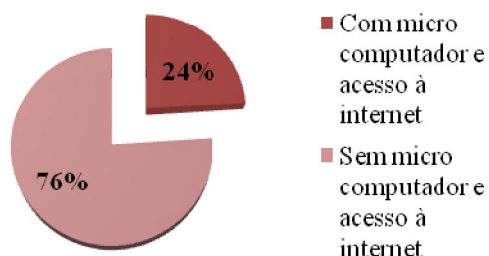


Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M da Silva Neto.

Gráfico 62 – Endereços urbanos e rurais com acesso a internet, SINOP-MT, 2010, IBGE

**Endereços urbanos e rurais
com acesso a internet, Sinop-
MT, 2010, IBGE**



Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M da Silva Neto.

Nos gráficos acima, observa-se: $\frac{1}{4}$ das famílias de Sinop têm fácil acesso ao conhecimento, com computador e acesso a internet, já $\frac{3}{4}$ das famílias Sinopenses vivem o apagão do conhecimento, sem computador e acesso a internet; em relação à energia elétrica é inimaginável que $\frac{1}{4}$ da população de Sinop ainda viva nas trevas.

Gráfico 63 – Domicílios urbanos com ou sem iluminação pública, SINOP-MT, 2008 - IBGE

**Domicílios urbanos com ou sem
iluminação pública, Sinop-MT,
2008, IBGE**

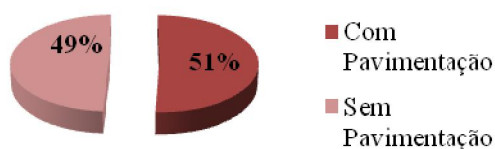


Fonte: IBGE (2008).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M da Silva Neto.

Gráfico 64 – Domicílios urbanos com ou sem pavimentação, SINOP-MT, 2008 - IBGE

**Domicílios urbanos com ou sem
pavimentação, Sinop-MT, 2008,
IBGE**



Fonte: IBGE (2008).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M da Silva Neto.

Em relação à iluminação pública, o dado é positivo, 97% dos domicílios têm acesso a este serviço. Já em relação à pavimentação pública, o dado é negativo, apenas 51% dos domicílios disponibiliza-se deste serviço. Um fato estranho aqui em Sinop é a bitributação que o cidadão tem que pagar a prefeitura para ter acesso à pavimentação pública, mesmo tendo contribuído com o IPTU.

Gráfico 65 – Condição de ocupação dos domicílios, SINOP-MT

Condição de ocupação dos Domicílios, Sinop-MT



Fonte: IBGE (2010).

Nota: Gráfico formatado por Juvenal M da Silva Neto.

Levando em consideração, a existência de 34,020 domicílios residenciais, e os dados do gráfico acima, os imóveis próprios equivalem a 62% do total dos domicílios residências, e os imóveis alugados, cedidos e em outra condição equivalem 38% do restante. Com estes dados, pode-se supor que 38% destas famílias, independente dos seus rendimentos, estejam desejosas de terem a casa própria, mas esta não é a metodologia para cálculo do déficit habitacional.

O governo federal junto com a prefeitura, desde 2009, têm construídos habitações do Programa Minha Casa Minha Vida, além da iniciativa própria de várias famílias. Hoje, vive-se um boom imobiliário em Sinop como no Brasil. Infelizmente por falta de dados, e por não ser este o escopo da pesquisa. Outra pesquisa vem estudando esta questão.

6 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO E SEUS EFEITOS SOBRE A ECONOMIA, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

Ao analisar as políticas desenvolvimentistas no município de Sinop, os efeitos do crescimento econômico naquele espaço regional. A pesquisa buscou inicialmente conhecer a história contada por outros pesquisadores, o porquê daquela ocupação territorial, da ida do homem àquela fronteira só antes habitada por índios, da busca do homem pelo eldorado de esperança de dias melhores para suas famílias.

Entretanto, àquela busca não deixou incólume aquele habitat, muitos homens e índios morreram àquele encontro. Os impactos econômicos e sociais no meio ambiente são evidentes. Os biomas amazônico, cerrado e pantanal antes em harmonia passam a ser agredidos pelo 'homem civilizado'. O lema era integrar para não entregar. Um apelo incondicional a todos os brasileiros.

Ao analisar os efeitos das políticas desenvolvimentistas sobre a economia, sociedade e meio, a luz da ciência, verifica-se que o diagnóstico deste corrobora para as inferências da pesquisa. Como explanado: o escopo da pesquisa visa compreender a dimensão espacial do processo de desenvolvimento; a dicotomia entre desenvolvimento e crescimento; o caráter conflituoso do processo de desenvolvimento; a possibilidade de construção de modelos de desenvolvimento inclusivos e harmônicos.

Analisando os pressupostos teóricos de Myrdal (1997) de que círculo vicioso do atraso e da pobreza poderia ser rompido por uma ação planejada do Estado e se transformar num círculo virtuoso de riqueza. Verifica-se que esta condicionante é válida nos dois sentidos. Observa-se na área de pesquisa o enriquecimento das classes dominante apoiadas pelo governo militar e o grande capital com o fornecimento dos meios de produção, e o empobrecimento do proletariado rural desprovidos dos mesmos.

Exemplo disso foi à distribuição dos lotes na região de estudo seguindo a lógica da acumulação do capital. Não houve uma distribuição uniforme da terra entre capitalistas e proletários. Empresários foram aquinhoados com latifúndios produtivos à beira das estradas, cidades nascentes, e centros consumidores. Já as famílias humildes dos assentamentos rurais receberam minifúndios num fundo dos latifúndios, longe do centro do consumo.

Destaca-se a participação do capitalismo totalitário de Estado no planejamento da integração geopolítica e econômica das regiões norte e centro oeste, a Amazônia legal, nos anos 1970, com o desenvolvimento de cidades pólos de desenvolvimento, de forma a espriar e internalizar esta ocupação socioeconômica. Portanto, houve sim o planejamento e execução da ocupação daquele território visando garantir a soberania sobre a região, bem como, o desenvolvimento do capitalismo no meio rural.

Entretanto, o modelo neocolonial que caracterizou aquela ocupação, apesar da propaganda de defesa da soberania, visava o extrativismo madeira, a exploração do ouro, a produção de commodities agropecuárias. O investimento do grande capital foi na produção de bens primários com baixa internalização do capital na região e no país. Não havia nenhum interesse na verticalização e diversificação da produção. A acumulação do capital era enviada para suas matrizes. Por isso a crítica a este modelo de exploração neocolonial que os neoliberais tanto abraçam em proveito pessoal.

Para Mantega, Rego e Singer (1995), as trocas desiguais entre o centro e a periferia favoreciam os países centrais na acumulação da riqueza e conseqüente desenvolvimento capitalista. Tornando os países periféricos dependentes do capital e da tecnologia para se desenvolver. No entanto, há entrave em ter acesso a tecnologia de ponta. Geralmente a transferência de tecnologia quando se dava, era obsoleta nos países centrais, tratava-se de externalizar a mais valia absoluta para os países periféricos. Alguns teóricos, entre eles Fernando Henrique Cardozo (MANTEGA; REGO; SINGER, 1995), apostam neste modelo de desenvolvimento associado e dependente a um país central relacionado à teoria da dependência, um refinamento da teoria do imperialismo.

Este modelo de desenvolvimento aparente desencadeou um enorme endividamento do país nas décadas de 1960 a 1990, uma vez que o Brasil exportava bens primários e importavam bens tecnológicos. Vale destacar outra interpretação desta dependência, a teoria do sistema-mundo, onde se observa uma interdependência global, com advento recorrente da globalização (mundialização).

No que tange a área de estudo, observa-se no diagnóstico, a forte dependência a exportação de commodities como soja, milho, gado e madeira. E uma dependência a importação de máquinas e implementos agrícolas. Apesar de haver superávit na balança comercial do

município de Sinop, há uma oscilação muito grande na produção das commodities. Este setor apresenta anos de crescimento e anos de decréscimo econômico. O que salva a economia do município é o desenvolvimento do setor de serviços, que representa 69% do PIB real do município. Embora partes destes serviços estejam relacionadas ao agronegócio. Daí verifica-se que a queda do setor agropecuário (setor matriz) implica na queda dos demais setores.

Segundo Gunder Frank (1966), o subdesenvolvimento é uma permanente criação e recriação do imperialismo, pois as metrópoles se apropriam sistematicamente do excedente produzido pelos países satélites, subtraindo todo o potencial de acumulação destes últimos.

Convém destacar, dada à mecanização da produção agropecuária na região de estudo pela revolução verde. Verifica-se uma expropriação dos meios de produção do proletariado rural, o pequeno agricultor familiar. Na outra mão, observa-se o apoio do grande capital ao empresário rural (burguês rural), com fornecimento dos meios de produção. Sendo que o empresário rural assume uma relação de dependência comercial e financeira com o grande capital multinacional. Ou seja, a acumulação do capital fica com o grande capitalista financiador e comercializador das commodities produzidas.

Conforme visto no diagnóstico, em relação aos baixos salários no meio rural, a maioria dos proletários urbanos e rurais recebe cerca 2 salários mínimos. Daí destacar as contribuições de Von Thünen (HARVEY, 2005). Segundo ele os baixos salários, "têm sua origem no fato de que os capitalistas e os proprietários de terras se apossam de grande parte do que os trabalhadores produzem".

Na região de estudo, verifica-se a validade deste pressuposto, uma vez que o pequeno produtor familiar tem o seu minifúndio no fundo do latifúndio, longe da estrada e do centro consumidor. A mecanização intensiva e a extensão da produção aumenta o fator tecnológico na produção reduzindo o emprego do proletário. Este termina sendo expulso de sua terra pela impossibilidade de acesso aos meios de produção, indo formar o exército industrial de reserva. Daí a conseqüente queda do salário do proletário.

Já para Lewis e Rostow, o subdesenvolvimento está associado aos baixos níveis de poupança e a ausência de uma classe empresarial dinâmica (SANTOS, 1997). Conforme Lewis, quando se esgota a reserva da força de trabalho, ou quando ocorre um brusco aumento da taxa de investimento numa fábrica moderna (SANTOS, 1997).

Daí a proposição de alavancagem do capitalismo através do (*take-off*) de Rostow (SANTOS, 1997). Neste sentido, a abertura de estradas, o extrativismo da madeira e do ouro, a revolução verde no meio amazônico foram os elementos catalizadores do desenvolvimento do capitalismo na região de estudo.

Em contraposição ao Estado socialista, Rostow defendia um Estado desenvolvimentista forte com objetivo ideológico pautado no capitalismo ‘totalitário’ de Estado. Uma vez que não havia acumulação primitiva de capital para a decolagem do capitalismo, o Estado Capitalista Totalitário deveria cumprir este papel motriz de inserção industrial através absorção de créditos e transferências de tecnologias dos países da aliança liberal capitaneada pelos EUA. (SANTOS, 1997).

Como consultor da CIA, Rostow foi uma das maiores referências dos golpes de Estado praticados nas décadas de 60 e 70, a partir do golpe brasileiro de 1964. Deste modo, Rostow apoiava sua teoria no capitalismo de Estado autoritário e modernizador, em novos meios de produção, formatando Estados Capitalistas Totalitários (SANTOS, 1997).

Conforme visto no livro do General Golbery do Couto Silva (1981), *Conjuntura Nacional O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil: O Brasil, com a ‘revolução’ de 1964*, ingressou, quase sem perceber, numa fase de centralização acelerada que iria permear todos os campos e setores da atividade do Estado. Do político ao econômico e deste ao primeiro em reforço recíproco, extravasando-se aos poucos a todos os recantos da sociedade nacional, em manifestações psicossociais telecondicionadas, senão até mesmo comandadas, desde o Governo central.

As palavras do General, por si só expressam o pensamento autoritário militar, quanto ao modelo de Capitalismo Totalitário de Estado implantado no Brasil pautado em: defender a soberania nacional sobre a Amazônia; conquistar novas fronteiras agropecuárias; utilizando a revolução verde como modelo de exploração da terra; diminuir as tensões no campo com uma contra reforma agrária; desenvolvimento tecnológico militar; centralização da administração pública; controle sobre a mídia; esmagamento das forças de esquerda; etc.

Conforme visto em Berker e Egler (1998), segundo a autora após os anos 1970, “o Brasil mudou sua posição na economia mundo, assumindo a categoria de semiperiferia como uma potência regional”. Esta mudança foi conseguida graças as condições pré-existentes, tais

como, mercado interno significativo, grande território, sólida base industrial. Para a autora, este processo foi autoritário, excludente e modernizador.

Ainda conforme visto no referencial teórico, Berker e Egler (1998), destacam a estratégia geopolítica de ocupação de todo territorial nacional, principalmente a Amazônia, a implantação de uma fronteira científico tecnológica, projeção no espaço internacional.

Portanto, verifica-se que o controle soberano sobre a Amazônia, não foi um projeto exclusivo dos militares. Entretanto, é fato que os militares pós 1964 atingiram seu objetivo militar. Quanto ao campo social, houve certa preocupação em manter alguma legitimidade e apoio de alguns setores da sociedade. Mas estes setores são predominantemente a elite dominante.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o decorrer da pesquisa, o projeto de pesquisa foi readequado na qualificação com as sugestões da banca, o que engrandeceu o trabalho. Reconhecer equívocos, saber ouvir e, contemplar olhares diversos foi a receita seguida. Tais modificações se deram por: desconhecimento exato de como se deu o processo de desenvolvimento do município após os anos 1970; face às várias interpretações ideológicas; a dificuldade de se obter dados confiáveis; a falta de transparência do setor público municipal.

Entre idas e vindas, enfim chega-se a algumas considerações finais: a ocupação geopolítica, territorial, econômica, social e meio ambiental do espaço amazônico ainda é um assunto controvertido sobre vários olhares e percepções; o seu desenvolvimento implica em impactos sobre o meio, que podem ser mitigados para uns, preservado para outros, ou simplesmente devastado para os demais.

Neste ponto, vale ressaltar que no espaço amazônico da atualidade não existe somente floresta, animais e índios. Existem brasileiros de todas as regiões que foram convidados a explorar o eldorado por força e planejamento do capitalismo totalitário de Estado, dirigido pelos militares pós-golpe de 1964. Portanto, é uma insensatez querer retirar estas famílias das terras que o Estado lhes deu legalmente, ainda que controversa.

Entretanto, vale mostrar o reverso da moeda, o Estado totalitário capitalista permitiu que o grande capital nacional e estrangeiro expropriasse os recursos naturais de forma predatória, devastando o meio ambiente, conforme ilustrado nas imagens de satélites do INPE, expostas no diagnóstico e no Anexo (A) desta. Este capitalismo totalitário de Estado também permitiu o envio da acumulação do capital da área explorada para suas matrizes. Portanto, a defesa da soberania era somente retórica.

A pesquisa conclui que o desenvolvimento do município de Sinop foi desequilibrado, dada às oscilações de crescimento, decrescimento e desaparecimento de atividades econômicas. O pólo madeireiro planejado foi modelado de forma insustentável, devastando a floresta, sem reflorestamento ou manejo sustentável. Este pólo industrial tratava-se de um sistema móvel, à medida que a madeira se exauria na região, o enclave madeireiro se deslocava sentido norte da BR-163.

O desenvolvimento capitalista urbano-regional foi constituído em contradições, pensando exclusivamente no curto prazo, a indústria madeireira sucumbiu o município, gerando caos socioeconômico e ambiental. Daí o setor industrial de 1999 a 2009 perdeu participação no PIB real de 17% para 9%.

A pesquisa trabalha com a suposição de que a agropecuária seja o setor motriz do desenvolvimento do município de Sinop, apesar de sua participação crescer de 1999 a 2009 de 5% a 12%, e o setor de serviços tenha maior volume do PIB real total, tendo crescido de 61% a 69%. Uma vez que muitos destes serviços estão relacionados ao agronegócio.

Entretanto para validar esta suposição faz-se importante um estudo de matriz insumo-produto dos setores para identificar melhor qual o setor dinâmico (motriz) para os demais setores.

Do ponto de vista dos objetivos específicos e geral, a pesquisa cumpriu os seus objetivos:

- a) Fundamentou teoricamente o tema de estudo, o desenvolvimento do município de Sinop, verificou-se que foi planejado e executado pelo capitalismo totalitário de Estado, centralizador, responsável pela indução do capitalismo, uma vez que não havia acumulação primitiva do capital para catalisar o desenvolvimento capitalista na região;
- b) Descreveu a trajetória política e histórica do município, neste capítulo, buscou-se familiarizar o leitor com o nascimento da cidade, como se formou política, econômica e socialmente o município, além de mostrar outras interpretações de outros pesquisadores sobre a região;
- c) Diagnosticou-se a estrutura demográfica e migratória da região, o panorama geográfico, o meio ambiente, a estrutura econômica por setores, a influência do município na região, os indicadores sociais, o emprego e renda, a habitação. Este objetivo teve por finalidade conhecer melhor a área de estudo;
- d) Analisou o desenvolvimento do município de Sinop e seus efeitos sobre a economia, sociedade e meio ambiente, chegou-se a conclusão do modelo de produção posto em prática no município. Um modelo de desenvolvimento capitalista de exploração dos recursos naturais de forma insustentável com o meio ambiente, excludente socialmente, dirigido pelo Estado associado ao grande capital.

Apesar de haver trabalhos publicados sobre o município, o conhecimento deste ainda é fragmentado. Os olhares e percepções são diferenciados do ponto de vista ideológico. Alguns

pesquisadores em seus trabalhos fazem uma análise crítica responsável do município. Já outros apenas enaltecem o sucesso material da região, sem levar em conta as diferenças e os impactos socioeconômicos e ambientais. Daí a justificativa da pesquisa, conhecer melhor a cidade onde habitam cerca de 113,000 pessoas. Destaca-se ainda, o compromisso maior da academia, subsidiar a sociedade à compreensão dos erros e acertos do desenvolvimento do município, os efeitos sobre o meio, com vistas a auxiliar a realização de políticas públicas.

Sobre o problema da pesquisa: quais os efeitos econômicos, sociais e ambientais, no município de Sinop a partir do desenvolvimento econômico adotado no município após os anos 1970. Verificou-se como válida a hipótese de pesquisa: os efeitos econômicos, sociais e ambientais, no município de Sinop a partir do desenvolvimento econômico após os anos 1970 provocaram desequilíbrios econômicos, sociais e meio ambientais.

Ou seja, a pesquisa demonstrou através do diagnóstico e da análise, que o desenvolvimento econômico posto em prática no município, provocou desequilíbrios econômicos, sociais e meio ambientais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Manuel Brandão. A formação dos sistemas urbanos. In: COSTA, José da Silva. O espaço econômico Compêndio de Economia Regional. Coimbra: APDR, 2005.
- ARAU, Juan Hortala. Una guía introductoria al estudio de la teoría económica espacial. In: ISARD, W. Métodos de análisis regional. Barcelona (Es): Ariel, 1971. p.VI- XXX.
- ARENDDT, Hannah. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- BAUMFELD, Carlos Minc; LEMOS; João Cardoso. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento regional. *Análise Social*, v. 15, n.58, p. 337-370, 1979.
- BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (Org.). As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras (Pt): Celta, 1994.
- BERKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na nova economia – mundo. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. Estudo sobre o conceito de região. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1988.
- BRESSER PEREIRA, Luiz C.. Despesas do Estado, repartição e valor. *Revista de Economia Política*, v. 2/3, jul.- set.1982.
- CANTILLON, Richard. *Essai sur la Nature du Commerce em Général*. Paris: INED, 1952.
- COSTA, José da Silva. O espaço econômico Compêndio de Economia Regional. 2. ed. Coímbra: APDR, 2005.
- COUTINHO, Mauricio Chalfin. Cantillon, espaço e teoria econômica. *Nova Economia, Belo Horizonte*, n.15, v.1, p.97-116, abr. 2005.
- DI FILIPPO, Armando. La visión centro-periferia hoy. *Revista de La Cepal*, n. extraordinário, p. 8-15, oct. 1998.
- FERREIRA, Carlos Maurício de C. Espaço, regiões e Economia Regional. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB ETENE, 1989.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. História de Sinop. 2012. Disponível em: <<http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=233&cid=570>> Acesso em: 17 jul.2012.

FIORI, José Luís. Reflexões de outubro. *Le Monde diplomatique Brasil*, nov. 2008. Disponível em: < <https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ac&id=2467>> Acesso em: 17 jul.2012.

HARVEY, David. Uma análise marxista de Von Thünen. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HIRSCHMAN, Albert O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Biblioteca Fundo Universal de Cultura. 1961.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de Influência das Cidades – 2007*. Brasília, 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [Portal institucional]. 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 20 set. 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 1991*. Disponível em: <www.censo1991.ibge.gov.br> Acesso em: 17 jul. 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br> Acesso em: 17 jul. 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional de Saneamento 2008*. Brasília, 2007.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Censo Educacional 2009*. Disponível em: <www.inep.gov.br/basica/censo/censo.asp> Acesso em: 17 jul. 2012.

INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. [Portal institucional]. 2012. Disponível em: < www.inpe.br> Acesso em: 20 set. 2012.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. [Portal institucional]. 2012. Disponível em: < www.ipea.gov.br> Acesso em: 20 set. 2012.

ISARD, W. *Métodos de Análisis Regional*. Barcelona (Es): Ariel, 1971.

LACERDA, Natalício Pereira. *Melo ambiente, desenvolvimento e seus efeitos na Amazônia Mato-Grossense: caso Sinop*. 2008. *Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais)- UNEMAT*, 2008.

LINS, A. E.; LIMA, J. P. R.; GATTO, M. F. *Uma aplicação da teoria da base exportadora ao caso nordestino*. BNB, *Documentos técnico-científicos*, v.43, n.1, p. 12-13, jan./mar. 2012.

LOEB, Roberto. *Aspectos do planejamento territorial urbano no Brasil*. *Planejamento no Brasil*. 5. ed. São Paulo, 1997.

MANTEGA, Guido; REGO, José M.; SINGER, Paul. *Conversas com economistas brasileiros II. Desenvolvimento Económico*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. Desenvolvimento, subdesenvolvimento: breves registros sobre a teoria da dependência e considerações sobre precursores. 2011. Disponível em: <www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuawp/papers/sep/mesa05/guido.doc> Acesso em: 12 jul.2012.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Em *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. São Paulo: Vozes, 2000.

MARKUSEN, Ann. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço e Debates*, São Paulo, v.1, n.2, p. 61- 99, 1998.

MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. [Portal institucional]. 2012. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/> Acesso em: 20 set. 2012.

MENDES, Jeferson. M. G. Augusto. Lösch e a Teoria das Áreas de Mercado. [2000]. Disponível em: <http://jeffersonmgmendes.com/arquivos/eru_-_cap_05_-_august_losch.pdf> Acesso em: 20 set. 2012.

MOTA, Fernando de Oliveira. Manual de localização industrial. 2. ed. Rio de Janeiro: APEC, 1968.

MYRDAL, Gunnar. Os economistas: aspectos políticos da teoria econômica. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

NASCIMENTO JÚNIOR, Antônio F. Fragmentos do pensamento dialético na história da construção das ciências da natureza. *Ciência & Educação*, v. 6, n. 2, p. 119-139, 2000.

NORTH, D. Teoria de localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos selecionados*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

OLIVEIRA, Francisco. A ilusão do Estado brasileiro: teoria e debate. [S.l.]: [s.n.], 2000.

PAELINCK, Jean. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). *Economia regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas de Desenvolvimento Humano 2000. Disponível em: <www.pnud.org.br/atlas/> Acesso em: 28 jul.2012.

PORTER, Michael; MONTGOMERY, Cynthia A. Estratégia: a busca da vantagem competitiva. São Paulo: Campus, 1998.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro: FGV, 1949.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. Integração versus integração: a busca de conceitos perdidos. Indicadores Econômicos FEE, v.22, n.3, 1994.

SANTOS, Theotônio dos. A teoria da dependência: balanço e perspectivas. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Theotônio. A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico. 1997. Disponível em: <www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf> Acesso em: 12 jul.2012.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961,

SCHUMPETER, Joseph A. História da Análise Econômica. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

SCHWARZ, Roberto. Seqüências brasileiras: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Golbery do Couto. Conjuntura nacional o poder executivo & geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SILVA, Jorge Antônio Santos. Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster. 2004. Tese (Doutorado)-Universidade São Paulo – USP, 2004.

SILVA NETO, Juvenal M. A Cidadania do século XXI. Disponível em: <<http://profjuvenal.wordpress.com/2009/11/23/a-cidadania-do-seculo-xxi/>> Acesso em: 12 jul.2012.

SILVA NETO, Juvenal M. Dimensões do Desenvolvimento: do Global para o Local. Disponível em: <<http://profjuvenal.wordpress.com/2009/11/13/dimensoes-do-desenvolvimento-do-global-para-o-local-1%C2%AA-parte/>> Acesso em: 12 jul.2012.

SILVA NETO, Juvenal M. Planejamento Urbano: a dicotomia entre o centro e a periferia. Disponível em: <<http://profjuvenal.wordpress.com/2009/11/30/a-dicotomia-das-cidades-brasileiras-entre-o-formal-e-o-nao-formal/>> Acesso em: 12 jul.2012.

SILVA NETO, Juvenal M. Sobre a Condição Humana. Disponível em: <<http://profjuvenal.wordpress.com/2010/09/08/sobre-a-condicao-humana-parte-i/>> Acesso em: 12 jul.2012.

SIMÕES, Rodrigo Ferreira; LIMA, Ana Carolina da Cruz. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. Belo Horizonte: Cedeplar – UFMG, 2009.

SOUZA, Nali J. Conceito e aplicação da teoria da base econômica. Revista Perspectiva Econômica, São Leopoldo, RS, v. 10, n. 25, p. 117-130, mar. 1980. Disponível em:

<http://www.nalijSouza.web.br.com/downloads/outros-textos/economia-rio-grande-do-sul/teoria_base_rs.pdf> Acesso em: 12 jul.2012.

SOUZA, Nali J. Economia regional: conceito e fundamentos teóricos. Revista Perspectiva Econômica, Ano XVI, v. 11, n. 32, p. 67-102, 1981.

STALEY, Eugene; MORSE, Richard. Industrialização e desenvolvimento: a pequena indústria moderna para países em desenvolvimento. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1971.

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. Ordem e Progresso. Colonização e desenvolvimento em Mato Grosso: o caso de Sinop. 2003. Dissertação. (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico & civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ANEXO A - Imagens de Satélites

Imagem de satélite LANDSAT 2011, 226/68, Folha SINOP-MT.



Nome	Estado	Área km2	População	Órbita(s)/Ponto(s) necessário(s)	% do município na cena
Sinop	MT	3194.339	54306	226/68	67
Sinop	MT	3194.339	54306	227/68	32

Fonte: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php>. Acesso em: 30 set. 2012.

Imagem de satélite LANDSAT 2011, 227/68, Folha SINOP-MT



Nome	Estado	Área km2	População	Orbita(s)/Ponto(s) necessário(s)	% do município na cena
Sinop	MT	3194.339	54306	226/68	67
Sinop	MT	3194.339	54306	227/68	32

Fonte: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php> Acesso em: 30 set. 2012.

Imagem de satélite LANDSAT 2011, Folha SINOP-MT.



Nome	Estado	Área km2	População	Órbita(s)/Ponto(s) necessário(s)	% do município na cena
Sinop	MT	3194.339	54306	226/68	67
Sinop	MT	3194.339	54306	227/68	32

Fonte: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php> Acesso em: 30 set. 2012.

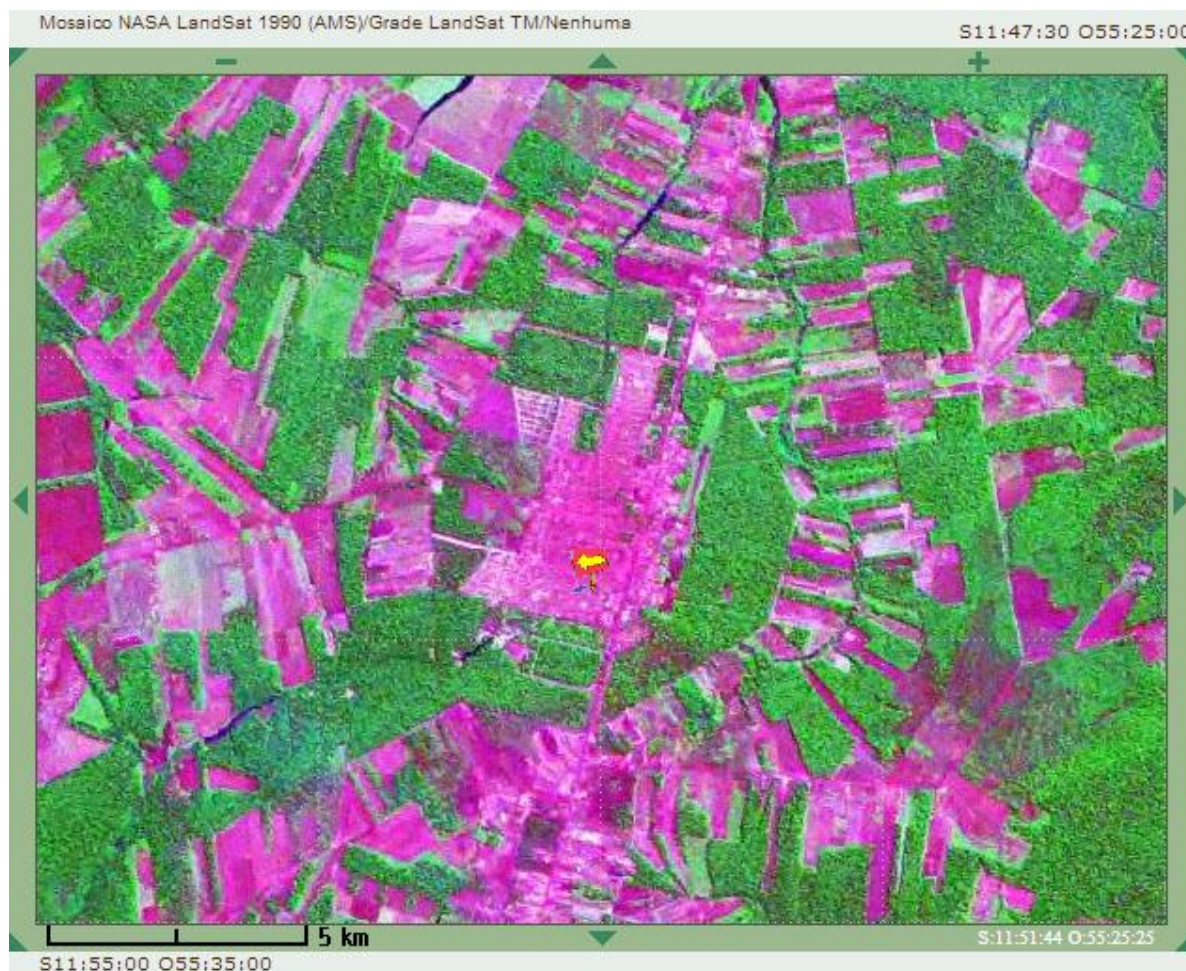
Imagem de satélite LANDSAT 2000, Folha SINOP-MT.



Nome	Estado	Área km2	População	Órbita(s)/Ponto(s) necessário(s)	% do município na cena
Sinop	MT	3194.339	54306	226/68	67
Sinop	MT	3194.339	54306	227/68	32

Fonte: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php> Acesso em: 30 set. 2012.

Imagem de satélite LANDSAT 1990, Folha SINOP-MT.



Nome	Estado	Área km2	População	Órbita(s)/Ponto(s) necessário(s)	% do município na cena
Sinop	MT	3194.339	54306	226/68	67
Sinop	MT	3194.339	54306	227/68	32

Fonte: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php> Acesso em: 30 set. 2012.